

Celso Niskier

Educação mais *forte*

PREFÁCIO DE DANIEL CASTANHO



ABMES
EDITORA

Celso Niskier

Educação
mais forte

PREFÁCIO DE DANIEL CASTANHO



ABMES
EDITORA



Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar

Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF

CEP: 70.701-060 - Telefone: (61) 3322-3252

www.abmes.org.br | editora@abmes.org.br

Presidência

Diretor Presidente

Celso Niskier

Vice-Presidentes

Débora Brettas Andrade Guerra

Daniel Faccini Castanho

José Janguiê Bezerra Diniz

Colegiado da Presidência

Carlos Joel Pereira

Claudia Meucci Andreatini

Eduardo Parente Menezes

Eduardo Storopoli

José Vicente

Marcelo Antonio Fuster Soler

Paulo Muniz Lopes

Renato Padovese

Saumíneo da Silva Nascimento

Tales de Sá Cavalcante

Wilson de Matos Silva

Suplentes

Carmen Regina Murara

Edson Machado de Sousa Filho

Flavio Cunha de Carvalho

João Rodrigues Sampaio Neto

Leopoldina de Souza Marques

Conselho Fiscal

Getúlio Moreira Lopes

Géza Németh

Maria Antonieta Alves Chiappetta

Maria Eliza de Aguiar e Silva

Tereza Cristina Rodrigues da Cunha

Suplentes

Eduardo Augusto de Andrade Ramos

Bruno Eizerik

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

José Wilson dos Santos

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Antônio de Azevedo Lima

Diretor Técnico

José Lima de Carvalho Rocha

Diretor Executivo

Andrei Candiota

Conselho de Administração

Presidente

José Janguiê Bezerra Diniz

Membros Natos

Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antonio Carbonari Netto

Antonio Colaço Martins

Eduardo Soares de Oliveira

Hiran Costa Rabelo

Jânio Janguiê Bezerra Diniz

Paulo Cesar Chanan Silva

Suplentes

Arthur Sperandéo de Macedo

Átila Melo Lira

Rosa Maria D'Amato De Déa

Therezinha Cunha

Gilberto Gonçalves Garcia

Iara de Moraes Xavier

Coordenação de Comunicação

Camila Griguc

Organização e Pesquisa de Texto

Ana Flávia Flôres

Projeto Gráfico

ABMES

Capa e diagramação

Gherald George

N724 Educação Mais Forte: coletânea de artigos / Celso Niskier. – Brasília : ABMES Editora, 2023.

343 p. : 23,8 cm

ISBN 978-85-89597-10-4

1. Ensino superior. 2. Artigos. - I. ABMES. II. Título : Educação Mais Forte. III. Niskier, Celso. IV. ABMES Editora..

CDU 378.81(045)

Ao meu pai Arnaldo, quem primeiro me ensinou
a força da educação, e que sempre me inspirou
a ser forte, mas sem perder a educação.

Prefácio

Daniel Faccini Castanho

Os artigos reunidos neste livro são uma bússola precisa que seu autor oferece aos que desejam adentrar a floresta conceitual do universo da educação sem se perder no cipoal da argumentação técnica, que tantas vezes turva o necessário debate nacional. É preciso destacar, em primeiro lugar, que Celso Niskier escreve com a clareza daqueles que não têm receio de expor seus pontos de vista. É essa coragem que sinaliza, no instrumento de orientação da nossa metáfora, o Norte a ser perseguido.

Presidente reeleito da prestigiosa Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e membro efetivo da tradicional Academia Brasileira de Educação, Niskier é a melhor encarnação do intelectual público. Não apenas por não fugir ao debate, mas por jogar luz sobre questões que suscitam interpretações divergentes. Não me ocorre atributo mais relevante neste momento em que a polarização extravasada nas redes sociais limita a racionalidade das discussões no Brasil.

Duvido que haja alguém mais antenado que Celso Niskier sobre as transformações que vem mudando intensamente nossa sociedade. A educação é parte disso, e não é parte pequena. Nem o nosso léxico é o mesmo daquele dos nossos pais. Hoje fala-se em disruptura, desconstrução e competências socioemocionais, um conjunto de conceitos que apontam para novas necessidades. É por isso que, muito antes de seus pares, Niskier, doutor em Inteligência Artificial, presta atenção nas inovações que vieram para ficar.

O autor, no entanto, não é – como se poderia deduzir a partir de sua especialidade – um recluso numa torre de marfim, um observador distante da realidade, um teórico sem senso de praticidade. Ao contrário. Para ele, avanços que não contemplem alta dose de inclusão perdem de vista a dimensão social da educação.

Niskier, também reitor da UniCarioca, olha para a qualidade da educação sem perder de vista a empregabilidade dos alunos egressos das universidades. E constata o abismo existente entre o que fazem as instituições de ensino superior e aquilo que o mercado delas espera. Não se trata de opinião. O autor se refere a fatos captados por pesquisas e estudos, como o que prevê que ainda não foram inventados 85% dos trabalhos que existirão em 2030 – daqui a apenas sete anos! “O descompasso entre a demanda do mercado e a qualificação dos trabalhadores é um componente histórico do círculo vicioso que dificulta o progresso do Brasil”, alerta o autor.

A preparação do estudante para o emprego do futuro não é a única missão da universidade, na visão de Niskier. Ele se mostra igualmente interessado na formação de indivíduos conscientes de seu papel na sociedade, não apenas como empregados ou empreendedores, mas como cidadãos que valorizam seus deveres e direitos. Só assim, devidamente preparados, estaremos prontos para superar as eventuais adversidades impostas por crises que, infelizmente, têm sido recorrentes.

Niskier insiste na importância da inclusão social. Argumenta de forma convincente que as instituições particulares têm um papel fundamental a desempenhar. Por meio da oferta de bolsas de estudos próprias e da adesão ao ProUni, as universidades privadas contribuem significativamente para que os índices de brancos e negros na graduação sejam cada vez mais equitativos.

O autor também entra no debate de peito aberto para defender que a construção de um país mais justo e democrático passa por mecanismos como a Lei de Cotas, que tem se mostrado uma política eficaz para dar mais oportunidades à população negra. Os números são eloquentes: a criação do ProUni e a adoção de ações afirmativas nas universidades públicas elevaram em quase quatro vezes a chance de uma pessoa negra concluir um curso de graduação entre 2000 e 2017. A porcentagem passou de 2,2% para 9,3% no período.

O leque de temas deste livro é tão grande quanto a lista de interesses do autor, que vai da relevância da valorização do



professor à importância de conter a evasão escolar, até como forma de combater a violência, passando pelos desafios da educação à distância nestes tempos de pós-pandemia. Não é o caso de tentar abordá-los todos neste breve prefácio, cuja principal função é abrir o apetite do leitor para o banquete que Celso Niskier, com sua imensa generosidade e competência, nos preparou.

Uma ótima leitura!

Apresentação

Caro(a) leitor(a),

Entre março de 2021 e abril de 2023, o mundo se reinventou. Ou foi reinventado. Passada a fase crítica da pandemia de covid-19 e a consequente retomada da situação de “normalidade”, nos vimos diante de novos cenários, importantes conquistas e desafios reinventados e potencializados.

Na esfera educacional, pouca coisa segue como antes. Escolas e universidades estão diante de uma realidade transformada, na qual previsões foram aceleradas e novos paradigmas estabelecidos. Para quem acompanha a área de perto, questões como modalidade híbrida e reestruturação curricular estão longe de serem novidade. Em síntese, nos dois últimos anos, o século 21 se impôs com todas as suas demandas e especificidades.

Se por um lado não foram anos fáceis, por outro tivemos a oportunidade de experimentar um período de muitos aprendizados e de relevantes construções coletivas. Tivemos diante de nós o desafio de viver a história ao mesmo tempo em que precisávamos incidir drasticamente para mudar o futuro. Hoje, um pouco mais distante do olho do furacão, arrisco dizer que, apesar dos tropeços, maiores e muito mais relevantes foram os acertos e as conquistas obtidas.

E o que esse livro traz é um pouco de tudo isso. De forma clara e transparente, apresento, do ponto de vista de quem esteve em um espaço privilegiado de debates e tomada de decisões, alguns

dos principais temas, reflexões e posicionamentos que ocuparam a pauta do setor particular de educação superior entre março de 2021 e o início de abril de 2023.

Ainda que nem de longe tenham a pretensão de esgotar tudo o que aconteceu em um momento tão disruptivo e intenso, os 100 artigos que compõem esta publicação dão um panorama interessante do que foram os últimos anos em relação a cinco eixos de atuação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em sua jornada rumo ao fortalecimento da educação brasileira: currículos e metodologias; gestão educacional; inovação e tecnologia; políticas públicas; e representação setorial.

Os conteúdos de cada eixo estão organizados por capítulos, em ordem cronológica, de modo que o leitor pode compreender como cada questão foi evoluindo – bem como nosso entendimento sobre ela – ao longo do tempo.

Assim, no capítulo 1 (Currículos e metodologias) são discutidos assuntos como o descompasso entre a educação ofertada nas instituições de educação superior e a expectativa do mercado de trabalho; a importância da educação empreendedora enquanto ferramenta de transformação e emancipação do estudante; a metodologia educacional dos quadrantes híbridos; o crescimento da educação a distância; e a escola enquanto espaço de aprendizagem da felicidade.

No capítulo 2 (Gestão educacional) o foco está nos principais desafios enfrentados pelos gestores das instituições de ensino, bem como em soluções e alternativas para facilitar o gerenciamento desses espaços. Nesse contexto, ganham destaque questões como a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); as perspectivas de retomada das matrículas após a pandemia; mecanismos e ações para mitigar a evasão; a importância de retomar

o debate sobre o valor da educação; a saúde mental na instituição; e estratégias para melhorar a captação de novos estudantes.

No capítulo 3 (Políticas públicas) é possível encontrar um pouco do que foram as principais medidas adotadas pelos gestores públicos, os posicionamentos e respostas da ABMES às ações e também as demandas do setor, como a atuação firme por uma reforma tributária justa. Ali também estão reunidos os textos sobre os avanços e os desafios das avaliações institucionais e de cursos; a importância do fortalecimento dos programas sociais de acesso à graduação, inclusive como mecanismos de redução das graves desigualdades sociais; e a urgência da atualização dos currículos, da formação de professores e da aceleração do ingresso de estudantes na educação superior.

O capítulo 4 (Representação setorial) apresenta um panorama de por onde andamos, o que fizemos e com quem dialogamos com o objetivo de ampliar nossa incidência e fortalecer o setor particular de educação superior. Há relatos de momentos como quando apresentamos, à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), propostas para o aprimoramento dos processos de regulação e avaliação; expectativas e resultados do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP); desdobramentos de projetos e parcerias da ABMES.

Por fim, no capítulo 5 (Inovação e tecnologia) falamos um pouco sobre como a transformação digital tem impactado na educação e os cenários possíveis da união entre as duas áreas. Um aspecto interessante é que para além da tecnologia como a conhecemos, os textos também abordam atributos humanos e sociais desse admirável mundo novo – ou nem tão novo assim.

O leitor atento e assíduo do [ABMES Blog](#) perceberá que os artigos aqui reunidos foram, originalmente, publicados nesse importante

canal de comunicação da Associação com as mantenedoras associadas, a comunidade acadêmica, especialistas e pessoas interessadas no universo da educação superior. Alguns textos também foram publicados em veículos de comunicação, ampliando o alcance dos posicionamentos e demandas da ABMES e tornando-a mais conhecida da população brasileira.

A educação não pode parar

Esta é a segunda coletânea de artigos publicados no ABMES Blog que tenho a satisfação de transformar em livro. O primeiro volume, intitulado *A educação não pode parar*, reúne textos produzidos entre abril de 2015 e março de 2021, com maior frequência a partir de maio de 2019, quando assumi o cargo de diretor presidente da Associação e passei a colaborar semanalmente com o blog.

O lançamento da primeira publicação coincidiu com o ápice da pandemia, quando as unidades educacionais de todo o país estavam há meses fechadas para as atividades presenciais e era fundamental reforçar a importância da educação para o desenvolvimento da nação, ressaltando que, adotadas as medidas sanitárias necessárias, as escolas e universidades deveriam ser as últimas instituições a fecharem e as primeiras a reabrirem. Ali, a educação não podia parar – ou seguir no estado de atenção secundária no qual se encontrava.

Agora em outro contexto, ainda que fortemente impactado por aquele momento, seguimos nossa luta na busca por uma educação com mais qualidade e justa para todos os brasileiros. A educação voltou a caminhar no ritmo pré-pandemia, mas precisamos que ela vá além, muito além. O país clama por uma **Educação mais forte**. A população anseia por uma **Educação mais forte**. Nosso futuro depende de uma **Educação mais forte**.

Ainda que um único artigo tenha recebido o título que dá nome a este livro, todos os 100 textos que se seguem foram escritos com uma única motivação: a de que tenhamos uma guinada nas políticas públicas de modo que, em breve, estejamos no rol das nações que se desenvolveram e progrediram a partir da valorização da educação. Esse é o nosso mais sincero desejo.

Boa leitura!

Sumário

Currículos e metodologias educacionais

Felicidade também se aprende na escola.....	22
Educação superior e empregabilidade: o descompasso deste século	26
Educação empreendedora: como estamos e onde queremos chegar?	30
Os quadrantes híbridos	34
Educação híbrida e os novos quadrantes do ensino e da aprendizagem	37
Para um novo mundo, uma nova educação.....	42
O apagão da tecnologia.....	45
Ultrapassagem inédita no Censo da Educação Superior	48
A hora e a vez da educação híbrida.....	51
O fim do preconceito	54
A força da educação empreendedora	57
Quadrantes híbridos e os caminhos possíveis	60
Os desafios da formação profissional	63
Em qualquer idade, educação é para todos.....	65

Gestão Educacional

Uma constelação na educação superior.....	70
LGPD, direito à privacidade e o papel das IES.....	73
As três perguntas mágicas	76
Retomada à vista!	80
O drama da evasão	81
Educação não tem preço: tem valor	84
Como está a saúde mental na sua IES?	87
Um futuro que dá certo.....	90
Da semente se faz uma floresta	93
O professor do século 21	96
Uma guerra sem vencedores	100
MetaRed X Brasil e a revolução do empreendedorismo na educação superior	103
Capte mais! Pergunte-me como!	106
Novos modelos regulatórios para a educação superior	108
O valor do professor	111
Um dia dedicado à excelência na docência	114
A responsabilidade social da educação superior.....	117
O futuro da educação é para hoje.....	120

Políticas públicas

Reforma Tributária e a elitização da educação superior	124
Entre Marte e a Lua, a avaliação da educação superior dá seus passos rumo ao século 21	128
Reforma tributária traz bons sinais para a educação	131
Equidade racial: cada minuto conta	134
Educação contra o apagão de mão de obra	137
Avaliação externa virtual in loco: a (r)evolução que deu certo .	140
A tempestade perfeita	143
Cotas, sim!.....	146
Cada macaco no seu galho.....	149
Educação e a ressocialização de pessoas privadas de liberdade.....	152
ProUni: um caso de sucesso em inclusão social e diversidade	155
O Sistema Nacional de Educação é o melhor caminho?	159
O incentivo que faltava para a educação profissionalizante	162
Educação ou submissão!	165
Enade: da qualidade à realidade	168
Ensino superior fica em segundo plano na campanha	171
América Latina e a encruzilhada da educação	174
Para um novo tempo, um novo Fies	177
Um novo CNE para um novo país	180

Mais médicos e o futuro da saúde no Brasil.....	183
O caráter social do Fies	186
Reforma tributária justa para a educação.....	190
Educação superior é fundamental para inclusão	193
O resgate dos nem-nem	196
Educação no descompasso dos juros	199

Representação Setorial

Situação excepcional, medidas excepcionais	203
Novas perspectivas para a avaliação e a regulação da educação superior.....	206
13º CBESP e o empreendedorismo na agenda da educação superior.....	211
XIII CBESP e a desburocratização energizante.....	214
Uma brasileira empreendedora.....	219
Uma parceria de sucesso	222
ABMES: 39 anos contribuindo com a educação superior.....	225
Jornalismo e educação: instrumentos de transformação social.....	228
A força de quem faz a ABMES	232
Aos educadores, nosso justo reconhecimento.....	236
Vem aí a Semana da Responsabilidade Social.....	239

EAD e a força que vem do Sul	242
#EuSouOFuturo	245
Um ano de união, superação e resiliência.....	248
2021: um ano que impactou o futuro	252
O brilho da esmeralda.....	256
É preciso mais leveza	260
Educação privada: todos ganham, ninguém perde	263
Um CBESP mão na massa	266
Um CBESP para ficar para a história	269
Educação superior em transformação: um chamado à ação global	272
Mapeamos os egressos. E isso é só o começo	275
10 x 1: o placar que importa.....	278
Três anos em um piscar de olhos.....	281
ABMES: há 40 anos dando bons frutos.....	284
Entre o passado e o futuro, o reconhecimento	287
Imprensa: fundamental para o país, essencial para a educação	290
Tudo vale a pena se a alma não é pequena	293
O redescobrimto pela educação.....	296
Navegar é preciso	299
Horizonte promissor para a educação	302
Um ano de muitas conquistas	305

ABMES 2022: um ano de muito trabalho e realizações	308
2023, o ano da esperança	311
Educação mais forte.....	314

Inovação e tecnologia

Empatia: a verdadeira tecnologia humana.....	318
Paulo Freire e humanização da tecnologia educacional.....	320
O mundo antes e depois das redes sociais	323
Inovação e criatividade para a nova educação superior	326
Os 3 Ps da criatividade na educação superior.....	329
O que querem os estudantes? Inovação!.....	332
Inovar para o país decolar	335
“A Educação Digital: Uma (sic) Novo Horizonte na Aprendizagem”	338



Currículos e metodologias educacionais

Felicidade também se aprende na escola

O que é felicidade? O Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa nos diz que felicidade é "qualidade ou estado de feliz; estado de uma consciência plenamente satisfeita; satisfação, contentamento, bem-estar". Contudo, mais importante do que sua definição, é o impacto e as transformações trazidas por ela para as nossas vidas.

Ao longo de toda a sua trajetória, a humanidade tem pautado suas ações e conquistas na busca por esse sentimento, essa sensação. Tanto o é que grandes pensadores já se esforçaram para apontar caminhos ou direções capazes de conduzir o homem à tão almejada felicidade.

Para o escritor brasileiro Érico Veríssimo, "felicidade é a certeza de que a nossa vida não está se passando inutilmente". O famoso escritor russo Leon Tolstói decretou que "a alegria de fazer o bem é a única felicidade verdadeira". Já o filósofo alemão Arthur Schopenhauer concluiu que "a nossa felicidade depende mais do que temos nas nossas cabeças do que nos nossos bolsos".

A busca pela felicidade é algo tão presente e tão significativo na vida dos indivíduos que até uma "ciência da felicidade" tem sido desenvolvida, inclusive com a criação de um índice econométrico chamado Felicidade Interna Bruta (FIB), na linha do que foi desenvolvido no Butão, que adotou o índice que inclui o bem-estar e a felicidade da população como riquezas do país. A metodologia

consiste em uma contraposição ao Produto Interno Bruto (PIB), focado somente nos resultados econômicos.

Fato é que a felicidade está muito mais relacionada ao treinamento mental do que podemos imaginar. Tanto é que um curso desenvolvido por pesquisadores italianos, que inclui exercícios de meditação e debates sobre filosofia, psicologia e neurociência, tem demonstrado avanços significativos na felicidade dos participantes.

Além de relatarmos redução significativa na ansiedade, na percepção de estresse, nos pensamentos negativos e nas tendências de raiva, os alunos passaram a demonstrar maior satisfação com a vida, autoconsciência, autorregulação emocional e tiveram a percepção de bem-estar ampliada.

O treinamento dos cientistas italianos foi realizado aos finais de semana ao longo de nove meses e contou com dois retiros de meditação. Mas, como a maior parte de nós não tem toda essa disponibilidade, o mais importante é prestar atenção ao que ficou empiricamente comprovado: a felicidade é uma atitude mental que pode ser desenvolvida e estimulada.

E esse estímulo não precisa acontecer em um curso específico. Ele pode se dar de diversas maneiras, inclusive no dia a dia das instituições educacionais. Cabe aos educadores a criação de um ambiente de estímulo a essa atitude mental. Ainda que não esteja no currículo acadêmico, felicidade é um item cada dia mais indispensável para a vida em sociedade e para a jornada de cada indivíduo especificamente. E isso não é pouco. Muito pelo contrário.

A felicidade
está muito mais
relacionada ao
treinamento mental
do que podemos
imaginar.

Como mestres, nos colocamos diante de pessoas em formação que depositam na realização profissional boa parte da sua perspectiva de felicidade. Mas, como vimos, a felicidade é mais ampla e sua conquista bem mais simples, já que depende apenas do indivíduo.

Para isso, é essencial estar atento a algumas questões. Por exemplo, um professor infeliz não consegue transmitir a importância da alegria e da felicidade. Nesse sentido, ele precisa se sentir engajado no projeto pedagógico da instituição, se sentir competente e confortável no uso da metodologia e das tecnologias utilizadas, e fazer parte do ambiente escolar de forma mais integrada.

Já entre os estudantes, é muito importante desenvolver a tolerância e a convivência com os opostos. Vale ressaltar, ainda, os resultados positivos alcançados a partir do desenvolvimento de projetos com e para a comunidade. O contentamento gerado no indivíduo a partir do bem promovido é, sem dúvida, um gatilho para a felicidade. Em sentido oposto, o uso excessivo de celulares e mídias sociais é frequentemente apontado como fonte de infelicidade, pois distancia o jovem da convivência social e apresenta *flashes* de uma “realidade virtual” produzida para ser vista, sem que, necessariamente, dialogue com o mundo real.

Portanto, embora a adoção de currículos que ensinem a gestão emocional e o autoconhecimento seja um caminho para a felicidade, ele não é único. As instituições também precisam estar atentas para a prática do bem e da tolerância, a garantia de um bom ambiente de trabalho ao professor, e para o engajamento junto à comunidade na qual está inserida.

Assim, é importante que apresentemos as teorias e a aplicação prática de cada profissão, mas é essencial que colaboremos para o desenvolvimento de atitudes mentais que conduzam os estudantes à uma felicidade genuína, dentro e fora dos espaços acadêmicos. A felicidade pode, e deve, ser aprendida na escola.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 03 de maio de 2021.

Educação superior e empregabilidade: o descompasso deste século

O tal do mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo) chegou para colocar no fio da navalha todas as certezas e padrões estabelecidos antes do século 21. Prova disso é a intensidade com a qual algumas palavras e expressões passaram a ser utilizadas na última década. Disruptura, desconstrução e competências socioemocionais são apenas alguns exemplos linguísticos das transformações pelas quais a sociedade tem passado.

Nesse novo contexto, praticamente todas as relações sociais e humanas foram afetadas, mas poucas com tanta intensidade como as relações de trabalho ou, melhor dizendo, o que o mercado de trabalho passou a procurar nos candidatos a uma vaga de emprego (e também a avaliar nos colaboradores que já ocupam um posto na empresa).

O que não é novidade para ninguém é que, nem de longe, a educação acompanhou esse novo *mind set* global. Já faz algum tempo que essa questão tem sido debatida em distintas esferas,

Confira o vídeo sobre este artigo:



mas, ao menos aqui no Brasil, evoluímos muito pouco no sentido de preparar profissionais ajustados às demandas e necessidades do século 21.

A novidade em relação a esse tema fica por conta das constatações feitas por uma pesquisa inédita realizada pela Educa Insights em parceria com a Plataforma A. Por incrível que pareça, ainda existe um enorme abismo entre o que as instituições de educação superior (IES) acreditam estarem fazendo e o que o mercado de trabalho quer que elas façam.

O estudo, apresentado em [evento da ABMES](#) pelo diretor da Plataforma A, Gustavo Hoffmann, constatou que enquanto os 69% dos gestores acadêmicos acreditam estar entregando ao mercado de trabalho profissionais com alto grau de preparo, apenas 39% dos empregadores têm essa mesma percepção. Na outra ponta, apenas 2% dos gestores consideram que suas instituições oferecem um preparo de baixo nível. Entre os empregadores, esse índice é de 21%.

Em relação à percepção das competências dos recém-formados, a pesquisa fez uma constatação interessante: os percentuais foram muito semelhantes entre os três grupos consultados. Entre os recém-formados, 61% disseram que as IES priorizam as *hard skills* (habilidades técnicas) em detrimento das *soft skills* (habilidades socioemocionais altamente valorizadas hoje em dia, como comunicação, capacidade de trabalhar

Existe um enorme abismo entre o que as instituições de educação superior (IES) acreditam estarem fazendo e o que o mercado de trabalho quer que elas façam.

em equipe, criatividade e resolução de problemas). Entre os gestores acadêmicos e os empregadores, os índices foram de 57% e 60%, respectivamente (também para as *hard skills*). Contudo, ao serem questionados sobre o que o mercado acha mais importante, 67% dos gestores afirmaram ser as *soft skills*.

Portanto, apesar de mostrarem o descompasso entre o que a educação superior brasileira oferta e o que é esperado dela, os dados indicam que há consciência sobre o caminho a ser seguido. Então, por que seguimos tão distante do cenário ideal? Sou capaz de apostar que uma parcela significativa de responsabilidade está no alto grau de regulação pelo qual a educação superior é submetida no país.

Estamos caminhando para um panorama no qual, em 2026, 30 milhões de empregos formais do Brasil serão substituídos por máquinas. Além disso, 85% dos trabalhos que existirão em 2030 ainda nem foram inventados. Apenas nove anos nos separam de 2030. Portanto, não há mais espaço – e nem tempo – para resistência a currículos e práticas educacionais inovadoras.

Uma significativa evolução no currículo do ensino médio começou a ser feita há alguns anos com o objetivo de trabalhar e fortalecer as *soft skills*, mas o quadro da educação superior seguiu estagnado. Qual a lógica disso? Teremos trabalhadores de nível médio preparados para o século 21 enquanto os graduados seguirão desapontando seus empregadores?

A flexibilização no sentido de permitir às instituições de educação superior a implementação de currículos mais inovadores, ajustados às demandas e necessidades deste tempo, mas, também, às necessidades locais é urgente. Além disso, da forma como estão, as diretrizes estabelecidas para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) fazem com que as instituições preparem

seus alunos para a avaliação, e não para o mercado de trabalho.

O progresso e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira dependem do rompimento dessas amarras. Caso contrário, o único indicativo socioeconômico que vai disparar é o do desemprego.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 07 de junho de 2021.

Educação empreendedora: como estamos e onde queremos chegar?

Pesquisa inédita realizada pelo Instituto Êxito de Empreendedorismo e pela Unesco no Brasil constatou que 95% dos estudantes brasileiros de ensino médio consideram importante ou muito importante a educação voltada para o empreendedorismo nas escolas. Índice muito próximo foi verificado entre os professores consultados: 96%.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Esses e muitos outros dados fazem parte do estudo *Percepções, conhecimentos e expectativas de estudantes e professores do ensino médio da rede pública brasileira sobre empreendedorismo*, que ouviu 6.595 estudantes e 2.291 professores de todo o país no último bimestre de 2020. A iniciativa integra o projeto *Lições de Empreendedorismo para o Alcance de uma Educação Emancipadora e Transformadora*, por meio do qual serão realizadas iniciativas de planejamento, produção e oferta de um curso de capacitação em empreendedorismo para jovens de escolas públicas.

A relevância atribuída pelos estudantes vai ao encontro do perfil empreendedor do brasileiro. Segundo o Global Entrepreneurship

Monitor (GEM), em 2018, pouco mais de 26% da população adulta do país tinha interesse em empreender em um futuro próximo. Entre os mais jovens, com idades entre 18 e 24 anos, o índice alcançava 43,1%. Entre a população ativa profissionalmente, 38,7% conduziam alguma atividade empreendedora em 2019.

Essa pré-disposição do brasileiro também foi constatada pela pesquisa do Instituto Êxito. Questionados sobre o que almejam para o futuro profissional, os estudantes apontaram como áreas de maior interesse as atividades de profissional liberal e o empreendimento. Na outra ponta, com menos interesse, ficaram a carreira militar e o trabalho do lar.

Ao repercutir o levantamento, o [Jornal da USP no Ar 1ª Edição](#) entrevistou o coordenador do Mestrado Profissional em Empreendedorismo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, professor Marcelo Pedroso, que foi enfático ao afirmar: “o empreendedorismo, principalmente o chamado empreendedorismo inovador, não é uma questão de sorte. Na realidade, quanto mais cedo essa competência for desenvolvida, mais sólida ela se tornará no futuro, portanto, maior a propensão ao êxito”.

Tanto essa afirmação é verdadeira que na reforma do ensino médio, ocorrida em 2017, o empreendedorismo foi estabelecido como um dos eixos estruturantes da nova política educacional do país. Para isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a contemplar, além das competências técnicas, também competências socioemocionais, como iniciativa, capacidade de trabalhar em equipe e pensamento crítico.

Embora seja uma mudança relativamente recente, a maior parte dos estudantes ouvidos pela pesquisa do Instituto Êxito diz que a formação escolar recebida nesse eixo tem sido boa, embora haja

muita margem para melhoria. De acordo com a pesquisa, as variáveis “Sou incentivado a buscar oportunidades e iniciativas para concretizar meus objetivos”; “Sou estimulado a planejar e estabelecer metas”; e “Sou encorajado a desenvolver minha capacidade de persistir (perseverar)” são as que os estudantes acreditam ser as mais bem desenvolvidas pelas escolas. Por outro lado, eles acreditam que a variável “A minha escola tem obtido êxito na preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho” é a menos trabalhada.

Vale registrar que a pandemia de Covid-19 estabeleceu novos padrões. Nesse sentido, a formação para o empreendedorismo torna-se ainda mais relevante no sentido de preparar os jovens para os novos desafios. Como afirma a diretora e representante da UNESCO no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noletto, na apresentação da pesquisa, “com a pesquisa sobre o empreendedorismo nas escolas de ensino médio, estamos ajudando na construção de um futuro com menos desigualdades e mais oportunidades para todos”.

De fato, conhecer essa realidade a partir da percepção dos estudantes, e também dos docentes, é o primeiro passo para a realização de políticas públicas que incidam sobre as lacunas e alinhem as expectativas da comunidade escolar, do mercado de trabalho e da sociedade.

O fortalecimento da educação empreendedora é uma das chaves que precisam ser giradas para que o país pavimente o caminho para um desenvolvimento social e econômico capaz de nos transformar em uma nação mais justa e igualitária. O Instituto Êxito de Empreendedorismo, fundado por Janguê Diniz e outros 33 empreendedores, nasceu com essa missão e, em parceria com a ABMES, tem trabalhado para disseminar a educação empreendedora e o empreendedorismo. Contudo, transformar

esse cenário precisa ser uma meta compartilhada por todos os cidadãos que desejam e acreditam em um futuro melhor.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 14 de junho de 2021.

O fortalecimento da educação empreendedora é uma das chaves que precisam ser giradas para que o país pavimente o caminho para um desenvolvimento social e econômico capaz de nos transformar em uma nação mais justa e igualitária.

Os quadrantes híbridos

Todos sabem que o futuro da educação é híbrido. Poucos, no entanto, entendem como esse modelo híbrido se dará na prática das instituições de educação superior.

Para tentar esclarecer um pouco mais sobre as várias possibilidades do modelo híbrido, faço aqui algumas considerações com o intuito de que se possa entender melhor o conceito de hibridismo e a sua materialização em sala de aula.

Se considerarmos dois eixos de possibilidades, o primeiro lidando com a dimensão do espaço (presencial ou virtual) e o segundo lidando com a dimensão do tempo (síncrono ou assíncrono), criamos quatro quadrantes de possibilidades didático-pedagógicas: atividades presenciais e síncronas (PS), atividades virtuais e síncronas (VS), atividades presenciais e assíncronas (PA) e atividades virtuais e assíncronas (VA).

No primeiro caso (PS), temos as salas de aula convencionais ou as aulas presenciais em laboratórios, onde a presença simultânea do professor e dos alunos acontece.

No caso das atividades virtuais síncronas (VS), temos o exemplo recente das chamadas aulas remotas, ou mesmo o chat usado pelos tutores no modelo tradicional de EAD. Nesse caso,

Confira o vídeo sobre este artigo:



professores e tutores interagem de forma simultânea com os estudantes, porém, sem a presença física.

No terceiro caso, do presencial assíncrono (PA), temos a possibilidade das atividades práticas supervisionadas, feitas pelos estudantes em momentos à sua escolha como, por exemplo, as práticas em laboratório e as salas de estudo das bibliotecas, ou mesmo o trabalho em campo, feito dentro do próprio ritmo do aluno, mas sem a necessidade da presença simultânea do professor.

O quarto e último quadrante, virtual assíncrono (VA), é o que permite que o aluno acesse, por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, o conteúdo digital à sua disposição, como é o modelo tradicional do EAD 100% on-line.

Para planejar suas aulas, os professores poderão escolher as atividades usando um ou mais dos quadrantes acima, combinando alternativas pedagógicas conforme a sua estratégia para a aprendizagem do aluno.

Esse novo espaço-tempo pedagógico, permitido pelas novas tecnologias e acelerado pela recente pandemia, chegou para ficar e dará aos docentes e gestores múltiplas oportunidades para que os alunos possam aprender.

Esse novo espaço-tempo pedagógico, permitido pelas novas tecnologias e acelerado pela recente pandemia, chegou para ficar e dará aos docentes e gestores múltiplas oportunidades para que os alunos possam aprender.

Na sua instituição, chegou a hora de escolher o melhor modelo: aquele que fizer mais sentido para o projeto pedagógico institucional.

É hora de inovar! Os quadrantes do modelo híbrido permitem uma ampla escolha, e que a instituição possa se diferenciar de outras do mercado, cuidando, é claro, da necessária capacitação dos docentes e dos investimentos em tecnologia e conteúdo.

É um grande mundo que se descortina, para o qual devemos todos nos preparar.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 05 de julho de 2021.

Educação híbrida e os novos quadrantes do ensino e da aprendizagem

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ainda no contexto das celebrações pelos 39 anos da ABMES, em agosto a Associação promoveu um [seminário virtual](#) sobre educação híbrida e o que devem ser os novos quadrantes do ensino e da aprendizagem no pós-pandemia. Trata-se de uma dinâmica político-pedagógica que, acreditamos, está mais alinhada com as demandas dos tempos atuais, além de valorizar os investimentos em tecnologia realizados pelas instituições de educação superior nos últimos semestres.

Ao abrir o evento, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, destacou a importância do reconhecimento da essencialidade da educação presencial, que depende da aprovação do [PL 5595/2020](#), em tramitação no Senado Federal, pauta que também conta com grande apoio da ABMES. Na sequência, tanto a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro, e o conselheiro e relator da pauta da educação híbrida na Câmara da Educação Superior do CNE, Luiz Roberto Liza Curi, apoiaram a ideia da Associação em relação aos quadrantes

híbridos como forma de expressar a variedade de experiências de aprendizagem mediadas por tecnologia.

Como destacou Maria Helena, a educação híbrida consiste em “uma abordagem inovadora para o desenvolvimento de competências e habilidades em que as atividades híbridas podem complementar as presenciais por diferentes meios, sempre lembrando que todos os nossos estudantes são nativos digitais”. Para Liza Curi, “a educação híbrida não é uma nova modalidade de ensino, mas um novo procedimento pedagógico, uma mediação tecnológica necessária, plena e ampla, no sentido de ampliar o processo de aprendizagem”.

Isso significa uma ampliação sem precedentes das possibilidades de inovar nas atividades pedagógicas, oferecendo ao estudante um curso mais integrado com suas expectativas, uma visão mais ampla do seu processo de formação e com resultados mais alinhados às demandas do mercado de trabalho.

Também presente ao evento, o consultor João Vianney, da Hoper Educação, parceira da ABMES na realização do seminário, destacou que a educação híbrida já é uma realidade, também em função do novo perfil do estudante. “O aluno chega cada vez mais jovem, mais conectado, tem repertório de aprendizagem digital. Ele quer uma nova educação”.

Mas o que seriam os tais quadrantes e como eles podem facilitar a compreensão do modelo híbrido? Como explico em [outro artigo](#), existem diversos cenários possíveis para a educação híbrida, mas acreditamos que este modelo apresentado pela ABMES sintetiza a materialização do hi-

bridismo nas salas de aula e auxilia as IES na construção de novos projetos pedagógicos que dialoguem com essa nova realidade.

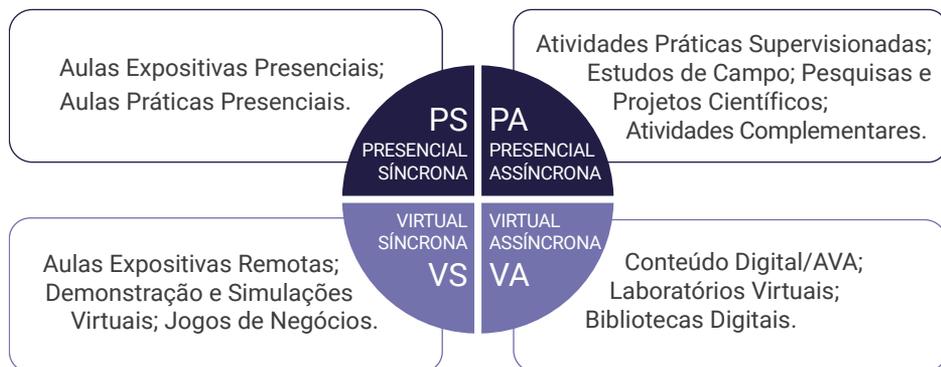
De forma didática, o modelo híbrido que propomos considera dois eixos: espaço (presencial ou virtual) e tempo (síncrono ou assíncrono). Ambos resultam em quatro quadrantes de possibilidades didático-pedagógicas: atividades presenciais e síncronas (PS), atividades virtuais e síncronas (VS), atividades presenciais e assíncronas (PA) e atividades virtuais e assíncronas (VA).

QUADRANTES DA EDUCAÇÃO HÍBRIDA: PROPOSTA DE MODELO

	SÍNCRONO	ASSÍNCRONO
PRESENCIAL	Atividades presenciais e síncronas (PS)	Atividades presenciais e assíncronas (PA)
VIRTUAL	Atividades virtuais e síncronas (VS)	Atividades virtuais e assíncronas (VA)

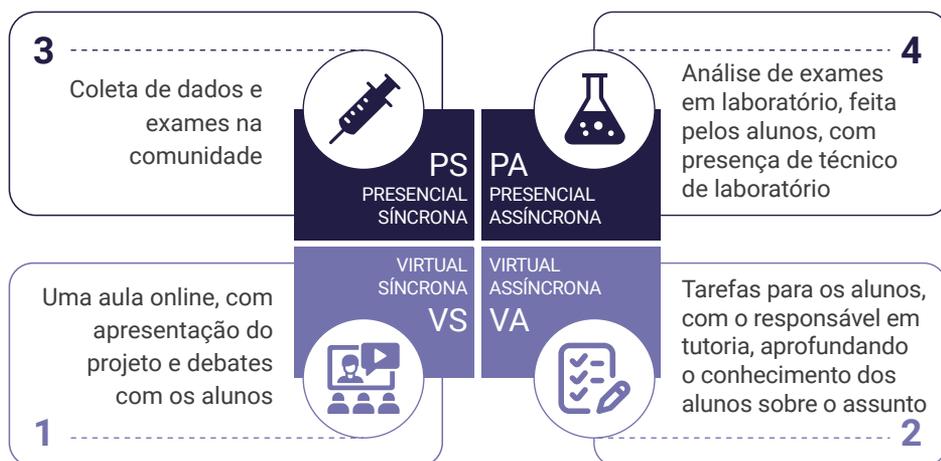
A partir de cada um dos quadrantes é possível planejar diversas atividades didático-pedagógicas que dialoguem com aquela realidade, como aulas expositivas (presenciais ou remotas), projetos científicos, laboratórios presenciais e virtuais, simulações e bibliotecas digitais.

POSSIBILIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS



Na prática, isso significa uma ampliação sem precedentes das possibilidades de inovar nas atividades pedagógicas, oferecendo ao estudante um curso mais integrado com suas expectativas, uma visão mais ampla do seu processo de formação e com resultados mais alinhados às demandas do mercado de trabalho.

EXEMPLO REAL PARA UM CURSO DE SAÚDE



Situação real para uma atividade de extensão em saúde sugerida pelo professor Max Damas, assessor da presidência da ABMES.

Se antes da pandemia chamávamos de híbrida uma educação que ofertasse atividades presenciais associadas à educação a distância, hoje percebemos o quanto nossa compreensão era limitada. A urgência diante da necessidade de garantir a formação educacional de milhões de graduandos em meio à maior crise do século nos fez repensar todas as estruturas em busca de soluções para o distanciamento social imposto. Como resultado, novos horizontes se apresentaram diante de nós.

Embora já soubéssemos que a formação acadêmica não está presa às quatro paredes da sala de aula, não tínhamos dimensão de quão longe poderíamos ir em novas metodologias educacionais. É bem verdade que antes da pandemia já desconfiávamos que o futuro da educação seria híbrido, mas hoje temos convicção. Só não contávamos que esse futuro fosse se apresentar tão breve diante de nós. Ele chegou e já bate à porta das nossas IES.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 23 de agosto de 2021

Para um novo mundo, uma nova educação

Em um ano inspirado, publiquei na última semana meu terceiro livro em 2021: “Os Quadrantes Híbridos na Educação Superior Brasileira – Uma proposta ABMES”. Em mais uma publicação que aborda a interface entre a tecnologia e a educação – agora com mais foco na educação, é verdade –, discorro sobre como a pandemia de Covid-19 acelerou o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no ambiente educacional e trouxe novas perspectivas para uma área que estava estagnada no século 19.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Passado o susto inicial de ter que repensar o processo educacional de um dia para o outro, as soluções adotadas em caráter emergencial para garantir a continuidade da formação acadêmica de milhões de estudantes em um contexto de distanciamento social não só mostraram-se eficazes como mais atraentes. Para além disso, a concepção de uma educação efetivamente híbrida ganhou corpo.

A oferta de atividades presenciais com a educação a distância, que até então vinha sendo chamada de educação híbrida por algumas instituições de ensino, passou a ser nada além disso: educação

presencial e a distância misturadas. A pandemia ampliou os horizontes de tal forma que hoje conseguimos compreender que a educação híbrida se dá em outra esfera.

E foi refletindo sobre qual esfera seria essa que chegamos ao modelo dos quadrantes híbridos da educação superior. Embora seja obtido a partir das mesmas bases que estruturam as modalidades presencial e a distância, ele vai além ao fazer da prática pedagógica o eixo determinante de como recurso será utilizado dentro dos projetos pedagógicos dos cursos.

Entre as inúmeras possibilidades de explorar esse universo, desenvolvemos uma proposta fundamentada nos quadrantes originados a partir das dimensões tempo e espaço:

1. atividades presenciais síncronas (PS);
2. atividades virtuais síncronas (VS);
3. atividades presenciais assíncronas (PA) e;
4. atividades virtuais assíncronas (VA).

A educação híbrida só acontece quando dois ou mais quadrantes estão presentes e em sintonia no processo de formação acadêmica. No livro, que está disponível para download gratuito [no site da ABMES](#), o modelo é apresentado de forma detalhada não só por meio de textos e ilustrações, mas também com aplicações práticas para cursos das áreas de Saúde, Engenharia, Licenciatura e Tecnologia, mostrando que trata-se de uma proposta consistente e abrangente.

Na publicação também é apresentado o contexto das transformações que viabilizaram a elaboração do modelo, como a demonstração de grande resiliência por parte das instituições de educação superior durante a pandemia e a maior aceitação

A pandemia ampliou os horizontes de tal forma que hoje conseguimos compreender que a educação híbrida se dá em outra esfera.

dos estudantes em relação à educação a distância; o que já tem fundamento no marco regulatório e o que precisa ser feito em termos legais; a utilização, pelo Inep, de um modelo híbrido nas avaliações *in-loco* desde abril deste ano; e o que a ABMES tem feito para que a educação do século 19 migre para o século 21.

Por tudo isso é que convido a todos para que façam uma leitura atenta do [livro](#), fruto de um trabalho de colaboração com toda a equipe da ABMES. Acredito muito no potencial transformador da proposta que está contida ali. O futuro da educação é híbrido, e os quadrantes traçados a partir do tempo e do espaço são, certamente, uma boa rota – quem sabe a melhor – rumo a esse futuro que nos aguarda logo ali na esquina.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 15 de novembro de 2021

O apagão da tecnologia

A demanda por mão de obra qualificada na área de tecnologia, que já era crítica antes da pandemia, foi potencializada nos últimos dois anos. E essa afirmação não é novidade para alguém que seja minimamente conectado com o mundo que o cerca. O distanciamento social imposto desde março de 2020 levou o desenvolvimento da “sociedade 4.0” a patamares nunca antes imaginados, por mais otimistas que fossem as previsões nesse sentido.

Confira o vídeo sobre este artigo:



De acordo com o site de classificados de emprego Catho, só em 2020, a procura por profissionais de tecnologia cresceu mais de 670% no estado de São Paulo. E a expectativa é de que essa seja uma área que siga aquecida por muito tempo. Segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), o setor deve demandar 420 mil novos profissionais somente até 2024.

Contudo, o que poderia ser uma boa notícia para um país com altas taxas de desemprego acaba, no fim, jogando luz sobre um dos grandes entraves para o nosso desenvolvimento: a baixa escolaridade da população brasileira, devidamente acompanhada da pouca formação profissional.

O descompasso entre a demanda do mercado e a qualificação dos trabalhadores é um componente histórico do círculo vicioso

que dificulta o progresso do Brasil. Para se ter ideia, levantamento realizado pelo Senai, UFRGS e a agência alemã de cooperação GIZ, previa, ainda antes dos impactos da pandemia, que a lacuna entre a formação de profissionais de TI e a necessidade de mão de obra seria de 22% em 2023 e de 35% em 2026.

O mundo está cada vez mais imerso em tecnologias como e-commerce, inteligência artificial e metaverso. Associado a isso, estamos presenciando o rápido impulsionamento das “techs”, prova de que todos os setores econômicos estão sofrendo disrupturas em função da tecnologia. Edtechs, fintechs, medtechs e tantas outras são a cara da nova economia global. Ou o Brasil desperta rapidamente para esse novo quadro ou teremos um apagão de mão de obra que, além de travar o nosso desenvolvimento, nos fará reféns de tecnologias que venham de fora.

Não é de hoje que a ABMES despertou para esse cenário e tem atuado para reduzir a distância entre o profissional que o mercado de trabalho precisa e o egresso formado nas instituições

O descompasso entre a demanda do mercado e a qualificação dos trabalhadores é um componente histórico do círculo vicioso que dificulta o progresso do Brasil.

particulares de educação superior. Estamos no quarto ano de [parceria com a Microsoft](#) em um esforço conjunto para promover a adoção de um currículo de inteligência artificial nos cursos de tecnologia. Além disso, por meio do [ABMES Lab](#), as instituições associadas possuem contato direto, exclusivo e contínuo com soluções tecnológicas da Microsoft que estão revolucionando a educação em todo o mundo.

Trata-se de uma iniciativa relevante, mas que, sozinha, não conseguirá equacionar esse grave problema descortinado diante de todos nós. A demanda por profissionais de tecnologia é grande e vai aumentar exponencialmente nos próximos anos. O alerta foi disparado há algum tempo, mas a sensação é a de que o país segue dormindo em berço esplêndido. O que esperamos?

A formação profissional na área de tecnologia precisa de uma expansão com urgência. O mercado clama por desenvolvedores, analistas de sistema, engenheiros mecatrônicos, condutores de processos robotizados, entre muitos outros profissionais de níveis técnico e superior. Mais do que nunca, gestores públicos e instituições de educação superior precisam olhar com muita atenção para esse setor. E agir para atendê-lo

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 07 de fevereiro de 2022

Ultrapassagem inédita no Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior 2020, recentemente divulgado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), confirmou a previsão feita pela ABMES de que novas matrículas em cursos a distância substituiriam, em curto espaço de tempo, aquelas efetivadas em graduações presenciais.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ainda em 2018, [pesquisa](#) realizada pela Associação, em parceria com a empresa de estudos educacionais Educa Insights, constatou a redução da resistência dos estudantes à modalidade e que, mantidas as taxas anuais de crescimento, a inversão das novas matrículas por modalidade se daria em 2023. Mas, em 2020 o coronavírus chegou e, em 2021, essa previsão foi antecipada para 2022.

O que ninguém conseguiu prever, contudo, é que a forte queda na renda das famílias em virtude da pandemia, associada aos altos índices de desemprego, ao investimento do setor de educação particular em tecnologia e à satisfação dos estudantes com a modalidade remota ofertada desde o início de 2020 fosse resultar na aceleração dessa antecipação.

De acordo com o Censo, a superação das novas matrículas nos cursos a distância ocorreu já em 2020. O levantamento aponta que, dos cerca de 3,7 milhões de ingressantes em instituições públicas e privadas naquele ano, 53,4% (mais de 2 milhões) escolheram a modalidade on-line. Na edição de 2019 do levantamento, a rede privada já havia registrado o ingresso maior nas vagas das graduações a distância.

Embora a expansão da EAD esteja despontando como uma opção inclusiva, temos a responsabilidade de garantir que esse crescimento se dê com qualidade. Além disso, as IES precisam se estruturar para que tenham sustentabilidade a longo prazo, já que o ticket médio menor traz o desafio de adequação dos custos à nova realidade. Precisamos nos atentar, ainda, para a manutenção da diversidade no setor, com instituições de todos os portes e tamanhos. Para isso, é muito importante que ampliemos a marca de 40% das IES credenciadas para a oferta da EAD. Estamos otimistas de que as instituições terão êxito nesse novo cenário.

Mas, nem só de EAD foi feito o Censo 2020. O levantamento também revelou que, apesar dos impactos da pandemia, em 2020 foram registradas mais de 8,6 milhões de matrículas em cursos de graduação, crescimento de 0,9% em relação a 2019. Em relação à representatividade do setor particular, ela foi ampliada. O setor é responsável por 87,6% das instituições de educação superior e efetivou 86% das novas matrículas em 2020.

Embora a expansão da EAD esteja despontando como uma opção inclusiva, temos a responsabilidade de garantir que esse crescimento se dê com qualidade.

É interessante notar que, apesar do susto inicial e das dificuldades enfrentadas desde março de 2020, a educação superior se manteve firme. Os números provam o que já vínhamos percebendo no nosso dia a dia: nossos maiores temores não se concretizaram. Trabalhamos muito, e rapidamente, para atenuar o tsunami que se abateu sobre as IES com a suspensão da presencialidade em todo o país, e o resultado de tamanho esforço está consolidado nos dados apresentados pelo Inep.

Sendo assim, além de celebrar a manutenção do vigor da educação superior no país naquele que foi o pior ano do século, os dados do Censo mostram a força e a união do setor particular de educação superior, dos quais temos muito o que nos orgulhar

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 07 de março de 2022

A hora e a vez da educação híbrida

O crescimento dos cursos semipresenciais e a distância no pós-pandemia é uma realidade. A previsão, feita lá atrás quando o modelo remoto se mostrou viável, foi confirmada na última pesquisa realizada pela ABMES em parceria com a empresa de estudos educacionais Educa Insights. De acordo com o [Observatório da Educação Superior: Otimização de oferta – Edição Maio/2022](#), as matrículas em instituições particulares na modalidade semipresencial cresceram 43% no primeiro semestre deste ano. Nos cursos presenciais o aumento foi de 39% e na EAD de 22%.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Esse resultado nada mais é do que a quantificação daquilo que vínhamos percebendo nos últimos anos: os recursos digitais disponibilizados neste século 21, alinhados ao perfil de uma geração que nasceu imersa nessa tecnologia e o impulsionamento da mudança de comportamento provocado pela pandemia de covid-19 expandiram de forma definitiva os horizontes do processo de ensino e aprendizagem.

É bem verdade que o cenário de crise econômica que há anos assola o país já vinha impactando significativamente no crescimento das matrículas na educação a distância. Contudo, não há dúvida de que o crescimento verificado nos últimos semestres, em especial no primeiro de 2022, quando os cursos

presenciais já haviam retomado a presencialidade, deve-se ao inesperado fator pandemia.

Prova disso é que em pesquisa realizada em 2017 apenas 19% dos possíveis estudantes consideravam a EAD como opção. Em 2020, ainda antes da pandemia, esse percentual já tinha saltado para 40%. Um [segundo levantamento](#) realizado em 2020, mas já após a instalação da crise sanitária, constatou que 78% dos prospects avaliavam a possibilidade de cursar a graduação na modalidade a distância.

Outra constatação relevante do estudo divulgado em maio pela ABMES é a mudança no perfil dos estudantes dos cursos a distância. Aumentou o número de jovens em busca das flexibilidades oportunizadas pela EAD, reduzindo o público tradicional de pessoas mais velhas, que trabalham ou que buscam uma segunda graduação. O que seria esse resultado se não uma constatação de que a experiência da educação a distância durante a pandemia agradou?

Aumentou o número de jovens em busca das flexibilidades oportunizadas pela EAD, reduzindo o público tradicional de pessoas mais velhas, que trabalham ou que buscam uma segunda graduação.

Se é verdade o ditado popular de que “contra fatos não há argumentos”, estamos diante da prova cabal de que a educação precisa seguir em frente e se ajustar às demandas destes tempos disruptivos. E nesse novo cenário, o [modelo dos quadrantes híbridos](#), desenvolvido pela ABMES como uma proposta para a educação superior brasileira, mostra-se cada vez mais alinhado com as demandas

e as expectativas desse novo mundo que está surgindo no pós-pandemia.

Antes da pandemia o debate sobre o fim da divisão entre presencial e EAD já era uma realidade. Após tudo o que foi vivenciado e experimentado nos últimos dois anos, essa segmentação passou a ser ainda mais ultrapassada. Estamos na era da educação mediada pela tecnologia, e esse é um caminho sem volta. As políticas educacionais precisam se ajustar nessa nova direção para que não percamos o passo. A sociedade quer, as instituições de educação superior estão preparadas e o mercado de trabalho clama por um modelo educacional mais eficiente na preparação do profissional deste século. Temos todos os ingredientes à mão, só nos falta colocar a mão na massa.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de junho de 2022

O fim do preconceito

Faz algum tempo que temos batido na tecla de que não há mais espaço para qualquer tipo de preconceito em relação aos cursos ofertados na modalidade a distância. Nem por parte dos estudantes nem do mercado de trabalho.

As últimas edições do Censo da Educação Superior do Inep/MEC e as pesquisas recentes realizadas pela ABMES em parceria com a Educa Insights já tinham mapeado o aumento significativo da aceitação dos discentes à EAD. Contudo, o que apresentamos à imprensa, aos [gestores das instituições particulares de educação superior](#) e ao ministro da Educação no último dia 19 vai além: os empregadores também não fazem mais distinção entre egressos de cursos presenciais e a distância.

De acordo com o [Índice ABMES/Symplicity de Empregabilidade 2022 \(IASE\)](#), o percentual de graduados de ambas as modalidades empregados após um ano da conclusão do curso é exatamente o mesmo: 69%. Em relação à renda, há uma variação média de pouco mais de R\$ 340,00 a favor dos egressos na modalidade presencial. Essa diferença pode ser justificada muito mais pelo fato de uma parcela significativa dos graduados na modalidade EAD serem de cursos de licenciatura, cujos profissionais recebem, em média, R\$ 2.392,86 ante os R\$ 3.972,52 pagos aos egressos de cursos de bacharelado, do que por qualquer distinção entre os empregadores.

[Confira o vídeo sobre este artigo:](#)



O Decreto nº 9.057/2017, que regulamentou a educação a distância no país, foi um divisor de águas. Passados pouco mais de cinco anos, não há dúvida de que medidas como a proibição de qualquer distinção nos diplomas de cursos presenciais e EAD contribuíram significativamente para que barreiras fossem transpostas. Ainda assim não é (ou era) comum vermos mudanças comportamentais dessa magnitude em tão pouco tempo.

É claro que fatores como a pandemia, a intensificação da crise econômica e os novos desafios impostos ao mercado de trabalho nos últimos anos também contribuíram para essa virada de chave em relação à educação a distância. E nada disso tira o mérito de uma medida visionária sem a qual os dois últimos anos teriam sido, certamente, muito mais difíceis.

Indo além, não podemos ignorar o fato de estarmos em meio à Era do Conhecimento, das comunicações instantâneas e do mundo a um clique. As tecnologias da informação e da comunicação transformaram a forma como o ser humano se relaciona com quem o cerca, com o planeta e consigo mesmo. Talvez, a educação a distância seja a modalidade de ensino que melhor tenha se apropriado das oportunidades trazidas pelos novos tempos. Talvez, por isso, ela tenha deixado para trás o *status* que a acompanhou por bastante tempo de “formação de segunda categoria”.

Não acredito que a educação superior vá migrar integralmente para a modalidade a distância, embora ela venha apresentando crescimentos substanciais ano

Talvez, a educação a distância seja a modalidade de ensino que melhor tenha se apropriado das oportunidades trazidas pelos novos tempos.

após ano. Acredito, sim, que estejamos próximos a um ponto de equilíbrio que nos conduzirá para um **formato híbrido** capaz de unir o melhor dos dois universos.

A parceria entre a ABMES e a Symplicity vai continuar. O IASE será atualizado anualmente com o objetivo de apoiar as instituições de educação superior no aprimoramento dos seus currículos acadêmicos e os órgãos governamentais no direcionamento das políticas públicas da educação superior.

Uma grande transformação social está em curso e a educação superior é parte fundamental dela. Estudantes e mercado de trabalho não fazem mais distinção entre as modalidades de ensino. É chegada a hora de a legislação que rege o setor também caminhar neste sentido.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 25 de julho de 2022

A força da educação empreendedora

Empreendedorismo é atitude, é comportamento e transforma vidas. Essa é a mensagem central da publicação *Educação empreendedora nos cenários de aprendizagem: um guia do Instituto Êxito*, lançada na semana passada com o apoio da ABMES. O volume reúne os principais conteúdos já desenvolvidos pelo Instituto, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), voltados para o desenvolvimento, em sala de aula, de atividades e conteúdos focados em conectar estudantes e professores no incrível – e cada vez mais necessário – universo do empreendedorismo.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Para isso, uma das primeiras mensagens evidenciadas é a de que o empreendedorismo precisa ser compreendido como algo que vai muito além de abrir um negócio. Embora essa tenha sido a concepção original do termo, neste século 21 ele foi significativamente ampliado e ganhou uma nova essência.

Hoje, todo indivíduo precisa ser empreendedor de si mesmo. Para isso, ele precisa desenvolver atitudes e comportamentos empreendedores que passam, sobretudo, pelas tão demandadas *soft skills*, componentes essenciais na engrenagem de um mercado de trabalho cada vez mais disruptivo e competitivo.

Segmentadas em pessoais, técnicas, gerenciais e social, as competências empreendedoras são as mesmas demandadas para os profissionais de hoje e do futuro próximo, como capacidade de desenvolver um raciocínio lógico; de se comunicar com clareza; de tomar decisões; de negociação; e criatividade, por exemplo.

Ao todo, o material disponibilizado pelo Instituto Êxito lista 16 competências e, para cada uma, apresenta lições com dicas e exemplos práticos de conteúdos e atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula tanto no ensino médio quanto nas instituições de educação superior. Dessa forma, a publicação evidencia que todo mundo pode desenvolver as competências empreendedoras, mesmo aquelas que não são natas ao indivíduo.

Hoje, todo indivíduo precisa ser empreendedor de si mesmo.

É claro que todo esse esforço não faria sentido se não houvesse reconhecimento por parte dos docentes e dos estudantes sobre a importância da educação empreendedora. Por isso, a publicação começa apresentando os resultados de uma pesquisa realizada

pelo Instituto Êxito em parceria com a Unesco na qual mais de 6 mil alunos e 2 mil professores foram ouvidos. Os resultados animadores revelam que 95% dos estudantes consideram importante ou muito importante a oferta desse conteúdo dentro das salas de aula. Entre os professores, o índice é bastante similar: 96%.

Nosso objetivo ao organizar a publicação foi o de oferecer ao professor uma espécie de “guia essencial” que o auxilie na elaboração de planos de aula e no estímulo do espírito empreendedor nos estudantes. Além disso, o material também se propõe a ser uma base sólida a partir da qual estados e

municípios podem inserir a educação empreendedora em suas políticas educacionais.

Agradeço aos meus amigos Janguê Diniz e Iara de Xavier pela parceria no desafio de organizar esta publicação. Sabemos que o tema é amplo e não se esgota no que está posto naquelas páginas, embora não sejam poucas. Mas também temos consciência de que se o conhecimento sintetizado ali for aplicado nas salas de aula, formaremos novas gerações muito mais bem preparadas para lidar com os desafios e as demandas destes tempos desafiadores.

A educação empreendedora tem esse poder. Ela é capaz de contribuir para a formação de indivíduos mais bem preparados para o mercado de trabalho, mas também para se relacionarem melhor e impactarem positivamente a sociedade. Não se trata de uma solução milagrosa para todos os problemas do país, mas de um passo fundamental sem o qual não conseguiremos avançar. É nisso o que acreditamos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 28 de novembro de 2022

Quadrantes híbridos e os caminhos possíveis

Há cerca de um ano, quando lançamos a publicação *Os quadrantes híbridos da educação superior brasileira*, apostávamos que a nova realidade trazida pela pandemia de covid-19 resultaria na demanda por um novo modelo educacional mais alinhado às soluções tecnológicas capazes de mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ali, os quadrantes híbridos surgiram como uma proposta da ABMES para as instituições de educação superior.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Passados alguns meses, percebemos que o modelo dos quadrantes híbridos havia começado a se materializar dentro das IES. Como era de se esperar, diversas dúvidas surgiram em relação à sua implementação. Foi aí que, em parceria com a DreamShaper, organizamos um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de esclarecer os questionamentos e mapear instituições que já iniciaram a adoção do formato.

O resultado desse esforço está consolidado no e-book *Os quadrantes híbridos da educação superior brasileira: Guia prático com caminhos possíveis*, lançado no último mês de novembro pela Associação. Com um texto didático e bastante abrangente, a publicação começa esclarecendo as 13 dúvidas mais comuns

em relação à proposta, entre elas: por onde começar? Preciso adequar o PPC e o PDI? Preciso mexer nas matrizes curriculares dos cursos? Qual o impacto na carga horária das disciplinas? Presencial assíncrono conta como carga horária EAD?

Na sequência, são apresentadas as experiências práticas desenvolvidas por sete instituições participantes do GT: Grupo Tiradentes; UniCEUB; UniCarioca; Ser Educacional; Senac/PR; UNIUBE; e Ecosistema Brasília Educacional. As iniciativas passam pela aplicação dos quadrantes híbridos na curricularização da extensão; a adoção do conceito da "sala de aula invertida"; e educação flexível.

Por fim, o e-book oferece ao leitor os artigos “2022: o fim da pandemia e a consolidação de tendências na Educação Superior”, com os principais resultados do “Observatório da Educação Superior: O que querem os estudantes?”, divulgado em maio pela ABMES; e “Para além dos quadrantes híbridos - tendências”, que faz uma breve reflexão a partir dos documentos lançados na UNESCO World Higher Education Conference (WHEC2022), realizada em Barcelona (Espanha), também em maio deste ano.

Dessa forma, as instituições de educação superior têm à disposição um material bastante completo para apoiá-las na adoção de práticas educacionais mais inovadoras, conectadas com as demandas e as tendências deste século 21, e tudo de acordo com as diretrizes e regulamentação do setor.

Se antes de 2020 a cultura da “lousa e saliva” já não funcionava, depois de todas as mudanças vivenciadas nos últimos dois anos os avanços precisam ser implementados ainda mais rapidamente.

Além das instituições já citadas, também integraram o grupo: Associação Paranaense de Cultura; Centro de Educação Superior de Brasília; Centro Universitário Newton Paiva; Cruzeiro do Sul; Fundação Bahiana para o Desenvolvimento da Ciência; Fundação Educacional Dom André; Arcoverde; Fundação Oswaldo Aranha; Grupo Educacional Ceuma; Unidade Educacional de Ensino Superior.

Em nome da ABMES, agradeço a cada instituição e a cada profissional que se uniu a nós nesse esforço conjunto para levar a educação brasileira a novos patamares. Se antes de 2020 a cultura da “lousa e saliva” já não funcionava, depois de todas as mudanças vivenciadas nos últimos dois anos os avanços precisam ser implementados ainda mais rapidamente.

Sabemos que o desafio é grande, mas os quadrantes híbridos estão aí para nos apoiar e direcionar nessa virada de chave para uma educação mais atrativa, inovadora e eficiente. Vamos juntos rumo a um modelo educacional que dialogue com os tempos atuais!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de dezembro de 2022

Os desafios da formação profissional

Levantamento da CNI, em 2022, jogou luz sobre uma grande barreira para o desenvolvimento do Brasil: a falta de mão de obra qualificada. Segundo o estudo, até 2025 precisaremos formar 9,6 milhões de trabalhadores apenas para atender ao setor industrial. O desafio é grande, mas não impossível, como indicam as estatísticas educacionais mais recentes.

Confira o vídeo sobre este artigo:



O último Censo da Educação Básica mostra que, no ano passado, houve um salto nas matrículas da educação profissionalizante de nível médio. Saímos de 1,8 milhão, em 2021, para 2,1 milhões de estudantes em 2022. Há que se destacar, ainda, a inclusão da formação técnica e profissional no currículo do novo ensino médio, com seus itinerários formativos.

Sem passar por uma mudança tão significativa, a educação superior também tem apresentado resultados positivos em relação aos cursos tecnológicos. De acordo com o último Censo da Educação Superior, as matrículas nessa modalidade cresceram 86% entre 2011 e 2021, impulsionadas sobretudo pela educação a distância (EAD), onde a expansão atinge a marca de 375,5%.

É interessante notar que, pelo perfil da EAD (estudantes mais velhos e que já trabalham), ela tem atendido pessoas que buscam uma atualização na sua área ou até mesmo uma nova profissão. Essa realidade vai ao encontro de outro alerta feito pela CNI: o de que 79% das pessoas (ou 7,6 milhões daquelas 9,6 milhões citadas inicialmente) precisam de formação continuada, ou seja, atualização.

Há, portanto, um cenário otimista sendo desenhado. Os brasileiros estão mais abertos à formação técnica e profissionalizante tanto em nível médio quanto no superior. Contudo, esse movimento orgânico da sociedade não tem sido suficiente para resolver a equação complexa que envolve ocupação das vagas disponíveis, redução do Custo Brasil, o arrefecimento do desemprego e melhor qualidade de vida para a nossa população.

Os brasileiros estão mais abertos à formação técnica e profissionalizante tanto em nível médio quanto no superior.

Também não tem sido suficiente para suprir os profissionais formados em cursos de bacharelado e licenciatura. Precisamos de políticas públicas e de currículos escolares e acadêmicos que dialoguem com as demandas de um mercado de trabalho em constante transformação e aumentem a empregabilidade dos brasileiros.

As instituições particulares de educação superior, responsáveis por 76,9% das matrículas de graduação, estão cientes desse cenário e empenhadas em muda-lo, mas uma evolução mais significativa passa pela revisão da atual regulação: o que já é assunto para outro artigo...

Artigo publicado na edição de fevereiro da revista [Indústria Brasileira](#), da CNI, e no [ABMES Blog](#) em 13 de março de 2023

Em qualquer idade, educação é para todos

Nas últimas semanas, o caso da estudante universitária de 44 anos que foi alvo de deboche por parte de três colegas de turma trouxe para a pauta da sociedade um debate de extrema relevância, mas que estava relegado a segundo plano: o etarismo, ou seja, preconceito em relação à idade.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Além do desrespeito e do posicionamento discriminatório, a atitude mostrou que as três jovens de Bauru/SP também estão desconectadas das demandas e tendências deste século, entre as quais o aprendizado para a vida toda. Hoje, uma das poucas unanimidades é a de que o diploma de graduação é só o ponto de partida para uma vida de aprendizagem. Não é raro pessoas cursarem um segundo ou até mesmo terceiro curso superior. E isso sem falar em pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento.

Também não são poucos os casos de pessoas que, por questões econômicas, não conseguiram cursar a graduação logo após a conclusão do ensino médio. Seja para ajudar a família, seja por não poder arcar com a mensalidade, a migração do status de estudante para o de trabalhador, nessa etapa da vida, ainda é uma imposição para a maior parte dos brasileiros. Mais tarde, com a

situação financeira mais estabilizada, o retorno às salas de aula passa a ser um sonho possível para alguns.

Há, ainda, pessoas, especialmente mulheres, que precisaram abrir mão dos estudos para cuidar da família; trabalhadores que buscam qualificação para alçar postos e cargos mais altos nas empresas onde atuam; indivíduos que despertaram tarde para a importância da educação; pessoas que não vislumbravam a educação superior como algo possível, mas foram beneficiadas por uma política pública que fez a ponte entre elas e as instituições de ensino. Enfim, cada estudante tem a sua história e suas razões, e todas devem ser respeitadas.

Em 2021, quase 600 mil pessoas com 40 anos ou mais estavam matriculadas nas universidades, centros universitários e faculdades do país, número que representa um crescimento de 171,1% em relação a 2012. E a nossa expectativa é a de que cada vez mais pessoas de todas as idades sigam tendo acesso à educação superior. Elas precisam disso, o mercado de trabalho precisa disso, o país precisa disso.

Inclusive, também os jovens graduandos têm muito a ganhar com a convivência com pessoas mais maduras. A troca de experiências e o aconselhamento de quem já viveu mais são tão importantes para eles quanto o frescor das ideias, da inovação e da linguagem dos jovens são para os estudantes de mais idade. E esse é um papel social importante das universidades: promover a integração entre gerações.

Nesse sentido, é fundamental que as instituições de educação superior estejam preparadas para atender tanto aos alunos jovens quanto aqueles mais maduros, até mesmo lançando mão de metodologias específicas, como a andragogia (ciência focada na arte de ensinar adultos). É essencial, ainda, estimular

o desenvolvimento de um ambiente saudável, acolhedor e no qual toda a diversidade humana, inclusive a etária, seja respeitada.

Por fim, como destacou o ministro da Educação, Camilo Santana, em vídeo no qual se solidariza, juntamente com o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, com a estudante Patrícia Linares, a educação é, antes de tudo, um direito humano e cláusula pétrea da nossa Constituição Federal, que vale para todos os cidadãos brasileiros, em qualquer tempo ou idade.

A desigualdade profunda à qual a população do Brasil está submetida se manifesta de diversas formas, inclusive no exercício – ou não – dos direitos fundamentais. Nossa sorte é que direitos não têm prazo de validade, assim como a determinação do brasileiro – que não desiste nunca. A educação é transformadora em qualquer fase da vida, e todos que desejarem acessá-la devem ser apoiados e estimulados a qualquer tempo.

É fundamental que as instituições de educação superior estejam preparadas para atender tanto aos alunos jovens quanto aqueles mais maduros.

O que me tranquiliza é saber que situações como a que ocorreu recentemente são exceções. Enquanto reitor de uma instituição de educação superior, vejo que a regra é o acolhimento e a troca construtiva de experiências. A visibilidade que o caso de Bauru ganhou foi importante para mostrar que a sociedade não tolera esse tipo de comportamento e também para jogar luz sobre esse público crescente da educação superior.

Agora, cabe a todos – governos, instituições, estudantes e população – trabalharem para que muitas outras vidas sigam

sendo transformadas pela educação. E que histórias como a da Patrícia cheguem até nós pelos motivos corretos, como a garra e a determinação de quem se desdobra para dar conta de uma graduação ao mesmo tempo em que tem sob sua responsabilidade todas as atribuições e responsabilidades da vida adulta. Patrícias merecem ser celebradas, jamais hostilizadas.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de março de 2023



Gestão Educacional

Uma constelação na educação superior

Com quantas estrelas se faz uma constelação? A menor de todas conta com cinco corpos celestes com luz própria e tem uma importância gigantesca para a orientação de quem habita o hemisfério sul do planeta. Talvez por esse motivo, Cruzeiro do Sul tenha sido o nome escolhido pelo professor Hermes Ferreira Figueiredo para o seu primeiro empreendimento educacional, o Colégio Cruzeiro do Sul, nos idos de 1965.

Pode até ser que o motivo da escolha tenha sido outro, mas hoje não há como pensar no professor Hermes sem conectá-lo imediatamente com a constelação mais famosa pelas bandas de cá do mundo e na sua relevância para a navegação da educação superior brasileira ao longo das últimas décadas.

Dotado de uma luz própria intensa, de grande determinação e de ampla visão do cenário onde está imerso, em março passado o professor Hermes passou o bastão da presidência do Semesp após 17 anos de relevantes contribuições àquela entidade, embora siga na entidade sindical ocupando uma das vice-presidências. Sua atuação representativa também segue firme no Conselho de Administração da ABMES.

Há que se destacar, ainda, sua atuação muito presente no Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior, enquanto representante do Semesp. No colegiado, sua atuação foi muito combativa, com ênfase para a sua visão sobre o setor particular

de educação superior e a compreensão da sua importância para o país. Em ambas as entidades, o professor Hermes cedeu seu lugar à professora Lúcia Teixeira.

Exemplo de empreendedor visionário, o professor Hermes (ou “hff”, como ele gosta de assinar) transformou o seu colégio em um dos maiores grupos educacionais do Brasil. Da educação básica à educação superior, é possível ser aluno do grupo, que recentemente fez um IPO bem-sucedido.

À expansão da primeira universidade (Cruzeiro do Sul, claro) pela cidade de São Paulo/SP, com a criação de novos campi, se seguiu a aquisição de instituições de educação superior no estado de São Paulo e em outros lugares do país, como o Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), a Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), a Universidade de Franca (Unifran), o Centro Universitário de Caraguatatuba, a Faculdade de São Sebastião, o Centro Universitário de Itu e de Salto e o Centro Universitário de João Pessoa.

Para além da impressionante capacidade de gestão, o professor Hermes também se destaca por sua habilidade de negociação e articulação. Os resultados alcançados pelo grupo Cruzeiro do Sul e pelo Semesp nos últimos anos estão aí para comprovar. Afinal, nem só de boas decisões se constrói um legado.

A nossa sorte é que esse legado seguirá em construção. Ainda que não seja mais a liderança à frente de uma entidade representativa,

Exemplo de empreendedor visionário, o professor Hermes (ou “hff”, como ele gosta de assinar) transformou o seu colégio em um dos maiores grupos educacionais do Brasil.

o professor Hermes seguirá nos inspirando e desafiando a sermos cada vez melhores.

Ao contrário da Via Láctea que, estima-se, tenha entre 200 e 400 bilhões de estrelas, o setor particular de educação superior conta com uma constelação bem mais restrita. Poucos são os que nos iluminam e nos guiam com sua luz. Obrigada por tudo, professor Hermes, e parabéns por sua caminhada até aqui. O setor particular de educação superior segue tendo-o como uma estrela que nos norteia.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de abril de 2021.

LGPD, direito à privacidade e o papel das IES

Desde setembro de 2020 o Brasil tem uma regulamentação específica com o objetivo de proteger os dados dos brasileiros tanto no ambiente on-line quanto no off-line. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) chegou para estabelecer regras sobre como as empresas devem se portar em relação à captura, ao armazenamento e à utilização dos dados de clientes e potenciais clientes.

A legislação brasileira surgiu dentro de um contexto global no qual a informação passou a ser uma riqueza na sociedade digital. A LGPD veio para frear a voracidade com que os dados dos indivíduos passaram a ser coletados e utilizados, muitas vezes à revelia da pessoa e violando o seu direito à privacidade.

No âmbito das instituições de educação superior (IES), a nova legislação chegou demandando uma ampla revisão e reformulação dos processos gerenciais e acadêmicos. Para auxiliar nesse processo, a ABMES convidou uma das maiores especialistas do país no tema, a Dra. Patricia Peck, e ofertou um curso sobre a implementação da governança de proteção de dados nas IES.

Além de mergulhar no universo dos conceitos e do histórico que nos conduziu à regulamentação atual, os 70 participantes, de 36 instituições de educação superior, tiveram a oportunidade

de aprender, em detalhes, sobre como iniciar a implementação da LGPD na IES, as etapas dessa implementação, como ela impacta os diversos departamentos (RH, Comercial, Pedagógico, Administrativo, Jurídico e a TI), entre outros pontos.

Nunca é demais lembrar que gestão incorreta dos dados pessoais pode incidir na reputação da instituição e acarretar em punições como advertência, divulgação da infração (depois de apurada e confirmada), bloqueio e eliminação dos dados pessoais envolvidos na infração, de suspensão parcial do banco de dados, suspensão da atividade de tratamento dos dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento.

Por isso, as instituições de educação superior precisam estar muito atentas para o ciclo de vida dos dados pessoais coletados, bem como na clareza das informações prestadas aos titulares sobre quais dados estão sendo coletados, o objetivo da coleta, como esses dados serão utilizados e se haverá compartilhamento deles com alguma outra empresa. Essa informação pode ser transmitida por meio de uma cláusula no contrato de matrícula ou aviso na plataforma educacional ou site da instituição.

Nunca é demais lembrar que gestão incorreta dos dados pessoais pode incidir na reputação da instituição e acarretar em punições.

Outro ponto que as instituições precisam se resguardar é o que diz respeito à segurança desses dados. É preciso estar atenta a questões como segurança da informação, gestão de risco de dados pessoais e gestão de incidentes. Para isso, além de investir em sistemas e softwares seguros, é essencial que a IES esteja atenta

a quais funcionários ou setores podem ter acesso aos dados, não deixando a base aberta para todos e evitando problemas como o vazamento de dados.

Não há dúvida de que a evolução tecnológica facilitou a operacionalização das ações institucionais e ampliou o leque de oportunidades em relação às ações de captação e fidelização de estudantes. É muito pouco provável que algum gestor educacional sinta falta dos velhos e pesados arquivos físicos. Mas essa comodidade trouxe novas responsabilidades que não podem ser ignoradas, e a LGPD está aí para nos orientar nesse sentido.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de abril de 2021.

As três perguntas mágicas

Quando nós, educadores, queremos saber se uma instituição educacional está, verdadeiramente, cumprindo a sua missão, pensamos em três perguntas que devem ser feitas aos gestores e a toda comunidade acadêmica.

Confira o vídeo sobre este artigo:



A primeira pergunta, obviamente, é se os estudantes estão gostando da experiência que estão tendo. Gostar significa estar satisfeito com o ambiente, com a escolha da carreira, com o atendimento que é dado a ele e com as ferramentas à disposição para a aprendizagem. Essa pergunta pode ser respondida por meio de pesquisas feitas periodicamente com os discentes.

A segunda pergunta, tão importante quanto a primeira, é se os estudantes estão, de fato, aprendendo. É muito fácil ter um grupo de estudantes satisfeitos, mas isso não significa, necessariamente, que eles estejam aprendendo. Os resultados da aprendizagem estão se materializando? Não basta só verificar a lista dos aprovados e reprovados de cada disciplina, é importante acompanhar os resultados em exames oficiais como, por exemplo, o Enade e os exames de Ordem, como é o caso da OAB, para que se possa identificar quais as deficiências do processo de ensino-aprendizagem, e corrigi-las de acordo.

A terceira e última pergunta, que vem sendo cada vez mais objeto da atenção dos educadores e gestores, é se os estudantes estão produtivos na sua vida e na sua carreira. Alguns se referem a esses indicadores como sendo os de empregabilidade, ou trabalhabilidade. É certo que muitos estudantes de nível superior buscam a graduação para melhorar a sua renda futura. Portanto, precisamos incluir indicadores de aumento de renda na avaliação dos processos educacionais, de preferência em parcerias com órgãos do setor produtivo, como a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).

Para que, de fato, possamos saber se uma instituição educacional cumpre adequadamente o seu papel, temos que pesquisar periodicamente, a partir dessas três indagações (estão gostando? estão aprendendo? estão produtivos?) que, magicamente, apontarão o caminho a seguir para o aprimoramento da instituição.

É muito fácil ter um grupo de estudantes satisfeitos, mas isso não significa, necessariamente, que eles estejam aprendendo.

E a sua instituição? Tem conversado a esse respeito com os seus estudantes?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 28 de junho de 2021.

Retomada à vista!

A última [pesquisa de cenário](#) realizada pela ABMES em parceria com a Educa Insights traz boas notícias para o setor educacional brasileiro, em especial para a educação superior: a demanda por um curso de graduação voltará a crescer a partir do primeiro semestre de 2022.

[Confira o vídeo sobre este artigo:](#)



O levantamento ouviu mais de 1.000 potenciais alunos entre os dias 14 e 16 de novembro e reflete a confiança da população na vacina contra a Covid-19 e nos protocolos sanitários estabelecidos pelas instituições de educação superior (IES). Hoje, 63% dos entrevistados pretendem ingressar na faculdade no começo do próximo ano. Esse índice é 25 pontos percentuais superior ao registrado no mesmo período de 2020, quando a chegada da vacina aos nossos braços parecia ser um sonho distante. Naquele momento, apenas 38% dos potenciais estudantes previam ingressar em uma graduação no primeiro semestre de 2021.

O otimismo dos entrevistados em relação a 2022 também fica evidenciado quando comparados os dados entre aqueles que pretendem cursar uma graduação na modalidade presencial e os que têm preferência pela educação a distância. Enquanto 62% dos potenciais estudantes de um curso presencial planejam ingressar em uma IES já no primeiro semestre de 2022, na EAD esse percentual é de 67%. Esse dado mostra que o receio de retomar as atividades presenciais praticamente não existe mais.

Contudo, embora a pesquisa tenha feito a separação dos *prospects* entre presencial e EAD, outra constatação que ficou muito clara é a de que o futuro do ensino é híbrido. Questionados sobre como distribuiriam 100 horas do curso entre os momentos contemplados no modelo dos **quadrantes híbridos** proposto pela ABMES, essas horas ficariam assim distribuídas: 45 com atividades presenciais síncronas; 23 presenciais assíncronas; 16 virtuais síncronas; e outras 16 de virtuais assíncronas.

Esse novo formato é reflexo dos horizontes que foram abertos durante a pandemia de Covid-19, quando o ensino remoto passou a ser a única alternativa e, ao mesmo tempo, contribuiu para reduzir o preconceito com atividades a distância e propiciou o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conectadas com o perfil do estudante deste século. Assim, é importante que as IES aproveitem a oportunidade de retomada das matrículas para oferecer aos alunos uma grade inovadora.

Por fim, também merecem destaque os desdobramentos da intensificação da crise econômica entre os potenciais estudantes. A redução da renda familiar, aliada ao encolhimento substancial no Fies nos últimos anos, fez da nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) um novo instrumento de acessibilidade. Mais do que usá-la para concorrer a uma vaga, 79% dos entrevistados afirmaram que fizeram a avaliação com o objetivo de conseguir o melhor desconto possível em uma instituição particular de educação superior.

Embora a pesquisa tenha feito a separação dos *prospects* entre presencial e EAD, outra constatação que ficou muito clara é a de que o futuro do ensino é híbrido.

Apenas 10% pretendem usar o resultado do exame para ingressar em uma graduação por meio dos programas governamentais.

O cenário para 2022 está mapeado e é bastante otimista. O interesse de potenciais alunos em efetivar a matrícula em um curso de graduação já no primeiro semestre é o mesmo verificado antes da pandemia. Contudo, o sucesso dessa retomada também vai depender de quanto as IES estão dispostas a se reinventarem na oferta de cursos mais atrativos e o quanto poderão colaborar com aqueles prospects pertencentes às camadas de renda mais baixas. A tomar pelo sucesso na adesão das instituições à campanha [#EuSouOFuturo](#), acredito que temos tudo muito bem encaminhado para um ano novo bastante promissor.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de novembro de 2021

O drama da evasão

O novo ano mal começou, mas é um tema antigo que tem movimentado a pauta da educação superior nas últimas semanas: o abandono dos cursos de graduação pelos estudantes. Segundo o Semesp, quase 3,5 milhões de estudantes largaram seus cursos em 2021 apenas nas instituições privadas, resultando em uma taxa de evasão de 36,6%, índice inferior apenas ao registrado em 2020 (37,2%).

Confira o vídeo sobre este artigo:



A permanência dos estudantes no nível terciário da educação sempre foi um desafio, mas tornou-se um problema crônico nos últimos dois anos, quando a crise econômica potencializada pela pandemia uniu-se ao esvaziamento da principal política pública de financiamento estudantil do país e aos altos índices de desemprego.

O histórico quadro de desigualdade econômica sempre foi um desafio a ser superado por uma parcela significativa da população ávida por ingressar e concluir uma graduação. Por um período, o Fies foi uma ponte eficaz entre indivíduos com dificuldades financeiras e a educação superior. O enfraquecimento do programa de financiamento estudantil foi um duro golpe para quem precisa de auxílio para acessar um curso superior e/ou para se manter nele.

A reversão desse cenário só será possível com a retomada de um programa amplo de financiamento estudantil e com a recuperação

do valor da educação para cada indivíduo e para a sociedade. Mas, até que isso aconteça, o setor particular de educação superior precisa seguir dando a sua contribuição.

O movimento [#EuSouOFuturo](#), por exemplo, uma iniciativa da ABMES e da Futuria, empresa de educação do Santander Universidades, já mobilizou mais de 5.300 unidades educacionais de todo o país na busca por alternativas para viabilizar o acesso à educação superior. Apenas neste primeiro semestre de 2022, milhares de estudantes se inscreveram para ter acesso às condições especiais oferecidas por meio do projeto.

Embora uma atuação em conjunto tenha mais força, existem diversas ações que podem ser desenvolvidas individualmente pelas instituições de educação superior e que são capazes de incidir na evasão dos graduandos. Entrar em contato com os alunos que abandonaram seus cursos e convidá-los a retornar pode ser um bom ponto de partida. Claro que o convite precisa ser acompanhado de algum tipo de apoio, seja financeiro ou acadêmico, de forma que o aluno possa, inclusive, recuperar suas perdas de aprendizagem.

Outra medida consiste na adoção de modelos estatísticos preditivos capazes de antecipar os alunos com maior risco de

evasão e criar réguas de retenção eficazes. Tanto a inteligência artificial quanto a análise estatística podem contribuir para um mapeamento claro dos sinais de que um determinado aluno vai evadir. Para isso, são considerados dados como frequência (presencial ou

A evasão de mais de um terço dos graduandos não pode seguir sendo um problema secundário na educação superior.

no AVA), inadimplência e resultados obtidos pelo estudante nas avaliações.

Não se trata de uma fórmula mágica, mas da combinação de indicadores financeiros, acadêmicos e socioeconômicos do estudante, inclusive anteriores ao ingresso na IES (ex: nota no Enem, tempo que demorou para efetuar a matrícula, distância entre a residência e a instituição). Assim, mesmo antes do início das aulas, é possível antever os alunos com maior possibilidade de evasão e trabalhar o acolhimento necessário para que eles consigam concluir suas graduações.

A evasão de mais de um terço dos graduandos não pode seguir sendo um problema secundário na educação superior. Garantir a permanência dos estudantes precisa ser alvo de políticas públicas robustas, assim como o acesso. Por ora, o setor particular tem se articulado para mitigar esse drama. Resta saber até quando teremos fôlego para seguirmos sozinhos nessa batalha

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de janeiro de 2022

Educação não tem preço: tem valor

A pesquisa *Jovem de Futuro*, divulgada em janeiro de 2022 pelo Instituto Unibanco e realizada pelo Datafolha, constatou que para 47% dos brasileiros com 16 anos ou mais a importância da educação reduziu durante a pandemia. Para 28%, ela aumentou e outros 24% consideram que a relevância da educação para a sociedade ficou igual.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Se, por um lado, surpreende o descompasso entre a percepção do brasileiro e a importância da educação para a superação da pandemia e seus desdobramentos, por outro, chama a atenção a baixa compreensão da população sobre o papel da educação na vida dos indivíduos e da nação como um todo.

Além de quase metade da população não conseguir vislumbrar a importância da educação no atual contexto pandêmico, 25% das pessoas consideram que ter mais conhecimento é a principal atribuição do processo educacional. Na sequência, 21% acreditam que o papel da educação é facilitar o acesso a um emprego.

Trata-se de uma lógica invertida, pois tanto o conhecimento quanto um emprego melhor são consequências, e não o objetivo da educação. A educação, *per se*, é algo além. Ela incide na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, bem como plenos da sua capacidade intelectual e sabedores da importância

de vivermos em uma sociedade mais igualitária. O conhecimento formal é o caminho que pavimenta essa estrada bem mais longa e complexa da formação do indivíduo.

O fato de quase 50% dos entrevistados não conseguirem dimensionar a importância da educação para a superação das dificuldades socioeconômicas brasileiras, que antecedem em muito a pandemia, mas foram intensificadas por ela, mostra que estamos falhando enquanto nação. Como fazer com que as pessoas lutem e valorizem algo que elas não reconhecem como relevante?

No final de 2021, a ABMES, em parceria com a Futuria e milhares de unidades de educação superior, lançou o movimento [#EuSouOFuturo](#) com dois objetivos: conscientizar a sociedade sobre o valor da educação e incidir na democratização do acesso à educação de qualidade. Os primeiros resultados já estão sendo colhidos e 2022 apresenta o cenário perfeito para que os desdobramentos da iniciativa sejam potencializados.

Estamos em mais um ano eleitoral. Em alguns meses, elegeremos parlamentares, governadores e o presidente da República que estarão à frente do orçamento, das normatizações e das políticas públicas nos próximos quatro anos. Mais uma vez, o setor particular de educação superior vai se organizar para colocar a pauta educacional no centro do debate, mas

A educação, por se, é algo além. Ela incide na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, bem como plenos da sua capacidade intelectual e sabedores da importância de vivermos em uma sociedade mais igualitária.

essa precisa ser uma ação da sociedade brasileira como um todo. Caso contrário, seguiremos presos ao discurso vazio de que sem educação não há solução. Já passou (muito) da hora de palavras serem transformadas em ação.

O que a pesquisa do Instituto Unibanco nos mostrou é que estamos mais longe de alcançarmos esse novo patamar do que imaginávamos. Caso contrário, a percepção da população brasileira sobre a educação seria outra, mais próxima do que supúnhamos antes de sermos confrontados com os duros dados levantados pelo Datafolha.

Contudo, a hora não é para desânimo. Pelo contrário! É hora de trabalharmos para que o brasileiro compreenda o verdadeiro valor da educação e se sinta corresponsável por seu sucesso. Disso depende o nosso futuro

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 31 de janeiro de 2022

Como está a saúde mental na sua IES?

A pandemia de covid-19 ainda não terminou, mas o avanço da vacinação ao longo do ano que passou permitiu, neste início de 2022, a retomada das atividades presenciais nas escolas e faculdades de todo o país. Não há dúvida de que estamos vivenciando um momento de muita alegria para toda

a comunidade acadêmica, mas quantos de nós paramos para pensar que os alunos e os docentes que estão voltando não são os mesmos que migraram para as aulas remotas há dois anos?

Por mais que o redirecionamento das aulas para o formato remoto tenha sido rápido e bem-sucedido, a forma inesperada como o processo se deu, a pouca ou nenhuma familiaridade com as tecnologias utilizadas, a perda de parentes e amigos, a tensão e o medo constantes diante de números trágicos, a redução da renda familiar, entre outros aspectos, se apresentaram como grandes desafios tanto para docentes quanto para estudantes nos últimos dois anos.

Levantamento divulgado pelo Instituto Semesp em agosto de 2021 mostrou que 91,1% dos estudantes das instituições particulares de educação superior e 94,2% dos alunos das universidades públicas relataram ter tido problemas de saúde mental durante a pandemia. Entre os professores, o cenário não é diferente: 93% relataram stress, fadiga e cansaço físico e mental.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Outra [pesquisa](#), realizada pelo Instituto Península e divulgada em setembro de 2021, também mapeou a necessidade de apoio emocional neste retorno às atividades presenciais. Entre os docentes ouvidos, 57% responderam que gostariam de receber apoio psicológico e emocional, principalmente para lidar com as questões impostas pela pandemia.

É verdade que trata-se de uma questão delicada e sobre a qual muitos de nós, assim como nossas instituições, não fomos preparados para lidar. Contudo, este é mais um desafio imposto pela realidade e que, se bem aproveitado, pode se transformar em oportunidade. Oportunidade de termos corpos docente e discentes mais felizes, seguros e preparados para retomar a vida dentro dos novos padrões, do “novo normal” que há de se firmar no pós-pandemia.

O ideal seria que o país desenvolvesse uma grande política pública de saúde mental no âmbito educacional, mas, dado o atual contexto econômico do Brasil, é difícil que uma prática nesse sentido venha ser desenvolvida na dimensão necessária. Assim, a hora é de nos apoiarmos, buscarmos parcerias e trocarmos conhecimento sobre a questão.

Um bom primeiro passo pode ser a leitura atenta do levantamento [Boas práticas de saúde mental nas escolas: um olhar para oito países](#), realizado pela consultoria Vozes da Educação a pedido da Fundação Lemann. O trabalho mapeou 23 boas práticas de saúde mental aplicadas em escolas da Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos, Finlândia, Reino Unido e Singapura, e apresenta de forma detalhada cada uma delas.

No geral, trata-se de ações encampadas pelo poder público e que contam com ampla rede intersetorial de apoio. Contudo, além de as iniciativas servirem de inspiração para possíveis projetos

institucionais, na publicação são disponibilizados links para documentos e instituições que desenvolvem materiais de apoio que merecem uma análise atenta.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental refere-se a um estado de bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade. Portanto, investir na saúde mental é bom para o indivíduo que se beneficia diretamente, mas, sobretudo, para a nação como um todo. Bora voltar com saúde

A hora é de
nos apoiarmos,
buscarmos parcerias
e trocarmos
conhecimento sobre
a questão.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 21 de fevereiro de 2022

Um futuro que dá certo

Sucesso. Sete letras que, juntas, definem o que tem sido o movimento #EuSouOFuturo, promovido pela ABMES em parceria com a Futuria, empresa de educação do Santander Universidades.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Criada para reduzir os impactos da pandemia de Covid-19 no acesso à educação superior, a iniciativa mobilizou mais de 5.300 unidades educacionais de todo o país associadas à ABMES unidas no propósito de possibilitar que milhares de pessoas começassem sua graduação em 2022.

Pesquisas realizadas em 2020 e 2021 apontavam um cenário cruel para os indivíduos e drástico para o país: uma parcela significativa da população pretendia adiar a entrada em um curso superior devido a questões econômicas. O cenário que se pintava não era dos melhores: uma população cada vez menos educada e um apagão de mão de obra à vista.

O movimento consistiu na oferta, pelas instituições de educação superior, de benefícios especiais capazes de conciliar a condição econômica do interessado com o acesso à graduação. O resultado não poderia ter sido diferente. Ao longo dos dois meses e meio de campanha, quase 128 mil usuários únicos acessaram a plataforma on-line do movimento e 5.142 efetivaram seus cadastros, indicando os cursos desejados e até três instituições

de preferência. Vale registrar que todo esse alcance não teria sido possível sem o investimento substancial feito pela Futuria em marketing digital, incluindo ações junto a influenciadores como [Gabriela Araújo](#) e [Mari Palma](#).

Entre os cursos mais buscados, destacaram-se administração de empresas, direito, medicina, enfermagem e psicologia, com prioridade para a modalidade presencial, mas com desempenho significativo dos formatos híbrido e a distância. A região Sudeste totalizou 44,5% dos inscritos, seguida pela região Nordeste (26,5%).

Esses resultados mostram que a crise dos últimos dois anos não reduziu o interesse dos brasileiros pelo curso superior. Esse continua sendo um sonho, uma meta a ser atingida por grande parte das pessoas que vislumbram na graduação a oportunidade de crescimento profissional e mais qualidade de vida para si e suas famílias. A grande procura verificada pelo movimento #EuSouOFuturo reforça que o que falta no país é oportunidade.

A demanda por acesso à educação superior é enorme e há um longo caminho a ser percorrido até que o Brasil seja capaz supri-la. Contudo, por ora, os resultados obtidos com a campanha nos enchem de orgulho. O setor particular de educação superior, mais uma vez, mostrou seu compromisso com a responsabilidade social intrínseca na sua missão maior, a de transformar o mundo por meio da educação.

Das mais de 5 mil pessoas cadastradas, acreditamos que a maior parte efetivou a matrícula, dando

A grande procura verificada pelo movimento #EuSouOFuturo reforça que o que falta no país é oportunidade.

um passo significativo para um futuro melhor e mais promissor. Portanto, graças à união do setor, milhares de pessoas entraram em 2022 confiantes de que o futuro já deu certo para elas.

E para quem ainda não se inscreveu, uma boa notícia: previsto para ser encerrado em janeiro, o projeto alcançou resultados tão positivos que vai ser continuado. A meta é que outras milhares de pessoas concretizem o sonho de cursar uma graduação e também possam seguir suas jornadas acreditando em um futuro mais digno e promissor

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 21 de março de 2022

Da semente se faz uma floresta

Em um seminário repleto de emoção, conteúdo de qualidade e desafios para o futuro, a EDUX21 Consultoria Educacional lançou, na última terça-feira (05/04), na sede da ABMES, sua mais nova publicação: *Questões ambientais no século 21: oportunidades e desafios para a educação superior no Brasil*. O

debate resultou em encaminhamentos e desdobramentos que têm tudo para colocar, de vez, a temática na agenda da Associação, das instituições de educação superior e dos formuladores das políticas educacionais. Além da diretora executiva da EDUX21, Lara de Xavier, e da diretora técnica Patrícia Vilas Boas, também estiveram presentes Mauro Pires, sociólogo e analista ambiental; Rubens Martins, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, servidor do Ministério da Educação; e Bráulio Dias, diretor-presidente da Fundação Pró-Natureza e professor-adjunto da Universidade de Brasília (UnB).

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Toda essa mobilização, claro, não surgiu do nada. Faz algum tempo que a temática ambiental saiu do âmbito restrito da militância para incidir em praticamente todas as esferas da sociedade. Dos ecologistas ao mundo pautado pela sustentabilidade, não foram necessárias muitas gerações. Muito mais por sinais claros de esgotamento emitidos pelo planeta do que por mérito da humanidade, como bem sabemos.

O resultado é que a questão ambiental ultrapassou todas as barreiras e passou a ocupar, inclusive, debates econômicos, políticos e internacionais. Apesar de toda essa relevância, a pauta ainda não se consolidou naquele que é um espaço estratégico para a formação profissional e para a preparação de indivíduos conscientes do seu papel enquanto cidadãos: a educação superior.

Por isso, a EDUX21 reuniu alguns dos mais destacados especialistas do país para que, de forma clara e didática, apresentassem os principais pontos que envolvem a questão ambiental e como as instituições educacionais podem atuar nesse contexto. O resultado é um compilado de dados atuais, informações qualificadas e análises relevantes que fazem do livro um marco na oferta de subsídios técnicos para a estruturação de conteúdos transversais na grade curricular de todas as áreas da graduação.

Apesar de toda essa relevância, a pauta ainda não se consolidou naquele que é um espaço estratégico para a formação profissional e para a preparação de indivíduos conscientes do seu papel enquanto cidadãos: a educação superior.

Ao longo de cinco capítulos, o leitor mergulha em um universo repleto de desafios e consequências para a humanidade caso sigamos sem dar à questão ambiental a devida atenção que lhe é merecida. Contudo, longe de ter uma visão alarmista, a publicação apresenta caminhos e soluções que têm sido construídas e se mostram efetivas na redução dos impactos ocasionados pelos seres humanos nesse “pálido ponto azul”, como denominou o físico Carl Sagan (1934 – 1996).

No primeiro capítulo são apresentados os aspectos relacionados às mudanças climáticas, incluindo as ações necessárias para a

sua mitigação e as respectivas responsabilidades. No segundo, o autor reforça a importância e a finitude da água. Já o terceiro capítulo traz um panorama histórico do ensino da biodiversidade nas IES. No quarto capítulo somos apresentados à relação entre sustentabilidade e desenvolvimento mais igualitário. Por fim, o último capítulo aponta direções de como implementar o meio ambiente como tema transversal nos cursos superiores.

Apenas durante o seminário foi ressaltada, por exemplo, a oportunidade da curricularização da extensão para que as IES discutam as questões ambientais e a necessidade de evolução dos instrumentos de avaliação como uma forma de estimular esse investimento por parte das IES. Fazendo o seu dever de casa, a ABMES se comprometeu a ressaltar o aspecto ambiental na Campanha da Responsabilidade Social, que passará a ser Socioambiental, e anunciou o Prêmio Professor Fernando Braga para os melhores trabalhos em educação ambiental desenvolvido pelas instituições de educação superior.

Vale registrar que a publicação também é uma homenagem a Fernando Braga, fundador da EDUX Consultoria e que nos deixou de forma repentina no ano passado. Fernando nutria uma constante preocupação com a qualidade da educação superior e com a construção de um Brasil mais justo e sustentável. E não era um ambientalista de gabinete, mas um cidadão que efetivamente colocava a mão na terra. Dedicou-se à sensibilização das pessoas para a preservação e a recuperação ambiental, e conseguia sempre a companhia dos mais jovens nas suas jornadas de plantio de árvores. O professor Fernando Braga nos fará muita falta, mas seu nome ficará eternizado em todos aqueles que acreditam em um mundo melhor.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de abril de 2022

O professor do século 21

O último [Censo da Educação Superior](#) (Inep/MEC 2020) mostra que as instituições particulares de ensino superior concentram 66,4% das matrículas dos cursos de licenciatura no país. Isso significa dizer que o setor privado é o responsável direto pela formação de quase 70% dos docentes brasileiros.

[Confira o vídeo sobre este artigo:](#)



Essa realidade não é exatamente uma novidade. Há algum tempo o setor particular de educação superior tem se mobilizado no sentido de destacar sua relevante colaboração, mas, sobretudo, de puxar o debate sobre os professores que estão sendo formados e os profissionais da educação que o mercado e a sociedade deste século 21 têm demandado.

Há algum tempo o setor particular de educação superior tem se mobilizado no sentido de destacar sua relevante colaboração, mas, sobretudo, de puxar o debate sobre os professores que estão sendo formados

No segundo semestre de 2021, essa mobilização se materializou em um inédito grupo de trabalho idealizado pelo Instituto Península, ABMES e ANEC, com o apoio técnico do Movimento Profissão Docente. Composto por institui-

ções¹ de educação superior privadas, comunitárias e confessionais, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o grupo se dedicou à reflexão sobre como deve ser o professor dos dias atuais e quais fatores de qualidade devem ser garantidos na formação inicial para que estejam bem preparados para o início da docência.

O resultado desse esforço concentrado pode ser conferido na publicação *O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente*, disponibilizada para *download* gratuito no site da ABMES. Por exemplo, o grupo de trabalho concluiu que todo professor deve:

- Ter compromisso com a aprendizagem de todos: de si, dos estudantes, dos pares e da comunidade escolar.
- Saber relacionar-se e ter competências socioemocionais desenvolvidas para poder desenvolvê-las nos estudantes.
- Saber o quê e como ensinar e, também, como os estudantes aprendem em cada etapa de desenvolvimento.
- Desenvolver senso ético, cultural e social em si e nos estudantes.

¹ Participaram do GT as seguintes IES, às quais, mais uma vez, agradeço toda a dedicação: Centro Universitário Celso Lisboa; Centro Universitário IESB; Centro Universitário Tabosa de Almeida; Centro Universitário Tiradentes de Pernambuco; Centro Universitário UniCarioca; Faculdade Descomplica; Grupo Ser Educacional; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC SP; Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS); Universidade Paulista (UNIP); YDUQS; Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO); Centro Universitário São Camilo; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS); Rede LA SALLE; União Brasileira de Educação Católica (UBEC); Universidade Católica de Brasília (UCB); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Faculdade Wladimir dos Santos (WLASAN).

- Compreender e conseguir gerir ambientes de aprendizagem, contemplando sua diversidade e complexidade.
- Garantir as aprendizagens essenciais expressas na BNCC.
- Ter postura pesquisadora, reconhecendo situações escolares como objeto de estudo e reflexão.
- Saber ler e interpretar dados e fazer escolhas pedagógicas a partir deles.
- Planejar e executar situações de aprendizagens em diversos contextos: presencial, remoto e híbrido.
- Promover espaços colaborativos de aprendizagem dentro e fora da escola.
- Conhecer e respeitar os contextos plurais das crianças e jovens.
- Avaliar a aprendizagem e o ensino, visando formas mais efetivas de desenvolvimento cognitivo, social e emocional.
- Buscar constantemente o desenvolvimento profissional.

Já os fatores de qualidade essenciais na formação inicial docente consistem em:

- Que o curso de formação inicial tenha um currículo inovador.
- Que o estágio supervisionado seja efetivo nas redes de educação básica.
- Que o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) seja uma realidade a serviço da aprendizagem.

Superados desafios como a universalização do acesso à escola; orientações curriculares a partir da BNCC; transporte e merenda escolar, o grupo de trabalho ressalta que é chegado o momento de priorizar os investimentos em melhores políticas docentes.

Por isso, o resultado do trabalho será encaminhado aos gestores públicos, ao Conselho Nacional de Educação, ao Ministério da Educação e às secretarias de Educação de todo o país. Acreditamos tratar-se de um importante instrumento no processo de construção do melhor modelo para formarmos os professores que queremos para um futuro que já chegou. O mapa está traçado; agora é iniciar a jornada.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 02 de maio de 2022

Uma guerra sem vencedores

Faculdade atrai alunos, mas mensalidade cai. Com esse título, matéria da repórter Beth Koike, veiculada no último dia 9 de maio no jornal *Valor Econômico*, chama a atenção para dois pontos bastante debatidos durante o XIV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), ocorrido entre os dias 5 e 7 deste mês: a redução do tíquete médio das mensalidades e a “guerra de preços” protagonizada pelas instituições particulares de educação superior.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Conforme ela destaca, levantamento realizado pela ABMES em parceria com a Educa Insights constatou uma redução nos valores médios diante do agravamento da crise econômica resultante dos dois anos de pandemia. Em contraposição, as matrículas no primeiro semestre de 2022 chegam a alcançar 30% de expansão em algumas IES.

O resultado em relação ao crescimento no número de ingressantes não chega a surpreender, pois trata-se de uma consequência esperada após quase dois anos de retração e retenção da demanda. Contudo, não se pode ignorar o fato de que, para além da alta da inflação e do desemprego, algumas instituições passaram a praticar preços muito inferiores aos cobrados antes da chegada do coronavírus.

Se por um lado essa redução contribui para viabilizar o acesso de milhares de estudantes à educação superior, por outro, da forma como tem sido conduzida, ela provoca o debate sobre a mercantilização da educação. Em síntese, como definiu o publicitário Nizan Guanaes na abertura do CBESP, o setor particular de educação superior está focado em uma “guerra de preços” e não na geração de valor e na identificação do estudante com a instituição de ensino.

Guanaes citou como exemplo as propagandas veiculadas pelo setor nos comerciais de TV: “é só preço, preço, preço”. Segundo ele, o sucesso de uma empresa pode ser medido por uma régua oposta, ou seja, pelo fato de ela não estar submetida a uma guerra de preços. Nesse sentido, o publicitário defendeu que as instituições particulares de educação superior precisam repensar suas estratégias de marketing de forma a gerar nos estudantes os sentimentos de pertencimento e orgulho da sua faculdade, centro universitário ou universidade. Para isso, ele conclamou o setor a se unir em torno desse objetivo maior.

Sim, união é a palavra-chave do momento. O movimento [#EuSouOFuturo](#) é um exemplo concreto de que quando o setor se une resultados incríveis são alcançados. Logo no seu primeiro ano, a iniciativa reuniu quase 2/3 das instituições particulares de educação superior do Brasil em torno de um

Se por um lado essa redução contribui para viabilizar o acesso de milhares de estudantes à educação superior, por outro, da forma como tem sido conduzida, ela provoca o debate sobre a mercantilização da educação.

projeto com foco na educação e na valorização do setor, e não no preço das mensalidades.

Esse é o caminho que, juntos, devemos buscar enquanto mantenedores. É hora de tirar o foco do preço e levar para a relevância do serviço que ofertamos. É hora de trabalharmos, por exemplo, por uma legislação que flexibilize as amarras e nos dê maior autonomia, mas sem abrir mão da qualidade.

Não há dúvida de que o preço ainda é significativo no processo decisivo do estudante, mas a nossa estratégia não pode ser a mesma de um vendedor de feira: “na minha banca é mais barato”! Temos que batalhar por políticas públicas que favoreçam o acesso dentro de um contexto de valorização do produto diferenciado com o qual trabalhamos. Caso contrário, entre mortos e feridos, ninguém se salvará.

Nesse sentido, precisamos mudar o direcionamento das nossas estratégias. Se dois restaurantes se estabelecem em uma mesma rua, são concorrentes. Mas, se cinco se estabelecem, a rua vira um polo gastronômico – e todos ganham. Precisamos transformar o Brasil em um grande polo de educação.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de maio de 2022

MetaRed X Brasil e a revolução do empreendedorismo na educação superior

O empreendedorismo no ambiente universitário ganhou um super fôlego no último dia 6 de junho, quando foi oficialmente lançada a [MetaRed X Brasil](#), resultado da parceria entre a MetaRed X e o [Instituto Êxito de Empreendedorismo](#). Criada com o objetivo de servir como local de encontro, debate, reflexão e trabalho colaborativo sobre o uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) nas universidades ibero-americanas, no Brasil, a MetaRed X vai atuar como uma rede colaborativa de unidades de empreendedorismo de instituições ibero-americanas de educação superior.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Promovida pela Universia e pelo Santander Universidades, a MetaRed X Brasil tem como meta transformar as instituições educacionais em espaços de promoção e criação de *startups*. A iniciativa fornecerá ferramentas e compartilhará as melhores práticas, além de viabilizar a interação com os ecossistemas locais, regionais, nacionais e empreendedorismo internacional.

Para isso, o trabalho se dará de forma colaborativa e está inicialmente estruturado em quatro grupos de trabalho (Unidade de Direção de Empreendedorismo; Ecossistemas de empreendedorismo; Treinamento; e Indicadores de empreendedorismo). Esses grupos se reunirão nos próximos meses, em encontros remotos, durante os quais serão desenvolvidas as bases de um documento que será utilizado para estimular uma mudança na legislação brasileira em relação ao empreendedorismo na esfera acadêmica e também para que essa experiência seja compartilhada com as redes de outros países.

Em breve, a MetaRed X Brasil também lançará o curso internacional *Gestão de um Gabinete de Empreendedorismo*, voltado para os responsáveis pelas unidades de empreendedorismo das instituições de educação superior. Totalmente em português e destinado exclusivamente às redes de Portugal e do Brasil, o curso contará com corpo docente internacional e será 100% gratuito.

A MetaRed X Brasil chega em um momento no qual o mundo reforça suas alianças. Estamos vivendo, em tese, uma saída da pandemia, já que sua forma mais aguda passou. Nos últimos anos, percebemos que a troca de informações possibilitou o desenvolvimento de uma vacina em tempo recorde e de estratégias para o enfrentamento da crise sanitária. Portanto, o mundo que emerge dessa pandemia é um mundo extremamente conectado. Nesse contexto, as conexões possibilitadas pela iniciativa irão transformar a relação entre empreendedorismo e educação superior.

Contudo, para que toda essa mudança se concretize, é fundamental a participação das instituições de educação superior particulares e públicas. Aquelas que tiverem interesse em aderir à iniciativa, devem entrar em contato por meio do seguinte endereço eletrônico: coordinacion@metaredx.org.

O trabalho que vai ser desenvolvido nos próximos meses é o início de uma jornada rumo a soluções coletivas, organizada de forma propositiva e construtiva sob a liderança do Janguê Diniz, presidente da MetaRed X Brasil, e com a qual tenho muito orgulho de colaborar enquanto vice-presidente da iniciativa. Também estarão na linha de frente neste momento os coordenadores dos quatro grupos de trabalho, a quem agradeço imensamente. Lara de Xavier, Max Damas, Simone Imperatore e Paulo Chanan, obrigado por segurarem firme nossas mãos nessa caminhada. Importante registrar, ainda, o apoio estratégico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Muita coisa boa e importante vai acontecer de agora em diante, e as IES que largarem junto conosco se colocarão à frente em uma agenda que já é central para a educação superior. A formação do indivíduo para o comportamento empreendedor é urgente e necessária. Vamos nessa!

O mundo que emerge
dessa pandemia
é um mundo
extremamente
conectado.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de junho de 2022

Capte mais! Pergunte-me como!

“Captar alunos é um grande desafio para a sua instituição? Conheça a nossa solução!”

Confira o vídeo
sobre este artigo:

A chamada acima, que parece propaganda de produto milagroso, é, na verdade, um convite para você conhecer a nova plataforma que a ABMES colocou à disposição dos seus associados: a [Insights para captação](#).



Desenvolvida por meio de parceria com a Quero Educação, a ferramenta consiste em um eficiente sistema que filtra os cursos com maior número de buscas para o menor número de vagas ofertadas, ou seja: as melhores oportunidades para trabalhar na captação de alunos para a sua instituição.

Alimentada por dados obtidos na Quero Bolsa, maior *marketplace* de educação do Brasil, com mais de 157,8 milhões de acessos anuais, a plataforma permite a busca de dados segmentados por critérios como região, modalidade de oferta e área. São inúmeras as análises possíveis que podem mostrar, inclusive, oportunidades mesmo entre os cursos tradicionalmente mais buscados.

Em uma busca rápida pela ferramenta, é possível descobrir que os cursos com maiores *gaps* em São Paulo/SP são tecnologia da informação, na modalidade semipresencial; engenharia de software (presencial); e design gráfico (semipresencial), com índices de busca/vaga de 3.818, 2.667 e 2.562, respectivamente.

Outros *gaps* significativos nos cursos presenciais estão nas graduações em Odontologia (São Paulo/SP), Letras (Rio de Janeiro/RJ), Psicologia (Rio de Janeiro/RJ) e Estética (Manaus/AM). Outra constatação é a de que 6 dos 10 cursos presenciais com melhores oportunidades pertencem à área de saúde e bem-estar social.

Tudo isso é uma pequena amostra do potencial da plataforma *Insights para captação*. Seus números e cruzamentos de dados permitem análises capazes de orientar a instituição de educação superior em tomadas de decisão muito mais eficientes, fazendo com que a captação de novos estudantes deixe de ser uma área nebulosa, ainda muito pautada por tentativas e erros. Com esse novo sistema, a névoa se dissipa e o foco fica muito mais nítido.

É claro que os dados por si não dão conta do trabalho. Um esforço de inteligência precisa ser incorporado a eles, considerando, por exemplo, fatores econômicos, sociais e o perfil da população do território. Contudo, agora as mantenedoras associadas à ABMES têm uma bússola a partir da qual podem traçar seus percursos rumo ao norte.

Não. Este texto não é anúncio de um produto milagroso, mas é o anúncio de uma nova fase para a captação na educação superior particular. Não perca tempo me perguntando como. [Conheça agora mesmo a nossa solução!](#)

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de julho de 2022

São inúmeras as análises possíveis que podem mostrar, inclusive, oportunidades mesmo entre os cursos tradicionalmente mais buscados.

Novos modelos regulatórios para a educação superior

Em 2021, tive a honra de participar da banca de defesa da dissertação de mestrado do advogado e consultor Leonardo Mira. Ao longo dos seus dois anos de estudos na FGV Direito Rio, ele se dedicou a analisar a extensa regulação a que está submetida a educação superior particular brasileira. Mais do que isso, Mira avaliou possibilidades para a aplicação de um novo modelo regulatório no país.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ao relatar o clamor do setor por mudanças, a dissertação – que se transformou no livro [Educação Superior Privada – Novo modelo regulatório](#), publicado pela Editora Almedina – elenca os quatro referenciais constitucionais do tema (garantia do direito fundamental à educação; autonomia universitária; qualidade substantiva da educação; e atuação com liberdade de iniciativa) e discorre sobre como eles devem ser utilizados no planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da regulação da educação superior.

Em seu trabalho, o autor busca nas origens do conceito de regulação os fundamentos para a defesa da modernização dos marcos atuais, discutindo três modelos alternativos: a desregulação,

a autorregulação e a metarregulação, sempre buscando uma síntese que seja aplicável à realidade brasileira.

Ao avaliar a desregulação, Mira pontua que, na esteira da impossibilidade de desregular o setor da educação superior brasileira, as discussões não estão alinhadas nesse sentido, mas na busca por uma regulação mais eficiente. Em relação à autorregulação, o autor reflete que partir de um modelo integralmente regulado para um modelo onde os próprios agentes econômicos definem os rumos da regulação da sua atividade não é um objetivo simples de ser alcançado. Contudo, ele avalia que “a autorregulação combinada com um limitado nível de controle centralizado pode prever uma solução viável para problemas de falhas de mercado”. Outra solução possível seria a metarregulação, ou seja, uma atuação conjunta do Estado e do setor.

Feitas essas ponderações, o trabalho apresenta uma ampla análise de como os dois modelos considerados viáveis (autorregulação e metarregulação) podem contribuir para o cenário da regulação do ensino superior. Trata-se de uma avaliação detalhada e fundamentada, produzida por quem conhece a questão por dentro, atuando diariamente no contexto de uma instituição particular de educação superior.

Como fundador e reitor de uma IES, a UniCarioca, e, mais recentemente, como diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), tenho acompanhado de perto os esforços do setor e do poder público para encontrar formas mais flexíveis e dinâmicas para as políticas públicas de avaliação, regulação e supervisão do ensino superior. O consenso é de que precisamos dar mais autonomia para as instituições, desde que elas demonstrem a maturidade e a responsabilidade com a qualidade dos seus cursos e serviços.

O consenso é de que precisamos dar mais autonomia para as instituições, desde que elas demonstrem a maturidade e a responsabilidade com a qualidade dos seus cursos e serviços.

Achar a medida certa para a flexibilização, dentro dos enquadramentos constitucionais, tem sido uma tarefa que mobiliza as melhores mentes jurídicas em nosso país. Para essa tarefa, não há dúvida de que a importante obra de Leonardo Mira vem dar uma significativa contribuição.

Como leitura, o livro é impecável. Como contribuição para a resolução de um dos principais entraves para o desenvolvimento

da educação superior brasileira, é mais do que necessário. Que saibamos lê-lo com a disciplina necessária para intensificarmos o nosso protagonismo nesse debate, conduzindo o Brasil a um cenário educacional novo e muito mais promissor.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 18 de julho de 2022

O valor do professor

Se você pudesse precificar o valor de ter sido alfabetizado, quanto valeria? E o valor de ter sido conduzido pelos caminhos do conhecimento nos primeiros anos de vida? A resposta para essas perguntas provavelmente será: incalculável. Contudo, apesar da relevância dessas ações nas nossas vidas, não é novidade que as pessoas que nos proporcionaram essas habilidades estão longe de ter o devido reconhecimento.

Confira o vídeo sobre este artigo:



É claro que reconhecimento pode se dar de várias formas, mas não existe em uma verdadeira valorização profissional sem uma remuneração justa. E aí faço uma terceira pergunta: se os professores são tão importantes para a vida de todos nós, por que ainda são tão mal remunerados no nosso país?

A [Análise de Empregabilidade de Graduados Recentes](#), realizada pela ABMES em parceria com a Symplicity, mostra como há discrepância na remuneração dos licenciados em relação aos graduados em cursos de bacharelado ou tecnológico.

Além de serem os recém-formados com o menor índice de empregabilidade após um ano de conclusão do curso (61% ante 70% entre os bacharéis e 69% entre os tecnológicos), os graduados em licenciaturas também são os que têm a menor média salarial: R\$ 2.392,86, enquanto bacharéis recebem R\$ 3.972,52 e tecnológicos R\$ 3.709,48. Há que se registrar, contudo, que após um ano é possível que a maior parte dos licenciados ainda não

tenha prestado concurso público ou tenha sido convocado, fator que incide no percentual de empregabilidade.

Esse resultado nos coloca entre os piores países do planeta no quesito remuneração de docentes. Segundo o relatório *The State of Global Education – 18 months into the pandemic*, produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o piso salarial dos professores do ensino fundamental no Brasil é o mais baixo entre os 40 países pesquisados: 13,9 mil dólares por ano. A média entre os países da OCDE para esse nível é 36,1 mil dólares/ano.

Associada a esse cenário nada animador, o professor brasileiro encontra-se em uma fase de transição na qual precisa desenvolver novas competências, em especial as digitais; repensar sua forma de dar aula, colocando o aluno como protagonista do seu processo de aprendizado; e estar em constante processo de aperfeiçoamento profissional.

Conforme apresentado pela ABMES, ANEC e Instituto Península na publicação *O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente*, ao ser responsável pela formação de quase 65% dos professores brasileiros, o setor particular de educação superior desempenha o papel estratégico de repensar

O momento demanda mais do que reflexão, demanda ações concretas para a valorização do professor.

a formação do futuro docente de modo que ele desenvolva habilidades como ter postura pesquisadora, reconhecendo situações escolares como objeto de estudo e reflexão; planejar e executar situações de aprendizagens em diversos contextos: presencial, remoto e

híbrido; e avaliar a aprendizagem e o ensino, visando formas mais efetivas de desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Como se vê, são muitas as transformações – e cobranças – relativas ao professor deste século 21, mas pouco retorno financeiro para tanto comprometimento e dedicação envolvidos. Enquanto esse cenário não mudar, uma educação de qualidade continuará distante, visto que a carreira docente não é atrativa e seguirá mantendo as melhores mentes fora das salas de aula.

O momento demanda mais do que reflexão, demanda ações concretas para a valorização do professor. Da mesma forma que medidas estão sendo tomadas no sentido de formar o novo docente, também é preciso que o país reveja o tratamento dispensado à essa categoria profissional. Entre as consequências, além de sair das últimas posições dos *rankings* globais que medem o desempenho de estudantes e dos docentes, teremos uma profissão atraente e com o reconhecimento que lhe é devido.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 01 de agosto de 2022

Um dia dedicado à excelência na docência

Em 19 de agosto, cerca de 50 representantes de instituições de educação superior (IES) de todo o país se reuniram em São Paulo/SP para aprender e debater sobre práticas docentes com uma das maiores especialistas do planeta: Janet Carlson, professora associada e diretora do Centro de Apoio à Excelência no Ensino da Universidade de Stanford, localizada na Califórnia (Estados Unidos).

Confira o vídeo sobre este artigo:



Realizado ao longo de todo o dia, o *Seminário Internacional Práticas Essenciais na Formação Docente* foi conduzido pela especialista, que apresentou teorias e práticas de engajamento em sala de aula que precisam ser contempladas pelos cursos de formação inicial de docentes que almejam colocar no mercado de trabalho professores capacitados para lidarem com os estudantes e as demandas deste século.

Partindo da premissa de que ensinar é uma prática que pode ser aprendida, Janet Carlson apresentou ao grupo as ideias-chave sobre a formação de professores baseada na prática, bem como as principais práticas para otimizar a aprendizagem.

Ao destacar que as práticas essenciais não consistem em uma lista de competências ou em técnicas à parte de princípios e teoria, a professora de Stanford ressaltou a importância de os docentes investirem em técnicas que evidenciam o pensamento do aluno; facilitam a discussão em sala de aula; criam uma comunidade na sala de aula; conectam o conteúdo acadêmico ao conhecimento e à experiência cultural dos estudantes; e utilizam a avaliação formativa para apoiar o aprendizado do aluno.

O encontro foi mais um dos resultados já apresentados pelo Grupo de Trabalho Qualidade na Formação Inicial Docente, encabeçado pela ABMES juntamente com o Instituto Península, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e o Movimento Profissão Docente. A iniciativa tem como objetivo refletir sobre o professor que queremos e quais fatores de qualidade devem ser garantidos durante a formação inicial para que estejam melhores preparados para o início da docência.

A primeira entrega consiste no [relatório com as conclusões](#) dos debates e reflexões realizadas durante cinco encontros on-line realizados entre setembro e dezembro de 2021 que contaram com a participação de 21 IES de todo o país. O esforço mapeou características e comportamentos que devem ser intrínsecos aos professores, como ter compromisso com a aprendizagem de todos; saber se relacionar e ter competências socioemocionais desenvolvidas; e conseguir gerar ambientes de aprendizagem, contemplando sua diversidade e complexidade.

As mudanças trazidas pelo século 21 estão impondo aos profissionais de quase todas as áreas que repensem a sua atuação, cenário potencializado após os dois anos de pandemia. Entre os docentes, a reconstrução das práticas pedagógicas já estava em curso quando as escolas precisaram ser fechadas do dia para a

noite. Agora, boa parte do que estava sendo construído não vale mais. Os professores não são os mesmos. Os estudantes não são os mesmos. O mundo não é mais o mesmo.

Vamos seguir contribuindo com a construção de um novo modelo pedagógico e de um novo docente que dialoguem com esse novo mundo. Até porque, como Janet Carlson lembrou muito

Os professores não são os mesmos. Os estudantes não são os mesmos. O mundo não é mais o mesmo.

bem, “ensinar é um ato de justiça social” – e poucas coisas são tão importantes na atualidade quanto romper com as disparidades de oportunidade de aprendizado e crescimento pessoal.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de agosto de 2022

A responsabilidade social da educação superior

Há quase duas décadas, as instituições brasileiras de educação superior têm empenhado esforços para a construção de um país melhor que vão além da sua razão primeira de existir, ou seja, ofertar graduações de qualidade e colocar no mercado de trabalho profissionais preparados para atuar com excelência nas suas respectivas áreas.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Nos últimos 18 anos, milhares de unidades educacionais, de norte a sul do Brasil, se movimentam em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas. Por meio de ações em áreas como educação, saúde, direito, cultura e meio ambiente, mais de 18,5 milhões de atendimentos foram realizados nas quase 114 mil atividades desenvolvidas apenas no âmbito da [Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular](#), promovida anualmente pela ABMES.

Entre 2020 e 2021, a pandemia de covid-19 impôs desafios adicionais. A excepcionalidade fez com que as IES não apenas repensassem sua forma de atuar, mas se tornassem parceiras do poder público e dos brasileiros no enfrentamento da situação pandêmica durante o seu ápice. Em 2022, com o arrefecimento da

doença, as instituições seguem focadas em sua responsabilidade social, com o diferencial de que os aprendizados conquistados e as inovações desenvolvidas nos dois últimos anos somam-se às atividades realizadas no contexto pré-pandêmico.

Embora as Campanhas da Responsabilidade Social não tenham um tema específico, existem duas questões sobre as quais queremos estimular um maior envolvimento das IES: o meio ambiente e a pobreza menstrual. Em abril deste ano, quando a EDUX21 Consultoria Educacional lançou a publicação *Questões ambientais no século 21: oportunidades e desafios para a educação superior no Brasil*, assumimos o compromisso de, em 2023, mudar o nome da iniciativa para Campanha da Responsabilidade Socioambiental, visando destacar a importância da educação superior na construção coletiva de soluções sustentáveis para o planeta.

Mais recentemente, durante o seminário que comemorou os 40 anos da ABMES, assinamos um termo de parceria com o [Instituto ELA – Educadoras do Brasil](#). Nosso objetivo é ter, na Campanha de 2023, ações específicas voltadas para o engajamento das instituições de educação superior na arrecadação de absorventes higiênicos para serem doados a alunas de escolas públicas e de comunidades vulneráveis, visando reduzir as faltas dessas meninas às aulas durante o período menstrual em virtude de não possuírem absorventes.

Vale lembrar que, desde 2018, as IES têm um grande incentivo para investirem em atividades voltadas para a comunidade: a curricularização da extensão universitária. Conforme estabelece a [Resolução CNE/CES nº 7](#), de 18 de dezembro de 2018, as instituições têm até o final de 2022 para implementarem, no mínimo, 10% da carga horária de seus cursos de graduação para a extensão universitária.

Para que todo esse esforço não se perca, é muito importante que as instituições cadastrem suas atividades na Campanha da Responsabilidade Social, tenham elas sido realizadas de forma presencial ou virtual. Por meio do [sistema](#) especialmente desenvolvido pela ABMES, essas ações ficam registradas e, a cada dois anos, todas as IES participantes são apresentadas na [Revista da Responsabilidade Social](#). Além disso, as instituições são certificadas com o “Selo Instituição Socialmente Responsável” que pode, por exemplo, ser utilizado no site e nos materiais de divulgação da IES.

Neste ano, as instituições de educação superior têm até 17 de novembro para cadastrar suas atividades e fazer parte dessa grande rede de mobilização e transformação social. Junte-se à ABMES na missão de construir um mundo melhor. Contamos com vocês!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 05 de setembro de 2022

Assumimos o compromisso de, em 2023, mudar o nome da iniciativa para Campanha da Responsabilidade Socioambiental, visando destacar a importância da educação superior na construção coletiva de soluções sustentáveis para o planeta.

O futuro da educação é para hoje

Aprendizagem ao longo da vida, mudança de conjuntos de habilidades e capacidade de solução de problemas são as novas tendências educacionais, segundo o relatório *The Future of Education*, produzido pelo Google for Education em parceria com o Canvas8 em 24 países.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Dividido em três partes (Preparando para um novo futuro; Evoluindo como ensinamos e aprendemos; e Reimaginando os ecossistemas de aprendizagem - em tradução livre), o documento consolida aquilo que os especialistas na área educacional já previam para o futuro da educação no mundo pós-pandemia.

O Google destaca que nunca foi tão importante oferecer aos estudantes a oportunidade de aprender nas salas de aula, em casa ou em qualquer outro lugar. Isso porque, à medida que o mundo evolui, impulsionado por questões globais e pelo ritmo acelerado da inovação tecnológica, o que aprendemos e como aprendemos também evoluirá.

Isso significa, segundo o documento, desenvolver novas mentalidades e conjuntos de habilidades para que os indivíduos se tornem solucionadores de problemas globais e aprendizes ao longo da vida. Para isso, é preciso tornar o aprendizado mais pessoal e acessível e encontrar maneiras mais eficientes para

avaliar a aprendizagem e o progresso do aluno, para melhor apoiar os objetivos de educadores, alunos e famílias.

Ainda que as três principais tendências confirmadas pelo estudo não sejam exatamente uma novidade para quem está envolvido no universo educacional, a confirmação por meio de um levantamento global e que sintetiza os *insights* de 94 especialistas desponta como um norteador importante para educadores, formuladores da política educacional e para os gestores educacionais em todos os níveis de ensino.

É verdade que, no Brasil, temos um sistema regulatório que dá pouca flexibilidade para inovação no contexto das instituições particulares de educação superior, mas precisamos estar atentos e, desde já, aproveitar as oportunidades para ofertar aos nossos estudantes uma graduação conectada com as demandas e as expectativas deste novo mundo.

Faz algum tempo que a ABMES tem defendido, junto ao CNE, a revisão das DCNs para que elas contemplem as competências socioemocionais. Essa também tem sido uma das **bandeiras do Fórum**. Ao defendermos uma maior integração da universidade com o mercado de trabalho, estamos notadamente defendendo que a educação superior seja capaz de desenvolver nos estudantes essas habilidades cada vez mais exigidas dos profissionais, independentemente de qual seja a sua área de atuação.

Estamos às vésperas do início de um novo semestre letivo e as atividades de extensão se apre-

É preciso tornar o aprendizado mais pessoal e acessível e encontrar maneiras mais eficientes para avaliar a aprendizagem e o progresso do aluno.

sentam como um espaço propício para o desenvolvimento das habilidades comportamentais contidas nas tendências para a educação destacadas pelo Google, bem como as demais já identificadas e tão necessárias em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. É hora de a educação correr atrás e se alinhar com o que já é realidade fora das estruturas curriculares. Não há mais tempo para esperar.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 23 de janeiro de 2023



Políticas Públicas

Reforma Tributária e a elitização da educação superior

É imprescindível ajustar a reforma tributária que cria a Contribuição Social sobre Operações sobre Bens e Serviços (CBS), em tramitação no Congresso Nacional. Caso contrário, ela será responsável pela maior elitização da educação superior já presenciada na história do nosso país. Também será a pá de cal nas metas do Plano Nacional de Educação e a incubadora de um apagão de mão de obra sem precedentes.

É bem verdade que o atual sistema tributário é muito ruim e precisa ser revisto com urgência. Complexo e dispendioso, é uma fonte infindável de insegurança jurídica e um dos grandes entraves para o ambiente de negócios no Brasil. Contudo a solução para esses e outros problemas precisa ser feito com atenção a um direito humano fundamental e de um dos pilares do desenvolvimento sustentável para qualquer nação.

A substituição do PIS e da Cofins pela CBS resultará em uma elevação expressiva da carga tributária do setor educacional, saindo dos atuais 3,65% para a alíquota de 12%. Fortemente pressionado pela crise econômica que se instalou no Brasil nos últimos anos e pelos desdobramentos da pandemia de covid-19, o setor não teria alternativa a não ser repassar esse aumento para as mensalidades escolares. Projeções estimam entre 6% e 10,5% de acréscimo.

O maior problema está no fato de que, ao contrário do que o senso geral tende a acreditar, a educação particular no Brasil atende, sobretudo, pessoas pertencentes às classes C, D e E. Levantamento realizado pelo Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular constatou que quase 90% das famílias dos graduandos têm renda média familiar per capita de até três salários mínimos.

Nesse contexto, não há dúvida de que aprovação da CBS, sem os necessários ajustes, seria um marco na ruptura do acesso de uma parcela significativa da população brasileira à educação, em especial no nível superior onde as instituições particulares são responsáveis por 75% das matrículas. Previsões iniciais apontam que mais de 160 mil graduandos abandonariam as salas de aula e veriam cair por terra o sonho de ter um diploma de educação superior. Nunca é demais lembrar que além de desonerar o Estado em R\$ 225 bilhões, as instituições particulares de educação superior preenchem uma lacuna enorme na formação profissional de milhões de brasileiros que jamais seriam absorvidos pela restrita rede pública de universidades.

Como se o cenário da evasão e da inviabilização do acesso não fosse grave o suficiente, a atual proposta de Reforma Tributária pode resultar no cancelamento da maior e mais bem sucedida política pública de acesso à educação superior do país: o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Viabilizado pela concessão de bolsas de estudo (integrais e parciais) para alunos de baixa renda pelas instituições particulares, que abatem custos relativos a impostos como o PIS e a Cofins em troca, as regras propostas podem fazer com que a compensação seja pouco atrativa ou até mesmo inviável para as faculdades, centros universitários e universidades privadas.

Caso isso ocorra, imediatamente mais de 160,8 mil estudantes seriam excluídos do programa. Em 10 anos, mais 682 mil jovens de famílias de baixa renda deixariam de ser beneficiados. E tudo isso no momento em que a outra política nacional de acesso à educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), tem reduzido sistematicamente o número de vagas ano após ano.

Portanto, tão urgente quanto rever o marco legal tributário do país é garantir que a normativa que o substituirá não puna as camadas sociais mais baixas da população e desencadeie uma série de desdobramentos que colocarão em risco o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Havia a expectativa de que a reforma tributária fosse votada em 2020, mas a pandemia de covid-19, e as eleições municipais contribuíram para que esse debate fosse adiado. Agora, caberá às novas mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pautar e conduzir o debate no âmbito do Legislativo nacional.

A hora é de reflexão e de união. É preciso tomar decisões que resultem em benefícios para o Estado e seus cidadãos. Precisamos de uma população preparada para superar as adversidades impostas pelas crises econômica e sanitária e isso não acontecerá sem uma sólida formação educacional.

Na maioria das nações, a educação sequer é taxada. Tudo indica que, no atual momento, esse avanço não será possível por aqui. Contudo, não se pode aceitar o aumento de carga tributária sobre um setor essencial como a educação. O país precisa, sim, da reforma tributária, mas de uma reforma que seja pautada por princípios como a equidade e a justiça social.

Felizmente, as lideranças do Congresso Nacional têm sinalizado para a pertinência do ajuste no texto e a priorização da educação, sem aumento de impostos sobre a mensalidade estudantil. A educação superior precisa ser para todos, sob pena de nunca conseguirmos superar os perversos ciclos da pobreza e da desigualdade que há séculos assombram o nosso país.

Artigo publicado no [Correio Braziliense](#) em 20 de março e no [ABMES Blog](#) em 05 de abril de 2021.

Precisamos de uma população preparada para superar as adversidades impostas pelas crises econômica e sanitária e isso não acontecerá sem uma sólida formação educacional.

Entre Marte e a Lua, a avaliação da educação superior dá seus passos rumo ao século 21

No último 20 de abril, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) iniciou uma jornada histórica para a inovação das avaliações de cursos e das instituições de educação superior (IES). Por meio da [Portaria Inep nº 165/2021](#), o órgão instituiu a Avaliação Externa Virtual *in loco* para as visitas de comissões de especialistas para avaliações externas previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A medida, necessária em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19, tem validade até o final de outubro e deve resultar em cinco mil visitas até lá. No entanto, a nossa defesa é de que a avaliação virtual *in loco* se torne regra, e não exceção, no âmbito do sistema nacional de avaliação.

Não há mais dúvida de que a velocidade e com que as coisas precisaram ser repensadas e reestruturadas no último ano impôs novos padrões e acelerou tendências em diversas áreas da sociedade, incluindo a educacional. A educação mediada pela tecnologia praticamente deixou de ser um tabu para se tornar a

única opção para milhões de estudantes que precisaram se afastar das escolas e universidades. Não fosse isso, o ano letivo de 2020, quando poucos municípios liberaram a abertura das escolas já nos últimos meses do ano, teria sido perdido para milhões de estudantes brasileiros.

Essa mesma tecnologia, que impediu o Brasil de ter toda uma geração de cidadãos atrasada em um ano na sua formação escolar e acadêmica, também pode, e precisa, ser utilizada para levar a regulamentação e a avaliação da educação superior a outros patamares, além de possibilitar a redução substancial do passivo de processos que aguardam na extensa fila (virtual) do Inep.

Entendemos a avaliação como um eixo central e de grande relevância para a política educacional do país, em especial como medida para a garantia da qualidade do ensino ofertado nas instituições particulares. Mas, também entendemos que novos tempos demandam novas ações, novas posturas, novos paradigmas. Há algumas décadas batemos na tecla de que a educação precisa caminhar para as novas diretrizes impostas pela sociedade deste tempo, e a avaliação não foge à essa regra.

Vivemos em um país enorme e que demanda uma também enorme atuação do Inep. Não faz mais sentido o órgão seguir com práticas que atrasam os processos e

Não há mais dúvida de que a velocidade e com que as coisas precisaram ser repensadas e reestruturadas no último ano impôs novos padrões e acelerou tendências em diversas áreas da sociedade, incluindo a educacional.

oneram o Estado de forma significativa tendo em vista todos os recursos que já estão disponíveis hoje em dia. Estamos no século 21. A Nasa tem um robô em Marte enviando vídeos e fotografias para a Terra. Marte!

Já passou da hora do Brasil alinhar suas políticas e diretrizes educacionais com o que há de mais moderno e inovador no mundo. O argumento de que as instituições particulares de educação superior não têm comprometimento com a qualidade do que entregam é uma grande falácia que precisa ser superada. A maioria das IES age de boa-fé, até que se prove o contrário. Por isso, as avaliações precisam se atualizar também no quesito efetividade e incluir uma importância cada vez maior à autoavaliação das instituições. À priori, as avaliações precisam ter caráter pedagógico e construtivo, e não punitivo.

Enquanto não acontecer essa virada de chave, por parte dos órgãos gestores, na compreensão do papel da avaliação, e também em relação ao reconhecimento do comprometimento das instituições de educação superior com a qualidade dos serviços ofertados, seguiremos com um processo avaliativo amarrado a práticas e políticas ultrapassadas. A inovação precisa ser tecnológica, mas também precisa ser atitudinal.

É bem provável que quase ninguém tenha a oportunidade de visitar Marte um dia, mas Marte já está vindo até nós. Enquanto isso, é como se aqui no Brasil o marco regulatório da educação superior seguisse preso ao debate se o homem pisou ou não na Lua. O grande passo para a humanidade já foi dado. É chegada a hora de mirarmos as estrelas e irmos além, muito além.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 10 de maio de 2021.

Reforma tributária traz bons sinais para a educação

Em 4 de maio, o relatório preliminar da Comissão Mista da Reforma Tributária foi finalmente apresentado. A proposta, que unifica 5 tributos (Pis, Cofins, IPI, ICMS e ISS), criando o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), trouxe auspiciosos avanços, especialmente ao conferir espaço para soluções diferenciadas em temas estratégicos e sensíveis, como o da educação.

Ainda há muitas incertezas sobre os próximos passos da reforma tributária. Ela poderá avançar em direção a uma reformulação mais ampla do sistema tributário ou ser fatiada e tratar interesses específicos. Pode, ainda, ficar em um impasse que a dificulte tramitar, mesmo que seja certo que o arcabouço tributário brasileiro precise de melhorias urgentes.

Nas próximas etapas, a sinalização de que se deve evitar aumento de impostos sobre as mensalidades estudantis, ratificando o que preconiza a PEC 110/2019 (íntegra – 11MB), traz um importante direcionamento em busca de soluções que efetivem essa intenção, majoritária entre os congressistas brasileiros. Conforme o Poder Legislativo decida por caminhar em uma reforma ampla ou fatiada, os 15,5 milhões de estudantes da educação particular devem ter esperança de que a ideia de um tratamento tributário diferenciado para a mensalidade será preservada. Para esse público distribuído

nos diferentes níveis de ensino, que mais de 80% estão em famílias de classes C, D e E (íntegra – 1MB), qualquer aumento pode inviabilizar um futuro melhor de milhões deles.

Essa bandeira que se consolida a cada dia, de reformar o sistema tributário sem aumentar impostos sobre a mensalidade estudantil, vem sendo trabalhada, pelo menos, desde 2015. Entretanto, para que se traduza de forma adequada na PEC da reforma tributária, a educação particular tem desenvolvido propostas com o apoio de diversos congressistas.

Como no relatório preliminar da PEC optou-se por um texto mais enxuto para emendar à Constituição Federal. Foram deixados muitos temas para serem efetivamente regulamentados em lei complementar. Dessa forma, o texto ainda traz muita insegurança para diversos setores, como no caso da educação. Assim, sugestões de emendas necessárias à proposta foram prontamente apresentadas, entre as quais estão a que torna obrigatório, e não opcional, o tratamento diferenciado para microempresas e a que retira o limite de prazo de 12 anos, passando a ser indeterminado.

Essa bandeira que se consolida a cada dia, de reformar o sistema tributário sem aumentar impostos sobre a mensalidade estudantil, vem sendo trabalhada, pelo menos, desde 2015.

Outra proposta relevante é que a Lei Complementar deverá respeitar a alíquota máxima de 10% do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para a educação, em regime não cumulativo, o que corresponde aproximadamente à neutralidade em relação à atual carga tributária do setor. Essa lei complementar necessariamente precisará regular também o futuro do ProUni (Programa Universida-

de para Todos), um programa estratégico para o país, cujos indicadores demonstram seu êxito e valor, beneficiando centenas de milhares de jovens carentes com bolsas de estudos e viabilizando menores custos na mensalidade dos demais, que são predominantemente de classes média e baixa.

Em relação às instituições sem fins lucrativos que prestam serviços educacionais, de saúde e de assistência social, com atuação bastante relevante, a proposta do setor de educação é manter a isenção de impostos sobre o consumo.

Diante do exposto, o setor segue vigilante e em ação buscando contribuir para que a reforma tributária seja um elemento de progresso da educação no Brasil, e não o contrário. Temos certeza que essa é a visão dos principais líderes políticos nos Poderes Legislativo e Executivo e, principalmente, um anseio da nossa sociedade, que busca melhores oportunidades para o futuro de nossos jovens.

Artigo publicado no [Poder 360](#) em 13 de maio e no [ABMES Blog](#) em 17 de maio de 2021.

Equidade racial: cada minuto conta

A desigualdade racial é uma ferida aberta e um dos grandes entraves para o desenvolvimento do Brasil, país com 56,2% da sua população formada por negros e pardos, de acordo com o IBGE. Contudo, levantamento realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostra que o país caminha para uma igualdade a ser alcançada já na próxima década, ao menos no que diz respeito ao acesso à educação superior.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Isso porque, de acordo com o levantamento, a proporção de negros com 30 anos ou mais com o ensino superior completo está próxima à sua representação populacional em 23 das 27 unidades da federação. Segundo o cálculo feito pelos especialistas responsáveis pela pesquisa, o país deve atingir o equilíbrio racial em 12 anos e a total equidade em 27 anos, mas há uma ressalva: a crise econômica que se arrasta desde 2014 pode atrapalhar esse desempenho.

Essa relação direta e estreita entre racismo e economia não surpreende. Aqui, os negros são 75% entre os mais pobres e os brancos 70% entre os mais ricos. E, em situações de crise, as populações mais vulneráveis costumam ter sua vulnerabilidade ampliada. Por isso, mais do que nunca, é preciso defender a manutenção e a ampliação de políticas públicas de acesso à educação superior, como o Programa Universidade para Todos

(ProUni) e também o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), quase inviabilizado pelas reformas pelas quais passou nos últimos anos.

Ambos os programas têm a inclusão na sua essência. Por exemplo, em 2018, 61% dos estudantes beneficiados com as bolsas de estudos viabilizadas pelo ProUni eram negros ou pardos. Vale lembrar que para concorrer à uma bolsa o estudante precisa ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola privada com bolsa integral.

Assim, por meio da oferta de bolsas de estudos próprias e da adesão ao ProUni, as instituições particulares dão uma contribuição significativa para que os índices de brancos e negros na graduação sejam cada vez mais equitativos. Além disso, elas desenvolvem uma série de ações no âmbito da responsabilidade social.

Um exemplo dessa atuação é o *Movimento Ar – Vidas Negras Importam*, realizado pela Faculdade Zumbi dos Palmares, em parceria com a Sociedade Brasileira de Desenvolvimento Socio Cultural (Afrobras), que visa promover mudanças concretas em vidas negras e transformações sociais. Inclusive, a ABMES integra a iniciativa e incentiva que todas as instituições particulares de educação superior façam o mesmo.

Por meio da oferta de bolsas de estudos próprias e da adesão ao ProUni, as instituições particulares dão uma contribuição significativa para que os índices de brancos e negros na graduação sejam cada vez mais equitativos.

Embora o estudo conduzido pela *Folha de S. Paulo* seja animador, a realidade nos mostra que há um longo caminho a percorrer. De acordo com o IBGE, em 2018, a proporção de jovens brancos com idades entre 18 e 24 anos que frequentavam ou haviam concluído a educação superior (36,1%) era quase o dobro da verificada entre a população preta e parda na mesma faixa etária (18,3%).

Modificar esse cenário depende de uma ampliação significativa das políticas públicas voltadas para a equidade racial. A superação da crise econômica e das desigualdades socioeconômicas e raciais dependem disso, e cada minuto conta.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de julho de 2021

Educação contra o apagão de mão de obra

Enquanto o Brasil se prepara para a possibilidade de um novo apagão energético em virtude da pior seca dos últimos 91 anos, um outro apagão promete assombrar a nação por anos: o de mão de obra qualificada. Não é de hoje que o país não forma os profissionais de que necessita, mas esse cenário foi potencializado pela mudança no perfil do trabalhador deste século XXI. E ainda serão contabilizados os desdobramentos da pandemia de Covid-19.

Confira o vídeo sobre este artigo:



De acordo com um estudo do Senai, da UFRGS e da agência alemã de cooperação GIZ, apenas a área de tecnologia (TI) deverá abrir 140 mil vagas nos próximos dois anos ante a perspectiva de formação de 109 mil profissionais nos cursos de graduação. Esse gap (22%) será significativamente ampliado quando se analisa um cenário no médio prazo. Em cinco anos, a lacuna entre a demanda e a quantidade de egressos da educação superior na área de TI deverá saltar para 35%.

A solução definitiva para esse quadro passa, essencialmente, pelo fortalecimento da educação superior no país. Contudo, a despeito das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para a educação superior — cada vez mais distantes de ser alcançadas, diga-se —, do descompasso entre a demanda e a oferta por profissionais e dos quase 15 milhões de brasileiros desempregados, a educação

superior segue presa a amarras regulatórias incompatíveis com o atual contexto socioeconômico e com as necessidades do mercado de trabalho.

Na outra ponta, preocupa a desidratação constante das políticas governamentais de acesso à educação superior. De nada adiantam novos currículos e metodologias inovadoras se a graduação continuar sendo um privilégio de poucos brasileiros. Preocupa que as duas principais políticas de acesso à educação superior estejam comprometidas. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que já concedeu mais de 700 mil financiamentos por ano, hoje opera na casa dos 40 mil. O Programa Universidade para Todos (Prouni) é ameaçado pela proposta de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional.

Vale ressaltar que o cenário poderá ser ainda mais nebuloso do que o apresentado pela pesquisa mencionada. Isso porque os cálculos dos pesquisadores foram feitos com base nas informações de vagas/cursos disponíveis no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do MEC (e-MEC). Mas, na realidade, além das vagas não preenchidas, o levantamento desconsiderou um aspecto pontual e altamente relevante: o adiamento do ingresso na educação superior em virtude da pandemia de Covid-19.

Entre 2020 e 2021, caiu de forma significativa a entrada de novos estudantes nos cursos de graduação. Levantamento com mais de mil estudantes, realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em parceria com a Educa Insights, comprovou que, entre os que ainda não tiveram acesso à vacina, 43% decidiram adiar para 2022 o início da graduação.

Portanto, estamos diante de um quadro complexo e desafiador. A solução passa, sim, pela criação de novos cursos, pela atualização de currículos e pela formação de professores, mas também pela aceleração do ingresso de novos estudantes na educação superior e pela liberação das amarras regulatórias.

De tudo isso depende a construção de novas perspectivas para o Brasil. Caso contrário, o país sairá da crise sanitária, mas não terá o capital humano necessário para dar vazão à economia que vai surgir no pós-Covid. Vivemos o pior apagão da nossa história, para o qual não há vela que dê alívio.

Artigo publicado no O Globo em 24 de julho e no ABMES Blog em 30 de agosto de 2021.

A solução passa, sim, pela criação de novos cursos, pela atualização de currículos e pela formação de professores, mas também pela aceleração do ingresso de novos estudantes na educação superior e pela liberação das amarras regulatórias.

Avaliação externa virtual *in loco*: a (r)evolução que deu certo

Em pouco mais de quatro meses, 2.053 cursos de graduação e instituições de educação superior (IES) foram avaliadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Desse total, 1.826 avaliações foram feitas na modalidade “externa virtual *in loco*”, criada em virtude das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, como anunciou o Inep em [seminário da ABMES](#).

Confira o vídeo sobre este artigo:



Estamos diante de números que seriam muitos expressivos mesmo em condições sanitárias normais, o que dá um pouco da dimensão do feito do Inep. Entretanto, para além das estatísticas favoráveis, a medida se mostrou mais eficiente, mais célere, mais transparente e sem prejuízo à qualidade do processo avaliativo. A inovação trouxe, ainda, economia aos cofres públicos ao reduzir significativamente os deslocamentos de avaliadores pelos quatro cantos do país.

Nos últimos meses, apenas os cursos de medicina, odontologia, enfermagem e psicologia seguiram sendo avaliados pelo modelo

presencial. Os demais se ajustaram ao novo formato que, inclusive, demandou investimentos por parte das IES, como: a contratação de um sistema de nuvem para o armazenamento e compartilhamento de documentos com os avaliadores; a melhoria da infraestrutura tecnológica e da segurança da sua rede interna; e a capacitação dos colaboradores para o uso das ferramentas utilizadas durante a avaliação virtual *in loco*.

Ainda assim, ao contrário do que alguns poderiam supor, a receptividade à nova modalidade foi bastante positiva entre as IES. Pesquisa realizada pela ABMES, e estimulada pelo Inep, com 232 representantes de 202 instituições de educação superior constatou que para 85% dos respondentes a modalidade deveria ser mantida após a pandemia e 72% disseram preferir o modelo virtual. Além disso, 73,7% consideram que o formato pode ser empregado em cursos de graduação de qualquer área e 76,3% afirmaram que não houve prejuízo em relação ao instrumento de avaliação em função da visita ter sido realizada por meios digitais.

A avaliação externa virtual *in loco* também foi bem recebida entre os avaliadores. Levantamento do Inep verificou que 69,2% deles acreditam que a disponibilidade para a participação em comissões de avaliação aumentará sem a necessidade de deslocamento até a IES e 98,8% consideram dispor de ambiente e infraestrutura adequados ao trabalho remoto no processo de avaliação.

Trata-se, portanto, de um processo inovador que foi desenvolvido e implementado em tempo recorde, garantindo a continuidade das avaliações da educação superior

A medida se mostrou mais eficiente, mais célere, mais transparente e sem prejuízo à qualidade do processo avaliativo.

em uma situação de crise e que já está validado por todos os segmentos envolvidos. Um grande mérito da equipe do Instituto a quem parabeno nas pessoas do presidente do Inep, Danilo Dupas Ribeiro, e do diretor de Avaliação da Educação Superior, Luís Filipe Grochocki.

A avaliação externa virtual *in loco* é mais uma das mudanças trazidas pela pandemia para a educação superior e que precisa continuar quando tudo isso passar. Diante de tamanha tragédia, a busca por alternativas trouxe soluções que em condições normais dificilmente seriam pensadas, testadas e aceitas como avanços tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto na regulação. Voltar ao contexto pré-pandemia seria um retrocesso sem precedente para a educação brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de setembro de 2021

A tempestade perfeita

Nos últimos anos, três grandes ondas tiveram forte impacto no acesso dos brasileiros à educação superior: a crise econômica; a redução drástica no número de contratos do Fies; e a pandemia de Covid-19, com seus desdobramentos no aumento do desemprego e da evasão escolar. Entre as consequências naturais desse cenário, está o aumento da elitização do acesso à graduação no Brasil, como mostram alguns dados recentes.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Em 2021, o Enem teve o menor número de inscritos desde 2005. No Fies, a estimativa é de que este ano tenhamos o menor número de novos contratos desde 2009, quando pouco mais de nove mil estudantes foram contemplados com a política pública de financiamento estudantil. Para se ter ideia, em 2014, ápice do programa, foram mais de 732 mil contratos. E o ProUni vem sofrendo com a redução das bolsas ofertadas em virtude da queda nas matrículas nas instituições particulares de educação superior.

Os mais otimistas podem querer acreditar que esse cenário é mais uma das consequências da pandemia, mas, a verdade é que há alguns anos as políticas de inclusão social na educação superior deixaram de ser prioridade no Brasil, um país no qual 75% dos estudantes de graduação estão matriculados em universidades e faculdades privadas, apenas 21% da população tem educação

superior — e a escassez de mão de obra qualificada é um grande entrave para o desenvolvimento da economia.

Por isso, é urgente que a política de financiamento estudantil resgate a sua essência social. Além de voltar a atender quem precisa, o Fies precisa ser reestruturado de modo que o estudante possa quitar seus débitos com o governo conforme a sua renda após a conclusão do curso superior, algo similar ao que acontece hoje na Austrália. Além disso, ainda que no modelo atual o jovem tenha dificuldade de pagar em dia o seu financiamento, não se pode negar o retorno social gerado para o país a partir do trabalho desenvolvido por ele, resultando em geração de renda e no desenvolvimento socioeconômico.

Também é preciso salvar o ProUni de iniciativas que podem decretar o seu fim, como a criação da Contribuição sobre Bens e Servi-

Os mais otimistas podem querer acreditar que esse cenário é mais uma das consequências da pandemia, mas, a verdade é que há alguns anos as políticas de inclusão social na educação superior deixaram de ser prioridade no Brasil

ços (CBS), em substituição ao PIS e à Cofins, prevista na reforma tributária que tramita no Congresso Nacional. Em outra frente, o ProUni pode ganhar mais corpo se for ampliado para permitir a quitação de dívidas das instituições particulares de educação superior junto ao governo federal, em especial para passivos acumulados durante a pandemia, através do aumento da oferta de bolsas aos alunos mais carentes.

Temos diante de nós todos os elementos de uma crise inédita na educação superior particular que,

acredito, será de lenta recuperação. Contudo, o quadro é tão grave que mesmo as instituições públicas estão sendo impactadas. No segundo semestre de 2021, o número de inscritos no Sisu foi 40% menor do que o verificado na mesma edição de 2019.

O atual contexto socioeconômico está afastando os jovens da graduação, e o Brasil precisa investir em medidas rígidas e urgentes para reverter esse quadro. É bem verdade que o país pode se beneficiar com a ampliação do ensino técnico e profissionalizante, mas isso deve ser feito concomitantemente com a democratização da educação superior – e não uma política ou outra.

E, como vimos, apesar da dimensão e da gravidade do problema, existem caminhos viáveis por meio dos quais podemos mitigar a força da tempestade de exclusão educacional que estamos vivendo. A educação não pode continuar sendo o futuro do Brasil. Precisa ser o presente, sob o risco de continuarmos sendo devastados por uma tormenta de proporções nunca antes registradas.

Artigo publicado no [O Globo](#) em 24 de agosto e no [ABMES Blog](#) em 27 de setembro de 2021.

Cotas, sim!

Em 2022, a [Lei de Cotas](#) (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) completa 10 anos e, conforme estabelece seu artigo sétimo, deverá passar por um processo de revisão que pode prorrogar ou extinguir as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

[Confira o vídeo sobre este artigo:](#)



Embora a legislação seja voltada para as instituições federais de educação superior, a dimensão dessa temática vai muito além do que seria apenas uma “reserva de vagas”. No abismo da desigualdade em que estamos mergulhados, alguns são mais desiguais do que outros, e não se pode fechar os olhos para essa realidade.

Na esfera educacional, os negros são a parcela populacional que enfrenta os maiores desafios para concluir a educação básica. Dados da [Pnad Educação 2019](#), divulgada pelo IBGE em 2020, constatou que a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos é 5,3% superior à verificada entre os brancos. Além disso, dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a educação básica, 71,7% são pretos ou pardos. Na [educação superior](#), em 2018, 42% dos estudantes eram brancos e 7% negros.

Como não poderia ser diferente, essa realidade tem relação direta na renda da população negra. Segundo o mesmo [IBGE](#), entre as pessoas com o maior rendimento *per capita*, brancas são 70,6% e negras 27,7%. Na outra ponta, entre as 10% mais pobres, 75,2%

são negras e 23,7% brancas. Outro estudo, desta vez feito pelo Ipea, constatou que, em 2019, a renda média dos brancos era, ao menos, duas vezes maior do que a dos negros.

É amplamente sabido que a superação dessa desigualdade passa, necessariamente, pela educação, e que a construção de um país mais justo e democrático depende da superação de cenários como os apresentados acima. É por isso que, mesmo sem ser diretamente impactado pela Lei de Cotas, o setor particular de educação superior apoia a recondução dessa que tem se mostrado uma política eficaz e contribuído para dar mais oportunidades à população negra.

Vale registrar que nosso apoio não se limita ao campo das ideias. Por exemplo, defendemos que o Programa Universidade para Todos (ProUni) seja mantido enquanto política de ampliação da diversidade racial nas universidades particulares. A medida mostra-se eficiente, como revelou levantamento realizado pela ABMES e pela Educa Insights. Segundo dados do SisProUni, em 2018, 13% dos estudantes beneficiados com o programa eram negros e 48% pardos.

Na esfera individual, as instituições de educação superior também desenvolvem iniciativas, como o programa de trainee para negros lançado pelo grupo Yduqs e a campanha "Cotas Sim!", pro-

É por isso que, mesmo sem ser diretamente impactado pela Lei de Cotas, o setor particular de educação superior apoia a recondução dessa que tem se mostrado uma política eficaz e contribuído para dar mais oportunidades à população negra.

movida pela Faculdade Zumbi dos Palmares visando à renovação das leis de cotas na educação e na administração pública (esta a ser revisada em 2024).

A iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares conta com o apoio da ABMES, pois, assim como destaca o material de divulgação da campanha, também acreditamos que “esta revisão [da Lei de Cotas] pode decidir o destino da mais impactante política pública de combate ao racismo e promoção da igualdade racial de que se tem notícia em toda história do país”.

Passados 133 anos desde o fim da escravidão, a cor da pele não pode seguir sendo um determinante das oportunidades que o indivíduo terá ao longo da sua existência. São muitos os obstáculos a serem superados, mas nada surtirá efeito enquanto as possibilidades educacionais não forem democráticas e acessíveis a todos os cidadãos. Por isso, até que as desigualdades raciais estejam superadas, precisamos nos unir em alto e bom tom para dizer: cotas, sim!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 18 de outubro de 2021

Cada macaco no seu galho

Ditados populares consistem em uma das maneiras mais eficientes de transmissão de sabedoria de geração em geração. Com suas frases simples, mas de grande impacto, são uma fonte quase inesgotável de conhecimento tácito, ou seja, aquele adquirido com a experiência e que não somos capazes de documentar.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Um dos meus ditos preferidos é o que intitula este texto. De forma lúdica, ele passa uma mensagem essencial: preocupe-se apenas com o que lhe diz respeito. Contudo, o que parece uma lição fácil de ser compreendida e aplicada, tem sido sistematicamente – e estrategicamente – ignorada pelos conselhos profissionais do Brasil.

Criadas para defender e disciplinar o exercício profissional, essas instituições têm buscado, cada vez mais, agir em uma esfera que não lhes compete: a educação superior.

De acordo com o marco jurídico vigente, a regulamentação da educação superior no país é atribuição exclusiva do Poder Executivo, por meio do Ministério da Educação (MEC). Todavia, sob o pretexto da “garantir a qualidade” do ensino ofertado pelas instituições educacionais, os conselhos têm buscado colocar em prática sua pauta corporativista que, na verdade, tem como único

objetivo barrar a formação de novos profissionais, reduzindo a concorrência e valorizando o “passe” daqueles que já se encontram no mercado de trabalho.

Ao contrário da agenda que eles vêm tentando impor, não é atribuição dos conselhos profissionais estabelecer o que deve ou não ser ensinado nos cursos de graduação. Também não cabe a eles dizer a forma como o processo de ensino e aprendizagem deve ocorrer. Caminhar nesse sentido consiste em uma ingerência absurda nas competências do Ministério da Educação, que conta com ampla estrutura regulatória voltada para garantir a qualidade da oferta educacional, e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Inclusive, a educação superior brasileira é uma das mais reguladas de todo o planeta.

Na escalada corporativista dos conselhos, o caminho para garantir a qualidade da graduação passa por medidas como acabar com a educação a distância, barrar a abertura de novos cursos e dar a eles o poder de definir os conteúdos que devem – ou não – ser incluídos nos currículos.

Caminhar nesse sentido consiste em uma ingerência absurda nas competências do Ministério da Educação, que conta com ampla estrutura regulatória voltada para garantir a qualidade da oferta educacional.

Além de se tratar de uma medida desumana, por querer retirar de milhares de brasileiros a oportunidade de cursarem uma graduação e alçarem voos profissionais e pessoais mais altos, a postura dos conselhos profissionais deveria ser considerada criminosa por tentar impedir a formação de novos profissionais em um país

que corre o sério risco de sofrer com um apagão de mão de obra, o que comprometeria o desenvolvimento e o bem-estar da população por décadas.

Aliás, os impactos desse posicionamento tacanho dos conselhos já se fazem presentes na sociedade brasileira. Não foi à toa que a pandemia de covid-19 atingiu números estratosféricos por aqui, evidenciando a gravidade da falta de médicos durante a maior crise sanitária e hospitalar enfrentada pelo Brasil. Desde 2013, novas graduações voltadas para a formação de médicos estão condicionadas a chamamentos públicos feitos pelo governo federal.

Estamos diante de uma situação inaceitável sob qualquer perspectiva que se analise. Tanto é que o Poder Judiciário tem reiterado, em diversas decisões, a autonomia do Ministério da Educação e das instituições de educação superior. Agora, cabe ao MEC assumir o seu protagonismo na política educacional e repelir qualquer tentativa de cercear sua soberania. Passou da hora de mostrar que os limites de cada galho estão muito bem estabelecidos, e que não há espaço para dois macacos no galho da educação superior brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 25 de outubro de 2021

Educação e a ressocialização de pessoas privadas de liberdade

Em 2021, apenas no estado de São Paulo, 17.380 pessoas, entre adultos presos e adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, se inscreveram no Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), um salto de 36% em relação a 2020.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e nutrem a esperança de dias melhores em um país no qual 70% dos mais de 726 mil presos não concluíram o ensino fundamental, 92% não terminaram o ensino médio, 8% são analfabetos e menos de 1% ingressou ou tem diploma de nível superior.

O aumento do interesse pelo Enem, ou da possibilidade de prestá-lo, é um indicativo expressivo de que nem tudo está perdido dentro de um sistema prisional que, longe de contribuir para a ressocialização, padece com uma realidade calcada em violência, superlotação, insalubridade e falta de assistência básica aos indivíduos que ali se encontram.

Embora a relação de causa e efeito não seja determinante, diversos estudos e pesquisas já comprovaram o vínculo existente entre a evasão escolar e o quadro de violência que aflige o Brasil. Apesar disso, entre 1994 e 2009, houve uma redução de 19,3% no número de escolas públicas no país, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Na outra ponta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quantidade de presídios cresceu 253%.

Esses números mostram a opção do Brasil por um Estado policial em detrimento de um Estado social, cenário pouco promissor quando sabe-se que a educação precisa ser o alicerce na pavimentação de uma sociedade mais justa e igualitária, condição essencial para a redução da violência nas suas mais diversas faces.

Apesar desse panorama desfavorável e indo contra todas as expectativas, tem crescido o número de presidiários e de adolescentes privados de liberdade que têm buscado na educação a oportunidade de construir novas narrativas para suas vidas quando regressarem ao convívio social. Essa é uma constatação que merece ser celebrada por toda a sociedade ao mesmo tempo em que precisa chamar a atenção das instituições de educação superior para o papel social que possuem na democratização do conhecimento, e por que não na oferta de oportunidade a um futuro ex-detento?

Embora a relação de causa e efeito não seja determinante, diversos estudos e pesquisas já comprovaram o vínculo existente entre a evasão escolar e o quadro de violência que aflige o Brasil.

As possibilidades nesse sentido são inúmeras. Um caso exemplar é o que mostramos recentemente no podcast “[e por falar em educação](#)”. Em uma iniciativa inovadora, a Universidade Norte do Paraná (Unopar) instalou um polo de educação a distância no Complexo Penitenciário de Ponte Nova (CPPN), município localizado na Zona da Mata mineira. Hoje, são 10 estudantes que vislumbram a possibilidade de uma nova vida ao deixarem o presídio graças à possibilidade de cursar uma graduação.

Esse é apenas um exemplo do que é possível fazer quando a tecnologia e a força de vontade se unem. É bem verdade que a educação superior ainda é um sonho distante especialmente para os 70% dos detentos que sequer concluíram o ensino fundamental. Por outro lado, os 30% que concluíram somam mais de 200 mil pessoas que poderiam fazer a educação superior caso concluíssem o ensino médio.

O Brasil não pode seguir fechando os olhos para as necessidades da sua população carcerária. Fingir que ela não existe ou achar que seus direitos fundamentais deixam de valer quando entram para o sistema prisional em nada contribui para a ressocialização desses indivíduos, bem como para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos nós que aqui vivemos

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 08 de novembro de 2021

ProUni: um caso de sucesso em inclusão social e diversidade

Criado em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni) surgiu com a missão de reduzir um grave problema existente na educação brasileira: o da democratização. Era imperioso fazer com que mais estudantes de baixa renda, e que cursaram o ensino médio em escolas públicas, pudessem ter acesso ao ensino superior.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Mas, no Brasil, a desigualdade social tem relação direta com a cor e o gênero dos indivíduos. Tanto isso é verdade que, de acordo com o IBGE, os negros representam 75% das pessoas mais pobres os brancos totalizam 70% dos mais ricos. Nesse cenário, um dos grandes méritos do ProUni, além de promover a inclusão social, é o de ampliar a diversidade nas instituições de educação superior.

A criação do ProUni, aliada à adoção de ações afirmativas nas universidades públicas, fez aumentar em quase quatro vezes a chance de uma pessoa negra concluir um curso de graduação entre 2000 e 2017, saltando de 2,2% para 9,3%.

A contribuição do ProUni, especificamente, fica evidente quando se analisa a evolução do percentual de bolsas concedidas às pessoas

negras e pardas ao longo dos anos. Dados disponibilizados pelo Ministério da Educação mostram que, em 2005, 49% das bolsas tiveram como beneficiários indivíduos pertencentes à essa parcela da população. Em 2018, esse mesmo índice atingiu a marca de 61%.

Há que se registrar, contudo, que o desafio de igualdade racial nas oportunidades precisa seguir sendo uma meta a ser alcançada. Em 2017, enquanto 22% da população branca tinha concluído a graduação, entre os negros o índice era de 9,3%, segundo o IBGE.

O caráter inclusivo e democrático do ProUni também se manifesta na maior inserção das mulheres na educação superior. Com exceção dos anos de 2007 e 2008, desde 2005 elas são as principais beneficiárias do Programa Universidade para Todos. Em 2018, as mulheres conquistaram 58% das bolsas ofertadas pela política de acesso à educação superior.

A criação do ProUni, aliada à adoção de ações afirmativas nas universidades públicas, fez aumentar em quase quatro vezes a chance de uma pessoa negra concluir um curso de graduação entre 2000 e 2017.

Contudo, apesar de todos os resultados positivos e dos incontáveis desdobramentos sociais trazidos pelo programa, a concessão de bolsas de estudo para a parcela mais pobre da população brasileira corre o sério risco de até deixar de existir. O motivo? As propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional.

O texto mais preocupante é o do PL 3887/2020, que propõe a criação de um novo tributo, a Contribuição Social sobre Bens

e Serviços (CBS), em substituição ao Pis e à Cofins, que são contribuições que fazem parte do conjunto de tributos para os quais as instituições de educação superior passam a ter isenção ao aderirem ao programa de bolsas subsidiado pelo governo federal. O problema é que não se trata de uma simples substituição, já que a manutenção dessa isenção para casos específicos, como o do ProUni, não está prevista na CBS.

Assim, as bolsas do programa correspondentes a 9,35% do total de alunos seriam dadas em troca apenas da isenção de IRPJ e CSLL, que representam um percentual muito pequeno do faturamento, especialmente nas difíceis condições de mercado enfrentadas pelas IES.

Não é de hoje que as entidades representativas do ensino superior particular têm alertado aos legisladores e gestores públicos sobre os riscos da medida. Recentemente, estivemos, mais uma vez, na Comissão de Educação do Senado Federal, a convite da Senadora Maria Eliza Aguiar (MDB-RO), onde buscamos sensibilizar os parlamentares para a relevância e o caráter social do ProUni.

Ressaltamos que o programa é necessário para a parcela menos favorecida da população, mas também para o país enquanto nação. Afinal, não há desenvolvimento socioeconômico sem uma população bem educada e preparada para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e desafiador. Um elemento a se destacar foi a participação do Secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Villas Boas, que corroborou nossos posicionamentos, reforçando com dados o grande valor do ProUni para o Brasil.

Estamos imersos na maior crise econômica da nossa história, vendo o cenário de desigualdade ser fortemente agravado pela pandemia e seus desdobramentos. O ProUni já provou ser um

mecanismo eficiente de inclusão social e promoção da diversidade. A hora, mais do que nunca, é de fortalecimento e valorização do Programa Universidade para Todos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de dezembro de 2021

O Sistema Nacional de Educação é o melhor caminho?

Previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o Sistema Nacional de Educação (SNE) deveria ter sido instituído até junho de 2016. Passados mais de cinco anos do final do prazo, projetos relativos à sua criação passaram a tramitar de forma acelerada tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, tendo o Senado aprovado a sua versão do texto no último dia 9 de março. Seguindo esse ritmo, o SNE tem tudo para ser aprovado neste ano de 2022.

À época da formulação do PNE, o Sistema Nacional de Educação foi pensado como instrumento para aperfeiçoar a organização da educação brasileira, de modo que as políticas públicas fossem mais orgânicas e capazes de assegurar esse direito constitucional com equidade.

Mas tudo caminhou muito devagar até que o aumento das desigualdades ocasionado pela pandemia de covid-19 acionasse o alerta e os projetos voltassem a tramitar com maior celeridade no Congresso Nacional. O que, em princípio, pode parecer uma boa notícia, na verdade, precisa ser analisado com muita atenção e com as lentes do atual contexto. Afinal, muita coisa caminhou na última década.

Para começar, o projeto tem foco voltado para a educação básica pública, com pouca interface com a rede particular de ensino, responsável por 17,4% das matrículas nesse nível educacional. A atenção para a educação superior privada é ainda menor, embora ela absorva 75% das matrículas de graduação no Brasil.

Além disso, da forma como as coisas estão caminhando, o debate não tem sido equânime, dando pouco espaço para que atores relevantes do sistema educacional brasileiro possam apresentar seus pontos de vista e sugestões de aprimoramento. Responsável pela formação educacional de uma parcela significativa dos brasileiros, o setor particular, por exemplo, pouco tem sido ouvido e sua voz não tem tido amplitude condizente com sua representatividade, embora tenha conseguido, no texto aprovado no Senado, resgatar a participação das instituições particulares no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Outro ponto que vale ser destacado é o fato de que a proposta em tramitação desconsidera as realidades distintas entre os diferentes níveis educacionais. O ensino superior já conta com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Considerando ser a avaliação uma parte do todo, por que não partir do que já existe e aprimorá-lo, em vez de criar um novo sistema e aumentar ainda mais a burocratização dos assuntos educacionais?

Dado desse cenário, acreditamos que o debate sobre um sistema nacional de educação deveria se dar por etapas, de modo que cada nível educacional pudesse ser avaliado e contemplado em todas as suas necessidades e especificidades. Assim, o ideal seria, neste momento, seguir apenas com a votação da parte relativa à educação básica e, posteriormente, avançar na questão do ensino superior. E só então, no futuro, unir as duas normatizações formando o que viria a ser, efetivamente, o Sistema Nacional de Educação.

Vale lembrar que vivemos em um país no qual as leis “pegam ou não pegam”. Apenas para ficar no âmbito da educação, temos no PNE um exemplo claro de que não há legislação, sistema ou programa que avance quando não há priorização, orçamento e boa gestão. O Brasil não precisa de mais uma lei, precisa de ação. A educação pode melhorar, e muito, se lançarmos mão das ferramentas que já estão à nossa disposição.

O debate sobre um sistema nacional de educação deveria se dar por etapas, de modo que cada nível educacional pudesse ser avaliado e contemplado em todas as suas necessidades e especificidades.

A despeito dos graves desdobramentos da pandemia na esfera educacional, a aprovação de um sistema nacional de educação não pode se dar pelo calor do momento. Inclusive, tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto o CNE estiveram pouco envolvidos na discussão e não têm ampla convergência com a proposta. A conjuntura pede calma, reflexão, ação e foco na direção correta. Caso contrário, corremos o risco de colocar por água abaixo mais um esforço para ofertar uma educação de melhor qualidade e mais igualitária para a população brasileira.

Artigo publicado no [Jornal O Estado de São Paulo](#) em 27 de fevereiro e no [ABMES Blog](#) em 14 de março de 2021.

O incentivo que faltava para a educação profissionalizante

Uma das grandes lacunas na formação de mão de obra qualificada no Brasil está na pouca oferta de cursos técnicos profissionalizantes. Há quem diga que esse cenário seja reflexo do baixo interesse dos jovens nesse tipo de formação. Seja qual for a justificativa, ou um misto de ambas, o país não poderia seguir remando contra a maré – ou contra as necessidades de um mercado de trabalho cada dia mais carente de técnicos qualificados.

Dados do [último relatório](#) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que, no Brasil, apenas 9% dos egressos do ensino médio tiveram uma formação profissional. Entre os países que compõem a entidade, essa média é de 38%.

Mas, ao que tudo indica, os ventos começaram a soprar favoravelmente pelas bandas de cá. Publicada no dia 2 de maio de 2022, a [Portaria MEC nº 314](#) estabelece regras para as instituições particulares de educação superior que tenham interesse em ofertar cursos técnicos de nível médio. Os cursos poderão ser ofertados nas modalidades presencial ou a distância, respeitando

a modalidade, a quantidade de vagas e o local de oferta do curso de graduação correlato.

Além de atender a uma demanda local, e aumentar a competitividade do Brasil no cenário global, a medida também vai ao encontro da Meta 11 do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#). De acordo com o texto, o Brasil deveria triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio até 2024, em relação a 2013. Naquele ano, o país contabilizava 1.602.946 matrículas na educação profissional técnica de nível médio.

Passados seis anos da aprovação da lei, e faltando quatro para o alcance das metas, em 2020, as matrículas em cursos técnicos haviam crescido apenas 18,62% – “um avanço tímido frente ao plano de crescer 200% em uma década”, como ressalta o estudo [Como expandir as matrículas em cursos técnicos? Uma análise das estratégias do Plano Nacional de Educação](#), publicado recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além de atender à demanda do mercado de trabalho e contribuir para a evolução da Meta 11 do PNE, a portaria também viabiliza uma nova fonte de recursos para as instituições particulares de educação superior e possibilita o melhor aproveitamento da estrutura física e de laboratórios das IES.

A nossa aposta é a de que, no contexto pós-pandemia, os cursos técnicos vão se consolidar como uma oportunidade de capacitação rápida, beneficiando uma parcela significativa da população que precisa acessar ou retornar ao mercado de trabalho após a forte crise econômica dos dois últimos anos. Como resultado, as matrículas devem ser impulsionadas em cerca de 25%.

Os cursos técnicos
vão se consolidar
como uma
oportunidade de
capacitação rápida.

Trata-se, portanto, de uma política que resulta em um círculo virtuoso: ganham o governo (que tem a chance de melhorar seu desempenho em uma meta do PNE que pouco evoluiu), a população (que tem ampliadas as possibilidades de qualificação profissional) e as instituições de educação superior

(que passam a ter acesso a um novo e promissor segmento de mercado). Que bons ventos sigam nos conduzindo rumo às transformações que o país tanto necessita.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 23 de maio de 2022

Educação ou submissão!

Há duzentos anos o Brasil tornou-se uma nação independente de Portugal. Tenha o famoso grito às margens do Ipiranga ocorrido com as pompas narradas nos livros de História da educação básica ou sido bem menos glamouroso, como defende uma parcela significativa dos historiadores, o episódio protagonizado por Dom Pedro I é um dos mais relevantes da nossa história.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Embora o Império ainda tenha permanecido por quase 70 anos até o estabelecimento da República, em 7 de setembro de 1822 nos libertamos das amarras portuguesas e do seu processo de colonização. Passados mais de 300 anos desde o desembarque português no nosso litoral, enfim éramos uma nação livre e soberana. E com a responsabilidade de fazer este imenso país dar certo.

Ao herdar a estrutura do Estado português, bastante impulsionada com a vinda da família real em 1808, e aqui estabelecida até julho de 1821, o Brasil independente já nasceu com um bom alicerce voltado à educação. Destacam-se, por exemplo, o extenso e rico acervo da Biblioteca Real, que viria a ser a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e nossas duas primeiras faculdades: a Faculdade de Cirurgia da Bahia e a Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, ambas criadas em 1808.

Mas foi depois da independência que a educação superior passou a ganhar corpo, com instituições sendo criadas país afora, permitindo que os filhos das famílias mais abastadas pudessem estudar aqui – e não mais terem que cruzar o Atlântico em busca de uma graduação.

Apesar desse início aparentemente promissor, chama a atenção que, passados dois séculos, o Brasil ainda não tenha conseguido democratizar o acesso à educação superior. A despeito da expansão e das políticas de inclusão implementadas, especialmente, nas últimas décadas, o ensino superior ainda está restrito a uma pequena parcela dos brasileiros.

Em uma economia global, na qual as nações estão cada vez mais interdependentes, os desdobramentos desse cenário vão muito além da negação de um direito básico do cidadão. Eles nos colocam em um contexto desfavorável, fazendo com que sejamos cada vez mais dependentes do conhecimento e da produção de outros países. Seria essa uma nova forma de colonização?

Apesar desse início aparentemente promissor, chama a atenção que, passados dois séculos, o Brasil ainda não tenha conseguido democratizar o acesso à educação superior.

É verdade que, na atual conjuntura, nenhum país é autossuficiente. Mas também é verdade que as nações mais desenvolvidas – e com maior poder de barganha no mercado global – são aquelas que se destacam na esfera educacional.

Ao celebrarmos o bicentenário da nossa independência em relação à Portugal, é importante refletirmos sobre as novas formas de dependência e os caminhos que

devemos seguir para darmos um basta a elas. A rota não passa por um novo grito às margens do Ipiranga com uma espada em punho. A verdadeira independência só virá pela educação, e é para lá que a bússola das políticas públicas precisa nos guiar

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de setembro de 2022

Enade: da qualidade à realidade

No último dia 12 de setembro, o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram os resultados do [Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes \(Enade\) 2021](#). Aplicado para cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico de 30 áreas, e com mais de 492 mil inscritos, o Enade 2021 foi o primeiro desde o início da pandemia e o maior já realizado desde a sua criação.

[Confira o vídeo sobre este artigo:](#)



Entre os destaques está a consolidação da educação a distância como a modalidade de ensino com o maior número de estudantes. Pela primeira vez, 52% dos alunos que fizeram a prova estavam matriculados na EAD. Outra constatação foi a de que 21% dos estudantes das IES privadas com fins lucrativos e 20,9% das privadas sem fins lucrativos pensaram em trancar ou desistir do curso devido às dificuldades geradas pela pandemia para a continuidade dos estudos.

Ainda em relação ao período conturbado que vivemos entre 2020 e 2021, foi confirmada a percepção de que as instituições particulares de educação superior se adaptaram melhor e mais rapidamente, em relação às públicas, para ofertar aulas remotas no início da pandemia. O percentual de estudantes satisfeitos com o desempenho das IES privadas com fins lucrativos é de 67,3%

e das sem fins lucrativos de 74,4%, ante 28,1% dos alunos das universidades públicas estaduais e 21,8% das públicas federais.

Sem grandes variações no desempenho geral das instituições, cabe agora a cada uma analisar seus resultados e, se for o caso, tomar as medidas necessárias para seguir na jornada rumo ao desenvolvimento institucional. Afinal, ainda que sua metodologia possa ser questionada, o Enade consiste no principal instrumento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e seus resultados devem funcionar como o Norte para quem busca ofertar um ensino de qualidade.

Além do aspecto qualitativo, também quero destacar aqui o outro lado da educação superior apresentado pelo exame: o humano. No que talvez seja a melhor radiografia do perfil do estudante de graduação do país, o Enade nos mostrou que a educação superior segue sendo majoritariamente feminina (64%) e composta por pessoas brancas (46%), de famílias com renda familiar de até três salários mínimos (65%) e com pais sem graduação (75%).

Considerando que 67% dos participantes do Enade cursaram a educação superior em instituições particulares, esse panorama nos convida a fazer uma análise para além da qualidade da oferta: a efetividade das políticas públicas de acesso. Embora a maior parte dos concluintes sejam de famílias de baixa renda, apenas 1,2% contaram com o suporte do Fies e 6,2% receberam bolsas integrais do ProUni.

Ante números tão baixos, ganha destaque o empenho das instituições particulares para garantir a permanência desses estudantes na graduação. Por iniciativa própria, 12,6% dos graduandos contaram com bolsas fornecidas pelas instituições e 2,4% com financiamento também viabilizado pelas IES, ressaltando que a responsabilidade social das instituições particulares se faz presente tanto naquilo que é a sua razão de existir - ofertar uma

educação superior de qualidade - quanto na incidência para a transformação da sociedade na qual está inserida.

Desta forma, ao mesmo tempo em que atende à estrutura do Sinaes para o mapeamento da qualidade das graduações, o Enade também funciona como um eficiente instrumento de descortinamento da realidade e das necessidades dos nossos estudantes, no que consiste em um complemento fundamental aos dados coletados pelo Censo da Educação Superior. É a realidade nas suas mais distintas faces.

Contudo, sem questionar a relevância do exame, reforço a importância de que a sua aplicação seja revista de modo que o estudante seja comprometido com o resultado final da prova, garantindo resultados mais aderentes ao que é realmente ofertado pelas IES. E não custa lembrar que o Enade é apenas uma das variáveis que resultam no conceito do curso, ao lado de aspectos como as avaliações

in-loco e a formação e a dedicação docentes. Por fim, resalto que existem outros fatores indicativos da qualidade de um curso, como a empregabilidade dos egressos.

Medir qualidade é um exercício complexo e os resultados de um único exame não podem ser tomados como verdade absoluta. A cesta de variáveis é ampla e precisa ser considerada em toda a sua extensão.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 19 de setembro de 2022

A responsabilidade social das instituições particulares se faz presente tanto naquilo que é a sua razão de existir - ofertar uma educação superior de qualidade - quanto na incidência para a transformação da sociedade na qual está inserida.

Ensino superior fica em segundo plano na campanha

Ninguém deveria duvidar da importância da educação superior para o desenvolvimento do país. A formação de profissionais e cientistas qualificados – com pensamento crítico e capacidade empreendedora – é a mola mestra para que o Brasil alcance seu lugar entre as nações mais desenvolvidas. Infelizmente, o tema não tem merecido o devido destaque no programa dos candidatos à Presidência.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Pesquisa recente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em parceria com a empresa Symplicity, mostrou que 69% dos egressos, ao final de um ano, estão inseridos no mercado de trabalho, com renda média mensal de R\$ 3,8 mil, bem acima da renda média dos brasileiros. Segundo o IBGE, graduados recebem, em média, três vezes mais do que aqueles que estudam até o ensino médio. Mesmo com a pandemia, a educação superior continua sendo um ótimo investimento para os jovens e para o país.

Apesar disso, os números das matrículas na educação superior, nos últimos anos, trazem preocupação. Entre 2019 e 2020 (último ano do Censo da Educação Superior), o crescimento foi

de apenas 0,9%, variação sustentada pelo crescimento de 26,2% nos ingressantes da modalidade à distância. Se considerarmos apenas os cursos presenciais, a queda foi de 13,9% no número de novos estudantes. As universidades públicas, celeiro da produção científica brasileira, registraram uma queda de 5,8% de novos ingressantes. Caso a situação não seja revertida, teremos em breve um apagão de mão de obra qualificada no Brasil.

O setor privado da educação superior, que responde por 77,4% das matrículas, tem uma importante contribuição a dar, e para isso lançou, por meio do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, um manifesto com dez propostas de políticas públicas para levar o Brasil a um novo patamar econômico e social. Novas formas de financiamento estudantil atreladas à renda futura dos estudantes, simplificação regulatória, financiamento à inovação e maior integração da educação superior com a educação básica são algumas dessas propostas – elaboradas por especialistas e endossadas por mais de 10 entidades representativas do setor, que hoje responde por cerca de 6,5 milhões de universitários.

Além disso, defendemos a ampliação do Prouni, um exemplo de política pública bem-sucedida, que permitiu que milhões de jovens de famílias de baixa renda conquistassem um lugar na universidade, lado a lado com jovens de estratos mais favorecidos da população. Junto com políticas de amplo alcance social, defendemos também uma reforma tributária justa para a educação particular, que desonera o Estado e atende prioritariamente as classes C, D e E. Não é aceitável qualquer proposta que resulte em aumento de impostos sobre as mensalidades.

A educação superior não pode parar, e os empreendedores educacionais estão na linha de frente da implantação de novos

modelos híbridos em direção ao futuro. Para tanto, o assunto deve ser amplamente debatido durante a campanha, e os futuros governantes devem empenhar esforços e investimentos para que os milhões de estudantes universitários — e os outros tantos milhões que ainda não ingressaram no ensino superior por falta de condições financeiras — não fiquem desamparados em seus sonhos de um futuro melhor.

Somente assim construiremos um futuro mais justo e próspero para todos os brasileiros. No [site do movimento](#), é possível saber mais sobre as propostas.

A educação superior não pode parar, e os empreendedores educacionais estão na linha de frente da implantação de novos modelos híbridos em direção ao futuro.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de setembro de 2022

América Latina e a encruzilhada da educação

A América Latina e o Caribe não cumprirão as metas para a educação estabelecidas na Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a não ser que aportem mais recursos para a área e promovam mudanças significativas nas políticas educacionais, incluindo mais “participação social, diálogo e capacidade estatal para liderar os processos de melhoria e transformação sistêmica da educação”.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Alerta é de três agências das Nações Unidas (Unesco, Unicef e Cepal) e está detalhado na publicação *La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe. Informe regional de monitoreo ODS4-Educación 2030* (A encruzilhada da educação na América Latina e no Caribe. Relatório de monitoramento regional ODS4-Educação 2030, em tradução livre). Apesar do cenário desafiador, as agências da ONU destacam que 15 países da região reduziram seus gastos públicos com educação desde 2015.

Na contramão do compromisso assumido pelos países, o levantamento constatou que progressos alcançados nas últimas décadas já estavam comprometidos mesmo antes da pandemia de covid-19. No ensino médio, por exemplo, entre 2015 e 2018, os

alunos latino-americanos não conseguiram melhorar nas áreas de leitura, matemática e ciências, ao contrário do que ocorreu entre 2006 e 2013. Além disso, entre 2010 e 2015, a taxa de pessoas com ensino médio completo havia crescido 6 pontos percentuais, enquanto entre 2015 e 2020 o avanço foi de 1,9 ponto.

E antes que alguém pense no Brasil como uma ilha desconectada da América Latina, nossos dados internos vão no mesmo sentido. O [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica \(Ideb\)](#), divulgado em meados de setembro passado pelo Inep/MEC, mostra que, em 2021, as matrículas no ensino médio recuaram 5,3% em relação ao ano anterior.

Além disso, dados da [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios \(PNAD\) Contínua do 4º trimestre de 2021](#), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e consolidados pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), mostram que 67 milhões brasileiros com mais de 18 anos não têm ensino médio e não frequentam a escola (42% da população nessa faixa etária) e que as matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) caiu 47% entre 2006 e 2021.

Não é de espantar que com esse desempenho a gente também não vá cumprir as metas internas. Estamos a um piscar de olhos de 2024 e o Plano Nacional de Educação (PNE) está cada mais consolidado como mais uma proposta bonita que não saiu do papel, cujos alvos estão cada vez mais distantes. Vale lembrar que estamos a poucas semanas do segundo turno da eleição presidencial. Embora a pauta da educação não esteja tendo o destaque merecido, cabe a nós avaliarmos entre as propostas que estão na mesa e escolhermos aquela que mais se compromete com o fortalecimento da educação.

É verdade que a pandemia que assolou o planeta por dois longos anos impactou a educação de forma devastadora. Contudo,

tanto na América Latina quanto no Brasil as metas já estavam comprometidas antes da disseminação da covid-19, como destaca o relatório das agências da ONU e já apontavam as nossas estatísticas de monitoramento do PNE.

Não podemos seguir culpando os dois últimos anos por nosso fracasso histórico na área. Ou o discurso de que a educação é prioridade nacional se materializa na prática ou vamos continuar produzindo leis “para inglês ver” e nos distanciando a passos largos da construção de uma nação mais justa e desenvolvida.

Estamos em uma região historicamente comprometida com baixos índices econômicos e sociais. Frequentemente nos apontamos como liderança regional em virtude do tamanho territorial e do peso da nossa economia no cenário global, mas estamos longe de ser exemplo naquilo que realmente transforma uma nação.

Estamos a um piscar de olhos de 2024 e o Plano Nacional de Educação (PNE) está cada mais consolidado como mais uma proposta bonita que não saiu do papel, cujos alvos estão cada vez mais distantes.

Precisamos fazer o nosso dever de casa para, quem sabe, sermos exemplo de desenvolvimento socioeconômico e estimular nossos vizinhos a seguirem na mesma direção. O Norte é só um, e o destino precisa ser uma educação de qualidade e inclusiva. Que seja assim para o Brasil. Que seja assim para a América Latina e o Caribe.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 10 de outubro de 2022

Para um novo tempo, um novo Fies

Os dados do [Censo da Educação Superior 2021](#), divulgado em 4 de novembro pelo Inep, confirmam a consolidação da educação a distância como a responsável por manter na casa de 8 milhões as matrículas em cursos de graduação no país. Como destacou o Instituto, entre 2011 e 2021, os ingressantes em cursos EAD cresceram 474%. No mesmo período, os cursos presenciais registraram uma retração de 23,4%.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Dadas as características da modalidade, não surpreende que a educação a distância tenha mais destaque no âmbito das instituições particulares de educação superior. Nelas, a EAD foi a escolha de 70,5% dos mais de 3,4 milhões de estudantes que ingressaram em 2021. Considerando as IES privadas e públicas, a EAD já representa 41,4% das matrículas.

Embora a educação a distância esteja ocupando um espaço importante ao viabilizar o acesso à graduação daqueles estudantes que não teriam como cursá-la de forma presencial, o encolhimento das matrículas presenciais verificado nos últimos anos não é um bom indicativo. Pelo contrário, é um alerta de que as políticas públicas de acesso à educação superior precisam ser repensadas.

Uma das explicações para as recorrentes quedas na modalidade presencial são as mudanças implementadas nas regras do Fies desde 2015. Para ter acesso ao financiamento, os estudantes passaram a ter que se submeter a regras excessivamente rigorosas que tiraram totalmente o caráter social da iniciativa. Hoje, só pega financiamento estudantil aquele estudante que tem expectativa de arrumar emprego logo após concluir o curso, o que ainda está longe de ser uma realidade para a maior parte dos estudantes.

Mas há uma esperança no horizonte. Entre as promessas do presidente eleito, está a ampliação do Fies, o que somente será possível com a retomada do caráter social do programa. Acreditamos que essa medida, associada à manutenção do ProUni (que também foi promessa de campanha) e à melhoria econômica do país, vai impulsionar o resgate da modalidade presencial.

Há que se registrar, contudo, que, dadas as circunstâncias atuais, a retomada da viabilidade do financiamento estudantil depende de uma reformulação do programa, e não apenas de trazer de volta as antigas regras. Conforme destacou o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, por meio do movimento #EducaçãoMaisForte, nas [propostas](#) entregues aos presidentiáveis, o país precisa de um novo modelo de financiamento estudantil que atrele os pagamentos futuros à renda efetivamente recebida pelos egressos.

As instituições particulares de educação superior são responsáveis por 76,9% das matrículas e esse é um cenário que dificilmente será alterado de forma significativa. O poder público precisa cumprir sua missão constitucional de garantir o acesso da população brasileira à educação superior de qualidade, seja por meio das universidades próprias ou viabilizando o acesso dos estudantes às instituições particulares.

Estão altas as expectativas para as mudanças nesse cenário a partir de 2023. A retomada de um Fies forte e acessível trará de volta não apenas o crescimento das matrículas nos cursos presenciais, mas, sobretudo, a esperança de milhões de brasileiros de cursarem uma graduação. Nós, enquanto entidades representativas do setor, estamos à disposição para contribuir no que for necessário.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 14 de novembro de 2022

Hoje, só pega financiamento estudantil aquele estudante que tem expectativa de arrumar emprego logo após concluir o curso, o que ainda está longe de ser uma realidade para a maior parte dos estudantes.

Um novo CNE para um novo país

No último dia 10 de novembro, tomaram posse os 9 novos conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo 3 na Câmara de Educação Básica e 6 na Câmara de Educação Superior. Além disso, Luiz Roberto Liza Curi foi eleito presidente do Conselho para o período de 2 anos, podendo ser prorrogado por mais dois.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Criado em 1995 “com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação”, o CNE sempre teve uma atuação de grande relevância para o contexto educacional do país, e teve sua importância ressaltada e sua atuação potencializada durante a pandemia de covid-19.

Em um dos períodos mais conturbados da atualidade, o Conselho Nacional de Educação foi determinante na definição das diretrizes para a implementação do ensino remoto em todos os níveis educacionais. Graças à sua atuação rápida e incisiva, milhões de estudantes brasileiros seguiram estudando mesmo diante das condições adversas impostas pelo contexto pandêmico.

Agora, mesmo com a “normalidade” tendo sido retomada, o CNE segue com uma pauta extensa e tão importante quanto. Ainda que não sejam questões emergenciais, o Conselho precisa deliberar

com celeridade sobre pontos fundamentais como a recuperação da aprendizagem; a implantação do novo ensino médio; a melhoria da formação docente; novos modelos de universidades; a curricularização da extensão na EAD; internacionalização da educação superior; e a inovação metodológica em todos os níveis de ensino.

São grandes os desafios para o Conselho nessa nova fase que coincidirá com a chegada de um novo governo ao país. Enquanto órgão de Estado que é, acreditamos que o CNE seguirá cumprindo com suas atribuições e sendo acolhido pelo Ministério da Educação nas suas decisões.

Contudo, como destacou recentemente o jornalista Antônio Gois em [artigo publicado no O Globo](#), o país precisa repensar o papel do Conselho, bem como “seus processos de nomeação, suas atribuições e, principalmente, o que se espera em sua relação com o executivo” a fim de retirar – ou ao menos mitigar – as interferências políticas no órgão. Independentemente de quem esteja no governo, o CNE precisa ter os vários estratos da sociedade representados de forma plural e diversa.

Por ora, além de sinalizar as expectativas da sociedade civil e das entidades representativas em relação aos próximos passos, quero parabenizar o conselheiro Luiz Roberto Liza Curi pelo retorno à presidência do CNE; dar boas-vindas aos novos integrantes; e cumprimentar a nossa querida Amábile Pácios pela atuação

Enquanto órgão de Estado que é, acreditamos que o CNE seguirá cumprindo com suas atribuições e sendo acolhido pelo Ministério da Educação nas suas decisões.

como presidente interina do Conselho. Agradeço, ainda, aos incansáveis Maria Helena Guimarães e Mozart Neves pela dedicação e relevantes contribuições dadas ao CNE nos últimos anos.

No mais, reforço a disposição da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e do Fórum Nacional das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular de seguirem contribuindo com o Conselho Nacional de Educação no que for necessário para que tenhamos uma educação mais inclusiva, inovadora e de qualidade, capaz de conduzir o Brasil a novos patamares de progresso econômico e desenvolvimento social.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 21 de novembro de 2022

Mais médicos e o futuro da saúde no Brasil

Embora a quantidade de médicos tenha crescido 30% entre 2015 e 2020, ainda faltam médicos no Brasil. E não são poucos, como mostram dados extraídos do estudo *Demografia Médica no Brasil 2020*, produzido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Universidade de São Paulo (USP).

Confira o vídeo sobre este artigo:



Com uma taxa de 2,48 médicos para cada mil habitantes, o Brasil possui índice similar ao verificado em algumas nações desenvolvidas, como Estados Unidos (2,6), Canadá (2,7) e Reino Unido (2,8), mas está abaixo da média dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 3,5 médicos por mil habitantes. Também estamos abaixo da média verificada no conjunto dos países desenvolvidos (4,5), onde nações como Bélgica (6,07), Hungria (6,06) e Áustria (5,29) se destacam na oferta de médicos para suas populações.

Nos últimos anos, o debate sobre a formação médica no país tem gerado debates acalorados. Enquanto há uma parcela grande da população que clama por mais profissionais, uma pequena parte tem empenhado esforços para impedir a ampliação de cursos e vagas de medicina. Entre as consequências, há 10 anos

o Ministério da Educação (MEC) mantém fechado, no e-MEC, o protocolo para a abertura de novos cursos.

Estamos saindo de uma pandemia onde a carência de médicos foi evidenciada de forma exponencial. Estudantes precisaram ser formados antes de concluírem o processo formativo para suprir a demanda diante da situação de calamidade pública que tomou conta do país. De Norte a Sul.

O estudo *Mais e melhores médicos: o que o Brasil precisa*, realizado pela ABMES em parceria com a Educa Insights, mostra que há interesse dos brasileiros pela profissão. A cada ano, cerca de 1 milhão de candidatos tentam, sem sucesso, se matricular em uma graduação de medicina. As barreiras são muitas e passam pela quantidade limitada de vagas e pelo fato de que poucos brasileiros têm condições de arcar com a mensalidade, já que a maior parte das vagas estão nas instituições particulares de educação superior.

O momento clama por mais empatia e senso coletivo. Por políticas públicas que fomentem a formação de novos médicos e a fixação desses profissionais em todos os espaços onde são necessários.

Em reunião recente com reitores de universidades e institutos federais, o presidente Lula declarou que “a gente não pode só formar advogado quando a gente precisa de médico”. Na última quinta-feira (26), o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular se reuniu com o ministro da Educação, Camilo Santana, que também se mostrou bastante receptivo em relação à necessidade de ampliação da oferta de cursos e vagas de medicina.

É fundamental, contudo, que a reabertura do protocolo ocorra por via dupla, ou seja, com a publicação de novos editais do Programa Mais Médicos, mas, também, com a liberação do sistema e-MEC, e que o padrão de qualidade aplicado na análise seja o mesmo em ambas as situações.

Estamos longe de termos uma estrutura de saúde capaz de atender os brasileiros nas suas necessidades básicas, e ainda temos o “século das pandemias” pela frente. O momento clama por mais empatia e senso coletivo. Por políticas públicas que fomentem a formação de novos médicos e a fixação desses profissionais em todos os espaços onde são necessários. Não podemos seguir nos contentando com tão pouco, tendo como parâmetro nações que encontram-se em situação similar à nossa.

Precisamos olhar além. Precisamos de melhores condições de vida e de mais saúde para a nossa população. Precisamos de mais dignidade e de mais cidadania para todos que habitam este país-continente. Precisamos de mais e de melhores médicos para enfrentar o grave quadro de carência naquilo que é um direito humano fundamental.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 30 de janeiro de 2023

O caráter social do Fies

Em seu recente encontro com reitores de universidades públicas, o presidente Lula lembrou o que muitos esquecem: o caráter social do Fies. O programa de financiamento estudantil do governo federal permite, desde 1999, que milhões de estudantes de baixa renda pudessem (e possam) ingressar no ensino superior, conquistando o sonho de uma formação que possibilite a ascensão ao mundo qualificado do trabalho e a uma melhor qualidade de vida.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Com a sua arguta intuição e dando a devida prioridade às desigualdades que ferem a nossa sociedade, o presidente destacou que o financiamento estudantil não deveria ser julgado só pela eventual dificuldade de pagamento dos egressos — muitas vezes causada pela falta de oportunidades de trabalho — mas pela promoção do crescimento econômico a longo prazo, com mais renda, mais produtividade e, conseqüentemente, maior arrecadação de impostos.

Educação é obrigação constitucional e ótimo investimento para o poder público, tanto aplicado na melhoria das condições de infraestrutura das universidades públicas, quanto na oferta de mais vagas do Fies nas universidades privadas. É importante destacar que estas últimas respondem por quase 80% do total de alunos na graduação nas mais diversas áreas do conhecimento

e é também o meio mais rápido e eficiente para a expansão do acesso à formação profissional e da inclusão social dos jovens.

A diversidade da educação superior brasileira é fonte de orgulho, pois oferece às famílias ampla possibilidade de escolha da melhor educação para seus filhos. Longe de um modelo único para o ensino superior, construímos um modelo inovador e múltiplo, seja pela presença disseminada geograficamente pelo país, seja pela flexibilidade da oferta da educação a distância.

É inegável que o sistema atual exige aprimoramentos, em especial na melhoria da qualidade da educação, com estímulo à inovação curricular – acompanhando as tendências do mundo do trabalho – e a ampliação nas carreiras de grande demanda determinantes para a (re)construção do presente e do futuro do Brasil. Em seu encontro com reitores, o presidente Lula destacou duas delas: medicina e engenharia.

Acrescento a importante formação em tecnologia da informação. Pesquisas recentes indicam a carência de quase 800 mil profissionais qualificados, número que tende a crescer. Sem dúvida, são áreas que o governo deve estimular novas iniciativas, com qualidade e acessibilidade.

Se o mercado demanda tantos profissionais qualificados, é tarefa das instituições de ensino superior capacitá-los e é tarefa do Estado não medir esforços para colaborar com o acesso e a permanência dos estudantes em seus cursos até a formatura. O financiamento estudantil é um dos pontos centrais desse modelo de política pública.

Tanto o presidente Lula quanto o ministro da Educação, Camilo Santana, sinalizaram a preocupação e direcionamento de ações

voltadas à valorização do ensino superior. O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular defende a mudança nas regras do Fies, entre elas a vinculação do pagamento após a graduação à renda do egresso e inclusão de vagas para os cursos a distância.

Também defendemos tratamento diferenciado para os cursos de excelência nas áreas que tenham melhor empregabilidade de recém-formados e conseqüente baixo risco de inadimplência. Além da atenção constante aos cursos de licenciatura, visando ao reforço necessário (e urgente) na formação de professores da educação básica, incluindo a capacitação para as novas

Se o mercado demanda tantos profissionais qualificados, é tarefa das instituições de ensino superior capacitá-los e é tarefa do Estado não medir esforços para colaborar com o acesso e a permanência dos estudantes em seus cursos até a formatura.

competências digitais. Sem o suporte governamental, de que outra maneira milhares de alunos de baixa renda terão capacidade de investir na própria capacitação? A educação é comprovadamente o caminho para inclusão social e não pode mais ser deixada de lado.

A tarefa não é só do gabinete presidencial ou do ministro. Por isso o Fórum está à disposição para o diálogo, colaborando ativamente na construção de políticas públicas inclusivas e eficientes. Lado a lado, instituições públicas e privadas podem promover a recuperação da educação superior brasileira, tão abalada pelas sucessivas crises econômicas, pela

pandemia e pela falta de investimentos. Queremos um novo Fies para um novo tempo.

Artigo publicado no [Correio Braziliense](#) em 31 de janeiro e no [ABMES Blog](#) em 13 de fevereiro de 2023

Reforma tributária justa para a educação

Após quatro anos de intensos debates, tudo indica que neste 2023 teremos a aprovação, pelo Congresso Nacional, da tão aguardada reforma tributária. Não caminhamos para uma revolução, visto que os pesados encargos sobre a folha, por exemplo, não estão sendo atacados, mas devemos ter mudanças significativas visando descomplicar, modernizar e sanar algumas distorções do sistema atual. Contudo, há que se perguntar: qual reforma tributária teremos e em que medida ela pode afetar o setor educacional?

[Confira o vídeo sobre este artigo:](#)



O questionamento faz sentido se lembrarmos que a discussão tem sido fundamentada por duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs), em sintonia em relação à substituição de diversos tributos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (BIS) e o Imposto Seletivo, que tramitam simultaneamente nas duas Casas legislativas: a [PEC 45/2019](#), na Câmara dos Deputados, e a [PEC 110/2019](#), no Senado Federal. E em ambas, não há qualquer garantia de não elevação de carga sobre a educação.

Apenas para lembrar, o texto da PEC 45/2019, finalizado na Comissão Mista Especial da Reforma Tributária, sinalizava que “Lei complementar poderá prever regimes especiais de tributação”, até o décimo segundo-ano, para os “serviços de educação”, entre outros. Destaco aqui o “poderá”. Na PEC 110/2019, o relator

propôs inserir na votação em plenário, após aprovar na CCJ, que o setor teria tratamento “favorecido” no IBS (hoje o setor paga um ISS médio de 2,44%, que seria substituído pelo IBS). E na CBS (substituiria PIS e Cofins), não há qualquer menção a tratamento favorecido. Destaco aqui que “favorecido” não garante nada também.

Não se trata aqui de defender um “privilégio” a algo dispensável e sim manter um justo mecanismo de compensação e de inclusão para viabilizar que uma parcela significativa da população tenha acesso a serviços e bens de consumo essenciais, como alimentação, saúde e educação.

Na esfera educacional, o setor particular de educação superior tem forte atuação em prol das classes C, D e E, às quais pertencem 89,6% dos estudantes. Através das instituições privadas, há oportunidade para que milhões de estudantes de baixa renda tenham acesso à graduação por meio de iniciativas como o ProUni e o Fies, mas, também por iniciativas próprias como concessão de bolsas de estudo e descontos.

Além disso, o setor particular desonera o estado do atendimento de milhões de estudantes e cumpre um papel econômico e social importantíssimo ao acolher nas suas instituições quase 80% dos estudantes de graduação do país. Se o progresso ainda é uma miragem no horizonte distante, qual seria a nossa situação socioeconômica sem os milhões de profissionais formados todos os anos pelas instituições particulares?

Mesmo com grandes esforços empenhados pelo setor educacional, o aumento de carga sobre as mensalidades resultaria em impactos para a sociedade, possivelmente, até mesmo com o fim do ProUni. Não há dúvida de que isso ampliaria de forma consistente a parcela da população que vê a educação superior como um

sonho distante. Da mesma forma, o aumento de carga sobre as mensalidades da educação básica também afastaria milhões de estudantes, que se dispõem a se sacrificar para assumir o custeio e desonerar o próprio Estado. E tudo isso em um país no qual a educação é direito constitucional de todo cidadão.

Poderíamos seguir falando sobre outros desdobramentos, como o risco de apagão de mão de obra que tanto compromete o nosso desenvolvimento econômico, mas vou me ater à esfera pessoal. À importância da educação para que o indivíduo tenha a oportunidade de desenvolver todas as suas potencialidades e de exercer sua cidadania de forma plena. Ao principal mecanismo de ascensão social e de interrupção do dramático ciclo da pobreza.

O setor particular desonera o estado do atendimento de milhões de estudantes e cumpre um papel econômico e social importantíssimo ao acolher nas suas instituições quase 80% dos estudantes de graduação do país.

Imagino que estruturar uma reforma tributária não seja uma missão simples em um país com a complexidade do Brasil, mas isso não desobriga os legisladores de pensarem nas atribuições sociais do Estado que são cobertas pela iniciativa privada. O país precisa de uma reforma tributária que contribua para a redução das desigualdades, e não que a alimente.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de fevereiro de 2023

Educação superior é fundamental para inclusão

Ouvir o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmar que a pasta retomará importantes programas de inclusão social, como o Fies e o Prouni, nos traz otimismo. Sabemos que a educação superior é a porta de entrada de milhares de jovens para melhores oportunidades de trabalho e renda. O aprimoramento de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior é uma das iniciativas importantes que se esperam da nova gestão do ministério.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Além disso, é fundamental dar prioridade à educação básica, especialmente à necessidade de recuperação da aprendizagem perdida durante a pandemia. Nesse sentido, o setor de ensino superior privado – composto por mais de 2.500 instituições em todo o Brasil e responsável pela formação de 70% dos novos professores – está preparado para colaborar muito com a iniciativa, envolvendo milhares de estudantes de licenciatura que podem, sob orientação de professores das redes públicas, participar de aulas e atividades de reforço acadêmico em horários alternativos às aulas correntes. Essa carga horária, inclusive, pode fazer parte das atividades obrigatórias de extensão de todos os cursos superiores. Um novo Projeto Rondon, com foco na qualidade da educação básica.

Outro desafio não menos importante é melhorar a qualidade dos professores, valorizando a carreira e preparando os mestres para as competências necessárias para uma educação cada vez mais digital. Nesse ponto, temos defendido junto ao Conselho Nacional de Educação a reformulação das diretrizes curriculares dos cursos de formação inicial docente, com foco no perfil do professor que queremos: competente, motivado e capaz de atuar como agente de transformação do ambiente escolar, engajando alunos e sendo o facilitador da aprendizagem em sala de aula.

Outra questão que certamente deverá fazer parte do plano de trabalho do ministro Camilo Santana é o distanciamento entre o que se ensina nas escolas e universidades e as exigências do mercado de trabalho em constante transformação. Fala-se muito nas soft skills – as habilidades socioemocionais – hoje tão importantes para assegurar uma carreira de sucesso. Infelizmente, essas competências e habilidades não são medidas adequadamente nos exames públicos, como o Enade, e muitas instituições adotam, por isso mesmo, currículos mais tradicionais e menos inovadores. O estímulo à inovação pedagógica, principalmente com a universalização do acesso à internet nas escolas, como promete o ministro, é fundamental para a qualidade do ensino e para trazer de volta estudantes que perderam o gosto por aprender.

Um dos entraves para a inovação tem sido o excesso regulatório, herança de um Estado controlador. Atualmente, com ferramentas como painéis de dados e inteligência artificial, é possível acompanhar o funcionamento das instituições e identificar situações de correção de rumo com muito mais facilidade, cabendo ao Estado o papel de indutor da qualidade. Para os empreendedores educacionais, é necessário ter segurança jurídica e regras claras para que possam empreender, inovar e crescer, sempre dentro dos critérios de qualidade.

Importante também lembrar que o mundo demanda uma educação cada vez mais inclusiva, diversificada, verde, criativa e empreendedora, fundamentada nos postulados dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Todas essas e outras iniciativas do MEC deverão se consolidar na elaboração de um novo Plano Nacional de Educação, que estabelecerá os objetivos e metas para a educação brasileira na próxima década e deverá ser discutido e aprovado por toda a sociedade ao longo dos próximos dois anos.

Sem dúvidas, o setor de educação superior privado tem importantes contribuições a dar. Queremos crescer com qualidade, de forma sustentável, construindo os alicerces de uma sociedade próspera, tendo na educação a mola propulsora da reconstrução de um Brasil mais justo e mais solidário. Esse desafio, que é de todos, passa pela construção de uma educação mais forte.

Artigo publicado no [O Globo](#) em 16 de fevereiro e no [ABMES Blog](#) em 27 de fevereiro de 2023

Importante também lembrar que o mundo demanda uma educação cada vez mais inclusiva, diversificada, verde, criativa e empreendedora, fundamentada nos postulados dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O resgate dos nem-nem

O dado é alarmante: 36% dos brasileiros com idades entre 18 e 24 anos não estudam e nem trabalham. São 12 milhões de jovens com a vida estagnada. Esses são dados do levantamento *Education at a Glance 2022*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É uma Bélgica ou quase quatro Uruguais de vidas com pouca ou nenhuma perspectiva otimista para o futuro. E abandonar essa parcela significativa da população à própria sorte não parece ser uma boa decisão.

Confira o vídeo sobre este artigo:



A crise financeira, o alto índice de desemprego e a demanda por profissionais cada vez mais qualificados estão entre as justificativas para esse cenário, mas, de forma nenhuma, um contingente tão grande de jovens inativos pode ser aceito como uma consequência normal destes tempos. O poder público precisa se mobilizar e promover políticas públicas multisetoriais e integradas que sejam capazes de resgatar esses jovens do limbo onde se encontram.

São necessárias, por exemplo, políticas de estímulo ao primeiro emprego, além da retomada econômica. Mas, sobretudo, esses jovens precisam de educação para voltarem a integrar a sociedade de forma efetiva, contribuindo para a realização pessoal deles, a melhoria da qualidade de vida das suas famílias e

o desenvolvimento socioeconômico da nação. Por essa razão, as instituições privadas de ensino superior defendem a atualização das diretrizes curriculares com direcionamento às reais necessidades do mercado de trabalho, incluindo certificações intermediárias que possibilitem inserção mais imediata desses jovens nas atividades produtivas.

Na seara educacional, são muitas as frentes que precisam ser tratadas. Para começar, precisamos de maior integração entre a educação básica e o ensino superior. Também é imperativo recuperar aqueles estudantes que abandonaram o ensino médio e a graduação durante a pandemia de covid-19. Há que se pensar na construção de um grande projeto nacional de recuperação da aprendizagem. Por exemplo, os estudantes de licenciatura podem apoiar os professores da educação básica dentro da sua carga horária de extensão, como foi proposto pelo Fórum das Entidades Representativas da Educação Superior ao governo de transição, em dezembro passado.

Precisamos, ainda, de melhores políticas públicas de acesso à educação superior que, aliadas à ampliação oferta de trabalho, garantam as condições financeiras para que os jovens possam ingressar e permanecer no curso superior escolhido por eles. Nessa linha, o país clama por novos modelos de financiamento estudantil, especialmente aqueles baseados na renda futura do estudante, a exemplo do que ocorre na Austrália.

O poder público precisa se mobilizar e promover políticas públicas multissetoriais e integradas que sejam capazes de resgatar esses jovens do limbo onde se encontram.

A falta de mão de obra é um dos principais entraves para o progresso do Brasil. No ano que vem, termina o prazo dado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para que o país coloque metade dos seus jovens na educação superior. Com o cenário atual, essa meta precisará de mais 16 anos para ser atingida. Para além disso, é bom ressaltar que a relação entre o nível de escolaridade e os salários recebidos é uma das mais díspares do planeta. Realidade que desmotiva os jovens a investirem em capacitação e qualificação.

Seja por um dos motivos elencados acima ou por qualquer outro das dezenas que podem ser listados, o Brasil precisa olhar com urgência para esses milhões de jovens. Essa situação traz desalento em quem ainda mantém viva a esperança de dias mais justos e prósperos para todos os brasileiros, mas, sobretudo, aos próprios "nem-nem", como são conhecidos.

É bem verdade que o momento é de esperança. O governo que tomou posse se comprometeu a retomar e a fortalecer políticas que já se mostraram eficientes, como o Fies e o ProUni. Trata-se de uma medida essencial. Contudo, para impactar de forma efetiva na vida de quem hoje nem estuda e nem trabalha, precisamos ir além e unindo forças do poder público com a iniciativa privada. E esse além precisa ser construído desde agora. Não podemos esperar mais.

Artigo publicado no [Estadão](#) em 16 de março e no [ABMES Blog](#) em 27 de março de 2023

Educação no descompasso dos juros

Juro. Quatro letras que, juntas, formam um substantivo masculino bastante presente na vida do brasileiro. Para além da gramática, seus efeitos práticos são inúmeros - e incidem tanto na micro quanto na macroeconomia. Geralmente utilizada como estratégia para conter a inflação em contextos de consumo desenfreado, nos últimos meses a taxa básica de juros tem tido grande visibilidade entre as pautas políticas e econômicas, com destaque para o embate entre o governo federal e o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Dono da maior taxa básica de juros reais do planeta, fixada em altíssimos 13,75% ao ano, o Brasil encontra-se em um cenário paradoxal, já que estamos muito longe de um momento de pleno consumo. Pelo contrário, ainda tentamos nos recuperar da grave crise econômica dos últimos anos e estamos diante de um cenário internacional de muito mais incertezas do que de projeções animadoras de crescimento.

E como esses juros elevados trazem prejuízos à educação brasileira? Embora, à primeira vista, os impactos mais evidentes sejam em mecanismos que fazem a engrenagem da economia

girar de forma imediata, eles não ficam restritos a esse universo. Muito pouco, para não dizer nada, tem sido debatido sobre os desdobramentos dos juros altos para a formação educacional da nossa população, em especial as classes menos favorecidas. Vivemos em um país no qual um contingente enorme de pessoas precisa de financiamento público e privado para conseguir acessar a educação superior, e a união das altas taxas de juros à retirada, ocorrida nos últimos anos, do caráter social do programa governamental de financiamento estudantil é o que se pode chamar de “a pá de cal” no sonho da graduação para milhões de cidadãos.

Na outra ponta, o crédito caro compromete a saúde financeira das instituições de educação superior, em especial das pequenas e médias. Aliás, para essas IES, as elevadas taxas de juros também incidem em outra área fundamental para a sustentabilidade delas: a capacidade de inovar, já que recursos especialmente destinados para este fim, e com condições especiais de contratação, estão cada vez mais escassos e disputados. Ao analisar o quadro geral, mas que também se aplica à educação, a jornalista Miriam

Leitão foi categórica ao ressaltar que as empresas estão pagando cerca de 20% de juros ao ano em suas linhas de crédito. “É inviável, vão quebrar”.

Por fim, os juros elevados comprometem a formação educacional e o futuro de milhões de brasileiros quando, ao desacelerar a economia, impacta na geração de empregos, desestimulando os jovens de investirem na carreira,

Muito pouco, para não dizer nada, tem sido debatido sobre os desdobramentos dos juros altos para a formação educacional da nossa população, em especial as classes menos favorecidas.

seja na busca por progressão profissional, seja na busca por uma nova área de atuação. Na outra ponta, os juros altos pressionam o valor da mensalidade estudantil, ao tempo em que a desaceleração impacta negativamente na renda das suas famílias, dificultando ainda mais o acesso. É importante lembrar que os dados oficiais mostram que mais de 80% dos estudantes da rede particular de ensino, em todos os seus níveis, são das classes C, D e E.

Dessa forma, para além dos impactos imediatos no ciclo econômico, a manutenção de uma taxa básica de juros nesse patamar compromete de forma significativa nossas expectativas de progresso socioeconômico a curto e médio prazos. Hoje, o país precisa de um mercado forte, competitivo e aquecido para garantir condições dignas e qualidade de vida para a sua população. E precisa assegurar a construção das bases para um futuro mais próspero e justo para cada brasileiro.

Economia e educação estão unidas em níveis muito mais profundos do que costumamos considerar. Aliás, é comum atribuímos à educação a responsabilidade pelo desenvolvimento almejado, mas poucas vezes fazemos o caminho inverso. Nesse sentido, é preciso que o diálogo com o governo amplie a atenção das políticas econômicas e seus impactos na educação. Esse é um cuidado que resultará em benefícios para os dois lados da balança e reduzirá descompassos como o que tem sido ocasionado pela descabida taxa de juros atual. Nós, da ABMES, estamos de olho.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 03 de abril de 2023



Representação Setorial

Situação excepcional, medidas excepcionais

Em 2020, a inadimplência na educação superior subiu 29,9% em relação a 2019. O dado, levantado pelo Semesp, é uma das dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 ao setor particular de educação superior do Brasil. Por si só ele deveria ser suficiente para movimentar a gestão pública no sentido de mitigar o impacto da crise junto às instituições de ensino responsáveis por formar 75% dos estudantes de graduação do país.

Mas, além da inadimplência, no último ano também passaram a fazer parte da rotina das instituições questões como a urgência de investimento em novas tecnologias, o alto índice de evasão escolar e o baixo ingresso de alunos. O panorama é tão complexo que 38% dos brasileiros que desejam ingressar em uma graduação adiaram o plano para o segundo semestre de 2021, segundo [pesquisa realizada pela ABMES](#) em parceria com a Educa Insights.

Por tudo isso é que, mais vez, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular se [manifestou](#) junto ao presidente da República, Jair Bolsonaro, solicitando a reedição de medidas para mitigar os efeitos da pandemia no setor. Tratam-se de iniciativas adotadas no início da crise e que contribuíram para a sustentabilidade de muitas instituições em virtude de medidas como concessão de auxílios às empresas e programas de preservação de empregos.

Contudo, ao se reportar ao executivo federal, o Fórum solicitou a adoção de três medidas emergenciais específicas para o setor educacional: o diferimento nos encargos previdenciários e no PIS/Cofins; o estabelecimento de um programa de crédito para as IES particulares; e a criação de um Fies emergencial.

No aspecto tributário, a proposta é que o recolhimento dos encargos sobre a folha salarial seja suspenso por oito meses, com os valores correspondentes parcelados em até 60 meses, sem incidência de multas e juros. Já a linha de crédito foi apontada como imprescindível para que as instituições de educação superior tenham fôlego para enfrentar o aumento da evasão e da inadimplência ao mesmo tempo em que precisam se reinventar.

A proposta mais significativa, entretanto, é a que impacta as instituições ao mesmo tempo em que gera oportunidades para centenas de milhares de estudantes. Para isso, o Fies Emergencial seria criado a partir de premissas como a oferta de 700 mil vagas para 2021 e 2022; o financiamento de 100% do valor da mensalidade; possibilidade de amortização parcial imediata pelo estudante; compromisso das IES de conceder desconto de

10% nas mensalidades; e que o sistema de adesão fique aberto durante todo o ano de 2021 para que o aluno possa fazer a contratação de acordo com a sua necessidade financeira.

Como destacou o Fórum no ofício encaminhado ao presidente da República, o setor particular de educação desonera o Estado brasileiro em cerca de R\$ 225

Ao se reportar ao executivo federal, o Fórum solicitou a adoção de três medidas emergenciais específicas para o setor educacional.

bilhões por ano ao atender 15,5 milhões de alunos em todos os níveis educacionais (mais de 80% das classes C, D e E). Assim, ao apoiar o setor nesse momento de crise, além de contribuir para a sustentabilidade de instituições de ensino, para a manutenção de empregos e para o acesso de milhões de estudantes à graduação, o governo federal seguirá contando com a parceria estratégica do setor particular na efetivação de um direito fundamental garantido a todo cidadão brasileiro. Ganham todos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de março de 2021.

Novas perspectivas para a avaliação e a regulação da educação superior

À convite do conselheiro Joaquim Neto, na última segunda-feira (12), a ABMES apresentou à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) [propostas para o aprimoramento da regulação e da avaliação da educação superior](#). A iniciativa foi pautada pela compreensão da necessidade de trazer o marco regulatório para o contexto do século 21, que conta com uma sociedade digital, hiperconectada e impactada pela pandemia de Covid-19.

Ressaltando a importância da educação para o desenvolvimento econômico, social e humano do país, apresentamos sugestões para o aprimoramento das definições, regras e procedimentos vigentes. As propostas foram elaboradas tendo como base 10 princípios que julgamos imprescindíveis para a garantia da qualidade na regulação e na avaliação da educação superior:

1. Respeitar a diversidade regional e o plano de desenvolvimento institucional de cada IES;
2. Avaliar como parte do processo formativo e de aprendizagem;
3. Valorizar a criatividade e a inovação (pedagógica, social, metodológica e tecnológica) nos processos acadêmicos e de gestão institucional;

4. Respeitar a missão, visão e objetivos institucionais;
5. Respeitar a natureza jurídica-administrativa de cada IES;
6. Analisar as dimensões globais e integradas de cada IES;
7. Integrar as modalidades avaliativas (avaliações institucionais interna e externa, avaliação de cursos e avaliação dos estudantes);
8. Construir indicadores de qualidade que expressem a relação dialógica entre as modalidades avaliativas, trazendo também a diversidade de cada IES com o respectivo papel no desenvolvimento social, econômico e cultural onde está inserida;
9. Utilizar e reconhecer o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e da metodologia remota na operacionalização das avaliações *in loco* de cursos e institucionais, considerando a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
10. Considerar, na elaboração dos procedimentos, regulamentos e instrumentos, que, acima de qualquer modalidade de ensino, o que existe é a educação pura e transformadora.

Reconhecendo o tamanho do desafio imposto ao Ministério da Educação ao ter que regular, supervisionar e avaliar o sistema federal de ensino, e ainda trabalhar para alcançar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), apresentamos propostas para simplificar o processo avaliativo e, ainda assim, manter a qualidade e a segurança das avaliações.

Entre as sugestões estão a implementação de uma comissão única de avaliação; a possibilidade de análise conjunta do credenciamento institucional em modalidades distintas por meio de um processo único; a ampliação das hipóteses de dispensa de avaliação *in loco* em razão de outros conceitos

Apresentamos propostas para simplificar o processo avaliativo e, ainda assim, manter a qualidade e a segurança das avaliações.

já atribuídos à IES em uma linha de bonificação regulatória; a revisão para ampliação do ciclo avaliativo do Enade, bem como dos períodos de validade dos atos institucionais; a racionalização do processo de atribuição de autonomia para o campus fora de sede; e a simplificação de procedimentos de menor relevância, como o remanejamento de vagas e extinção de cursos.

Além disso, considerando o tripé estruturante do Sinaes (autoavaliação institucional, avaliação externa institucional e de cursos; e avaliação do desempenho dos estudantes), defendemos que a modernização do processo e dos conceitos depende da efetivação das seguintes ações:

- Fortalecer a autoavaliação, com observação, no momento das avaliações externas, de validade e eficácia dos indicadores por ela produzidos;
- Implantar, na avaliação externa, indicadores que cumpram o papel de caracterizar individualmente as instituições e seus cursos, quer seja por atributos próprios, quer seja por particularidades regionais;
- Criar indicadores especiais que advenham de dados fornecidos pela autoavaliação, avaliação externa e avaliação discente, concomitantemente, fortalecendo a necessidade formativa do Sinaes e o objetivo de melhoria cíclica e contínua a todo processo de desenvolvimento institucional;
- Criar mecanismos que comprometam efetivamente os estudantes com os processos avaliativos do Sinaes,

principalmente com o Enade e com a participação da representação estudantil na Comissão Permanente de Avaliação (CPA);

- Introduzir, nas avaliações externas, processos e sistemas remotos de avaliação para dar ao Inep agilidade e possibilidade de ampliar o número de instituições e cursos avaliados e possibilitar redução de tempo e despesas com deslocamento de avaliadores;
- Implantar avaliações externas para credenciamento e autorizações de cursos vinculados a credenciamento por Comissão Única de Avaliadores, com perfil multidisciplinar, conforme já estabelecido no Art. 5º, da Portaria Normativa MEC nº 23;
- Reestabelecer os indicadores advindos da autoavaliação, da avaliação externa e da avaliação do discente, separadamente ou em conjunto, como únicos indicadores de qualidade de todo o sistema, retirando do protagonismo o CPC e o IGC, para encerrar as distorções atuais e aproximar o processo avaliativo, como um todo, do que está determinado pela Lei do Sinaes.

Por fim, sugerimos a criação de uma Rede de Cooperação Técnico-Científica, com participação de IES, visando incrementar criatividade, inovação e empreendedorismo como alavanca à formação acadêmica no século 21.

Tudo isso, claro, foi pensado e estruturado para ser implementado dentro de uma lógica de tempo estruturada em curto, médio e longo prazos. Entretanto, mesmo as ações previstas para acontecerem em um futuro um pouco mais distante demandam transformações que precisam ser iniciadas hoje. Transformações de mentalidade,

de paradigmas e, sobretudo, de compreensão sobre o papel da educação na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que todas essas propostas não surgiram do nada. Resultante de muito diálogo, estudo e observação junto aos associados e a outros atores ligados à educação superior, o documento foi consolidado por um time de primeiríssima linha: Sólton Caldas, Iara de Xavier, Paulo Chanan, Max Damas, Patrícia Vilas Boas, Francislene Hasmann e Bruno Coimbra. A cada um de vocês, a minha mais profunda gratidão.

A entrega da nota técnica à Comissão de Educação Superior não encerra a nossa atuação enquanto entidade representativa. Pelo contrário, ela é o marco de uma nova jornada que estamos iniciando junto ao CNE e a outros órgãos reguladores da política educacional do país. Apenas o primeiro passo foi dado, que venham os demais.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 19 de abril de 2021.

13º CBESP e o empreendedorismo na agenda da educação superior

Depois da pausa forçada que impediu a realização do evento em 2020, nesta semana acontecerá a 13ª edição do [Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#). Nos dias 27 e 28 de maio, a Linha Direta e o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular reúnem alguns dos maiores especialistas do país para debater um tema essencial no atual contexto: *Empreendedorismo e Educação Superior: Construindo Modelos Inovadores em Tempos de Covid-19*.

Pela primeira vez, o evento será on-line devido ao distanciamento social ainda necessário neste primeiro semestre de 2021. Contudo, de modo algum isso significa queda na qualidade. Pelo contrário, poucas vezes tivemos um Congresso com tantos nomes do mais alto gabarito e que são referências nas suas respectivas áreas.

Por exemplo, a palestra magna de abertura será proferida pelo físico e cosmologista brasileiro Marcelo Gleiser. Reconhecido mundialmente e vencedor do Prêmio Templeton 2019, entregue a pessoas que contribuíram de forma “excepcional” para a afirmação da dimensão espiritual da vida por meio de ações e trabalhos práticos, Gleiser compartilhará com os participantes

sua compreensão sobre *Tecnologias exponenciais e o futuro da educação e do trabalho*.

No fechamento, Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil, nos brindará com sua inteligência, perspicácia e sensibilidade ao falar sobre *O empreendedorismo e o futuro do Brasil*. Entre Gleiser e Maria Luiza, seremos convidados a um mergulho profundo na intersecção entre empreendedorismo e educação.

A programação do 13º CBESP está repleta de referências nas duas áreas, como Janguê Diniz, João Kepler, Antonio Carbonari Netto, Carol Paiffer, Yaron Edel, Paulo de Tarso, Murilo Ângeli, Evandro Menezes, Luis Garcia, Joaquim José Soares Neto, Luiz Roberto Liza Curi e muitos outros.

Tanto empenho na construção de um evento com tamanha qualidade se deu em virtude da importância de transformarmos o debate sobre esse tema em ações concretas. É urgente a necessidade de estimular uma visão mais empreendedora dos gestores para, a partir daí, fazer girar a roda do empreendedorismo na sociedade como um todo. Inclusive, aproveito a oportunidade para agradecer, mais uma vez, toda a dedicação da competente comissão científica do CBESP que, ao longo de meses, se esforçou para imprimir esse nível tão alto ao Congresso. Muito obrigado a Lara de Xavier, Débora Guerra, Max Damas, Paulo Chanan, Rui Otávio, Valdemar Ottani e Sólton Caldas.

Acreditamos que é chegada a hora de focarmos nos três eixos estratégicos que nortearão os dois dias do Congresso: 1) como transmitir o vírus do bem, o vírus do empreendedorismo, para o jovem estudante (sala de aula, projetos de extensão, criação de *startups* dentro das IES etc.); 2) o empreendedorismo das IES, ou seja, como elas podem se tornar organizações mais

empreendedoras buscando fontes alternativas de receitas, criando novos cursos, desenvolvendo plataformas digitais para os estudantes; e 3) o estímulo ao empreendedorismo em geral nas políticas públicas.

Há que se ressaltar que o terceiro ponto é essencial para que os outros dois se concretizem. É preciso que o país avance em novos modelos de regulação e avaliação, além do financiamento de iniciativas inovadoras. Caso contrário, a construção de novos modelos educacionais seguirá presa por âncoras extremamente pesadas e amarradas a compreensões que já não faziam sentido neste disruptivo século 21, quiçá depois da revolução (à fórceps) imposta à sociedade no último ano.

Então, que venha a 13ª edição do CBESP. Que venham novos conhecimentos, compartilhamento de ideias e, sobretudo, uma nova forma de se pensar e estruturar a educação superior brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de maio de 2021.

Tanto empenho na construção de um evento com tamanha qualidade se deu em virtude da importância de transformarmos o debate sobre esse tema em ações concretas.

XIII CBESP e a desburocratização energizante

Em meio a um dos momentos mais difíceis e desafiadores para a humanidade, o setor particular de educação superior conseguiu se organizar e retomar a realização daquele que, mais do que um evento, consiste em um marco nos debates e no ajuste de rotas para a educação superior no Brasil.

Destacando a importância do empreendedorismo e dos modelos inovadores de educação para a superação dos desafios gerados pela pandemia de Covid-19 e para a retomada do desenvolvimento socioeconômico do país, a 13ª edição do [Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#), promovida pelo Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e pela Linha Direta nos dias 27 e 28 de maio, marcou de forma significativa a virada de chave para uma educação mais alinhada às necessidades sociais e mercadológicas deste complexo século 21.

Realizado pela primeira vez no formato on-line e totalmente gratuito, o CBESP de 2021 atingiu outra conquista significativa: o recorde absoluto no número de participantes. Desta vez, mais de 4.000 pessoas puderam acompanhar os debates ocorridos ao longo dos dois dias, ante a média de 500 congressistas nas edições presenciais do evento.

Ao reunir, virtualmente, referências nacionais e internacionais como o professor e físico teórico Marcelo Gleiser; a empresária Luiza Helena Trajano; o ministro da Educação, Milton Ribeiro; e a presidente do Conselho Nacional de Educação, professora Maria Helena Guimarães de Castro, o Congresso conseguiu oferecer ao participante debates de altíssima qualidade ao mesmo tempo em que construiu pontes e apontou direções para a efetivação de uma relação simbiótica que há tempos emite fortes sinais do seu poder de transformação. Educação e empreendedorismo são duas vertentes intimamente ligadas e irremediavelmente necessárias para a construção da sociedade que almejamos.

Durante o CBESP ficou ainda mais evidenciada a urgência no desenvolvimento de processos educacionais que estimulem o empreendedorismo dos estudantes e das instituições de educação superior, mas também do rompimento das barreiras regulatórias e paradigmáticas que insistem em manter a educação superior brasileira presa a amarras ultrapassadas e alinhadas a uma estrutura que há muito não se mostra eficiente.

Outro ponto que merece destaque é o quanto o Congresso destacou a sintonia existente entre os atuais gestores das políticas públicas educacionais e o setor particular de educação superior. Com falas vibrantes, o ministro da Educação e a presidente do CNE mostraram-se alinhados e atuantes no sentido de mitigar alguns dos principais entraves ao desenvolvimento da educação superior no país, como o alto grau de regu-

Educação e empreendedorismo são duas vertentes intimamente ligadas e irremediavelmente necessárias para a construção da sociedade que almejamos.

lamentação a que são submetidas as IES; o reconhecimento do direito à livre iniciativa e sua valorização; e o atraso que o atual formato do Enem impõe ao desenvolvimento de metodologias e políticas educacionais alinhadas às necessidades do século 21, em especial ao mundo pós-pandemia.

Para facilitar na visualização dos pontos a serem repensados e contribuir com a construção de políticas educacionais capazes de conduzir ao país a novos patamares sociais e econômicos, a carta resultante da 13ª edição do CBESP, em um trabalho hercúleo de síntese, elencou dez tópicos que precisam ser estrategicamente (e urgentemente) inseridos no âmbito da educação superior e da sociedade brasileira:

1. Valorizar o empreendedorismo, como uma das habilidades do futuro do trabalho, nos currículos da graduação, por meio de projetos, disciplinas, ferramentas e estímulos à formação de empresas “startups”;
2. Liberar o espírito empreendedor dos mantenedores de instituições de educação superior, por meio de incentivos à inovação e da redução da carga regulatória excessiva;
3. Facilitar o compartilhamento de experiências globais bem-sucedidas e a internacionalização das IES brasileiras, especialmente no que se refere aos projetos de estímulo ao empreendedorismo;
4. Aprimorar os atuais modelos regulatórios, dando a eles maior celeridade, reconhecimento da diversidade regional das IES e valorização das formas alternativas de avaliação, incluindo a autoavaliação institucional;
5. Transformar a avaliação em um processo formativo e de aprendizagem com foco no aprimoramento institucional, minimizando o seu caráter meramente punitivo;

6. Adotar, de forma definitiva, a avaliação externa virtual in loco, bem como adotar as novas tecnologias digitais da informação e da comunicação como instrumentos de aprimoramento do processo de avaliação institucional;
7. Abolir a diferenciação entre educação presencial e educação a distância, propondo a adoção do termo "educação mediada por tecnologias" como paradigma para o mundo pós-pandemia, com consequente processo único de credenciamento e recredenciamento das IES junto ao MEC;
8. Avançar na implantação do diploma digital, dando maior autonomia às IES para que possam registrar e emitir seus próprios diplomas, com requisitos de segurança e transparência;
9. Aproveitar a oportunidade da curricularização da extensão para ampliar a atuação social das IES, em particular com estímulos ao empreendedorismo social dos estudantes;
10. Criar um ambiente propício ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação das IES, de forma a permitir que o Brasil supere o momento crítico que vive e que possa progredir na direção de um futuro melhor, com protagonismo do setor educacional na formação da mão de obra necessária para o desenvolvimento social e econômico do país.

O caminho é longo, mas o primeiro passo já foi dado. Quem dera o estabelecimento de soluções fosse cartesiano, sendo excessivamente racional e metódico. Mas sabemos que nas ciências humanas – assim como nas relações e construções sociais – nada, ou quase nada, é exato.

Por isso, pode ser que o caminho para uma educação empreendedora – e transformadora – conte com alguns desvios

ou paradas estratégicas que não estejam contempladas no mapa traçado pelo CBESP, mas não há como negar que ali tem-se um grande ponto de partida.

A hora é de olharmos para a frente e desbravarmos essas terras ainda tão pouco exploradas pela educação superior brasileira. No fim, em vez de um baú com um tesouro perdido em tempos remotos, encontraremos algo muito mais valioso: progresso para o país e melhoria das condições de vida para todos nós que aqui vivemos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 31 de maio de 2021.

Uma brasileira empreendedora

Com quantas mulheres se constrói uma nação? No Brasil, são mais de 109 milhões que dão suas cotas de suor e determinação para fazer deste um país mais justo e melhor de se viver. Este texto poderia ser sobre a importância de todas essas mulheres, mas hoje quero falar sobre uma especificamente: Luiza Helena Trajano, que nos deu a honra de participar do *talk show* de encerramento do [13º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#) e deu uma verdadeira aula de simplicidade, conhecimento da realidade e resiliência.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, ela é conhecida e reconhecida por ter sido a responsável pelo salto de inovação e crescimento que colocou o Magazine Luiza entre os maiores varejistas do país. Mas, sua importância extrapola em muito os limites alcançados pela rede que conta com 1.100 lojas, mais de 47.000 colaboradores e uma forte presença digital. Hoje, Luiza Trajano é referência nacional de empreendedorismo, de empatia e de responsabilidade social.

Com uma percepção de empreendedorismo que vai além da abertura de um negócio, Luiza nos contou que nasceu em um “berço empreendedor” dentro do que ela considera ser empreendedorismo: a busca por soluções. “Na minha casa, se eu

chegava com um problema da escola, ninguém passava a mão na minha cabeça, me perguntavam o que eu poderia fazer para resolver aquela situação”.

O resultado é que além de buscar soluções para a sua empresa, Luiza hoje está engajada na busca de soluções para diversos problemas sociais do país, como a mobilização pela vacinação da população contra a Covid-19, o racismo estrutural e as desigualdades de gênero.

Aliás, sobre este último ponto, durante a conversa com o vice-presidente da ABMES, Daniel Castanho, no CBESP, Luiza brincou dizendo que “chegou a nossa vez, acho que daqui a alguns dias vai ter que ter cota para homens”. A brincadeira foi motivada por uma fala do Daniel sobre a mudança de paradigmas na gestão empresarial, onde as características femininas, como olhar no olho e ter uma visão holística, transcendem a própria empresa.

Para Luiza, a explicação está no fato de termos saído de uma gestão mecânica e migrado para uma gestão orgânica, onde o que está em voga são a sensibilidade, a empatia e o poder de educar. Ela fez questão de ressaltar, contudo, que isso não significa que essa nova gestão não possa ser exercida por homens, embora seja mais aderente ao perfil feminino – ou ao lado feminino existente em cada indivíduo, independentemente de gênero.

Questionada sobre quais seriam as habilidades desenvolvidas pelos estudantes em uma eventual “Universidade Luiza Helena Trajano”, a convidada foi enfática: “o aluno iria sair fazendo, não seria uma pessoa que viveria no mundo das ideias, proposições e diagnósticos. Também iria aumentar seu nível de consciência sobre seu papel enquanto indivíduo que vive em rede e consciência sobre ser o protagonista da sua própria vida. Por fim, aprender a viver intensamente”.

Bingo! Aí está uma boa síntese do que costumamos apresentar como as competências para este século 21 e que precisam ser trabalhadas pelas instituições de educação superior. Luiza, empreendedora e visionária que está do outro lado do balcão (recebendo os profissionais formados por nós), deu o recado com todas as letras: a educação empreendedora (no sentido de estimular e apontar caminhos para a busca de soluções) e o desenvolvimento das *soft skills* devem ser o propósito da educação superior. “As empresas estão descobrindo que contratam pela capacidade técnica, mas mandam embora por comportamento”, pontuou.

Luiza Trajano é uma voz necessária e, não à toa, tem ganhado cada vez mais força. Tê-la no encerramento do CBESP de 2021 foi um privilégio e um alento em tempos difíceis. Sua simplicidade e lucidez reforçaram em nós a crença no futuro do Brasil e no valor da educação.

Como ela evidenciou, mais do que nunca, precisamos buscar soluções, e inovar deve ser a palavra de ordem. “Ou a gente inova ou não sobrevive. Não é mais opção. A inovação só tem começo, não tem fim”. Então, que comecemos a construir essa nova educação superior mais inovadora, empreendedora e aderente às necessidades destes tempos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 21 de junho de 2021.

Luiza, empreendedora e visionária que está do outro lado do balcão (recebendo os profissionais formados por nós), deu o recado com todas as letras: a educação empreendedora (no sentido de estimular e apontar caminhos para a busca de soluções) e o desenvolvimento das *soft skills* devem ser o propósito da educação superior.

Uma parceria de sucesso

Mantendo a tradição de gestões democráticas e participativas que já se tornaram uma das suas marcas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) convidou entidades representativas da educação básica e do ensino superior para contribuírem com a construção de um documento que tem tudo para ser, quem sabe, a resolução da década.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Enquanto representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), tive a honra de participar e colaborar com pontos sensíveis às instituições particulares de educação superior e essenciais para a garantia de uma retomada que seja, ao mesmo tempo, segura do ponto de vista sanitário e que respeite as necessidades e as especificidades de cada IES.

Ao defender que “a volta às aulas presenciais em todo o país é ação prioritária, urgente e imediata”, o CNE trouxe para o centro do debate a essencialidade da educação, algo que há algum tempo temos defendido intensamente. Para isso, a nova resolução do Conselho institui as diretrizes nacionais para o retorno das atividades presenciais, bem como para a regularização do calendário escolar.

Entre as sugestões apresentadas pelo setor e acolhidas pelo CNE está a não fixação de uma data limite para a oferta de atividades

remotas, deixando livre para que as IES possam fazer o retorno de forma gradual. Essa flexibilidade vai permitir que a instituição reorganize a sua estrutura física sem atropelos.

Outro ponto é que, tendo em vista o grande investimento feito pelas IES particulares em tecnologia no último ano e os resultados positivos alcançados, defendemos que todas essas instituições possam continuar oferecendo essa possibilidade nos seus projetos pedagógicos. Isso seria feito por meio de um credenciamento EAD temporário para que essas instituições não precisem de um novo credenciamento para fazer o que foi feito tão bem durante a pandemia.

Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a importância do fim da dicotomia entre educação presencial e educação a distância. Para isso, apresentamos ao Conselho o que, imaginamos, será o futuro da educação no mundo pós-pandemia: o ensino híbrido, que pode ser resumido em **quatro quadrantes** de possibilidades didático-pedagógicas: atividades presenciais e síncronas (PS), atividades virtuais e síncronas (VS), atividades presenciais e assíncronas (PA) e atividades virtuais e assíncronas (VA).

Essa dicotomia já está datada e em nada contribui para a formação que este século 21 exige. É preciso reconhecer a importância da tecnologia como grande aliada para o processo de ensino-aprendizagem das atuais gerações. Além disso, ressaltamos a urgência de uma nova regulação que confira às instituições de educação superior autonomia para definir seus projetos pedagógicos. Caso contrário, muitas inovações e melhorias seguirão sendo ceifadas pelas amarras regulatórias.

Por fim, gostaria de registrar a alegria que tem sido representar a ABMES e participar de reuniões tão produtivas como as do CNE, onde sempre há muito espaço para o diálogo e a troca de co-

É preciso reconhecer a importância da tecnologia como grande aliada para o processo de ensino-aprendizagem das atuais gerações.

nhecimentos. Sob a liderança da professora Maria Helena Guimarães, o Conselho segue atuando com protagonismo na condução de diretrizes que norteiam a formulação das políticas públicas de educação do país. Também para a ABMES é uma grande honra poder contribuir. Vida longa à essa parceria!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 19 de julho de 2021

ABMES: 39 anos contribuindo com a educação superior

Chegamos a agosto de 2021, mês e ano em que a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) completa 39 anos de existência. Prestes a encerrar sua quarta década de vida e iniciar um novo decênio, a maior entidade representativa da educação superior particular do país é resultado do trabalho árduo e do comprometimento dos seus fundadores e dos gestores que os sucederam.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Fundamentada no terreno seguro de uma retomada democrática que se avizinhava e erguida da convicção da importância da educação para o progresso do Brasil, a ABMES cresceu e se fortaleceu junto com a educação superior no país, em um intenso processo de retroalimentação e simbiose.

Em 1982 havia 614 instituições particulares de educação superior no país. Hoje, somos 2.306 universidades, centros universitários e faculdades presentes nos quatro cantos do Brasil. De Norte a Sul. De Leste a Oeste. Todo esse crescimento não teria sido possível sem a existência uma representatividade forte e atuante em prol dos legítimos interesses do setor.

Com uma atuação nacional, mas atenta às especificidades locais e caminhando de mão dada a cada mantenedora associada, a ABMES tem no seu DNA o espírito aguerrido e visionário dos seus fundadores. Além disso, ao longo das décadas, também foi adquirindo características de cada momento histórico e das pessoas que contribuíram para consolidá-la como uma interlocutora fiel do setor, criando uma identidade própria resultante de uma grande obra coletiva.

Candido Mendes, Édson Franco, nosso saudoso Gabriel Mario Rodrigues e Janguê Diniz imprimiram suas marcas e deixaram grandes legados nas suas gestões. Legados que, hoje, ao lado de uma diretoria vibrante e atuante, tenho a missão de manter ao mesmo tempo em que precisamos conduzir a Associação a novos horizontes, novos padrões impressos pela sociedade que emergiu neste disruptivo e acelerado século 21. É nesse contexto que nossa gestão tem se empenhado na implementação da ABMES 4.0, focada na transformação digital da Associação e no suporte

para que essa mudança também aconteça no âmbito das IES.

Com uma atuação nacional, mas atenta às especificidades locais e caminhando de mão dada a cada mantenedora associada, a ABMES tem no seu DNA o espírito aguerrido e visionário dos seus fundadores.

Nos últimos três semestres precisamos enfrentar a maior crise da sociedade moderna e na qual poucos setores foram tão afetados como o da educação. Não fosse a sua forte base de sustentação, talvez a ABMES não tivesse sobrevivido para celebrar mais um ano de existência. Mas o que temos experimentado é o fortalecimento da entidade acompanhado de uma grande capacidade de

reinvenção e atualização dos seus processos, sem perder de vista a sua missão institucional de contribuir para o fortalecimento da educação superior brasileira.

Essa mesma resiliência ficou evidenciada nos esforços das instituições particulares de educação superior para garantir a continuidade das graduações em meio a uma imensa crise sanitária. Mas, como a migração do presencial para o remoto demandava mais do que *softwares* e tecnologia, desde o início da pandemia de Covid-19 a ABMES atuou de forma intensa para garantir, junto aos reguladores da política educacional, a base legal necessária para esse novo momento. Certamente, nos vimos diante de um dos maiores desafios enfrentados pela Associação ao longo dos seus 39 anos.

Como resultado, caminhamos para os 40 anos com a certeza de que ao longo de toda a trajetória temos feito a diferença e contribuído para a educação brasileira. Hoje, conseguimos olhar para o futuro e projetar uma quinta década fundamentada em uma existência cada vez mais digital, mas, também, cada vez mais acolhedora, mais protagonista e mais conectada com nossos associados e com a sociedade brasileira.

Parabéns e vida longa à ABMES!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 02 de agosto de 2021

Jornalismo e educação: instrumentos de transformação social

Depois de ser adiada em um ano devido à pandemia de Covid-19, na última sexta-feira anunciamos os vencedores da 4ª edição do *Prêmio ABMES de Jornalismo*. Como os cuidados sanitários ainda são necessários após quase um ano e meio desde o início da disseminação do novo coronavírus no país, desta vez a festa precisou ser virtual, mas seguindo também todos os protocolos de reconhecimento e valorização do importante trabalho desempenhado pela imprensa em sociedades democráticas, e que ganhou nova dimensão desde o início da pandemia.

Nesta edição foram inscritas 329 reportagens de todas as regiões do país, um novo recorde de adesão à iniciativa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Elas concorreram nas modalidades de vídeo, áudio e escrito (impresso e on-line) nas categorias nacional e regional e os vencedores receberão, ao todo R\$ 75 mil em prêmios.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Assim como vínhamos verificando nas edições anteriores, a qualidade do material inscrito segue uma crescente constante. Tanto o é que os três ilustres imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL) e que são jurados do *Prêmio ABMES de Jornalismo* tiveram dificuldade para escolher os vencedores. Não foi uma tarefa fácil. Inclusive, aproveito a oportunidade para, mais uma vez, agradecer à valiosa colaboração da nossa comissão julgadora composta por Arnaldo Niskier, Marcos Vilaça e Merval Pereira.

O resultado final é uma síntese dos desafios, das conquistas e dos novos contornos que a educação superior está ganhando nos últimos anos, em virtude da crise ocasionada pelo coronavírus, mas também antes dela (*links* para todas as matérias finalistas estão disponíveis [aqui](#)).

O avanço e a consolidação da educação a distância foi a pauta da matéria vencedora na categoria escrito nacional, de autoria da Paula Ferreira e do Bruno Alfano, do *O Globo*. Em uma série com sete reportagens eles analisam desde o crescimento dessa modalidade até a pouca atenção concedida a ela por governos anteriores. Na categoria áudio nacional, Hebert Araújo e Emerson Martiniano, da *Rádio CBN João Pessoa*, nos contam a história da menina que amava as letras e na categoria vídeo nacional a jornalista Luiza Gama Drable Santos, do *The Intercept Brasil*, narra as dificuldades enfrentadas por estudantes que vivem na favela, e sem acesso à internet, para se preparem para o Enem em tempos de aulas remotas.

Nas categorias regionais, Junia Oliveira, do *Estado de Minas*, mostra como a reforma tributária proposta pelo governo federal pode ameaçar o diploma de 1,6 milhão de estudantes; Giselle Loureiro, da *Rede Amazônica*, apresenta legados da pandemia para

a educação superior; e Marcos Paulo Federici Menezes, da *Rádio Espírito Santo*, relata como a educação agrega valor à produção de café em terras capixabas.

Ao parabenizar os seis grandes vencedores pela conquista, aproveito para ressaltar todo o meu apreço pelo trabalho essencial desenvolvido pela imprensa e reforçar sua importância estratégica para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Mesmo diante da pior crise do século, os profissionais de imprensa seguiram na linha de frente nos abastecendo com as informações necessárias para sobrevivermos a uma doença para a qual não havia imunização e nem medicação. E tudo isso em um ambiente abusivamente inóspito, onde muitos tentaram desacreditá-los por meio da divulgação de conteúdos falaciosos e atacá-los por cumprirem com a sua missão de nos apresentar a realidade.

Ainda temos um longo caminho a percorrer no Brasil até que tenhamos uma imprensa efetivamente livre. O **ranking** de liberdade de imprensa da organização Repórteres Sem Fronteiras nos coloca na 111ª colocação entre os 180 países pesquisados. Também é grande a distância que nos separa da democratização do acesso à educação superior. Dois cenários que são complementares na construção de uma nação mais igualitária e justa para todos os seus cidadãos.

Mesmo diante da pior crise do século, os profissionais de imprensa seguiram na linha de frente nos abastecendo com as informações necessárias para sobrevivermos a uma doença para a qual não havia imunização e nem medicação.

É nisso o que acreditamos. É por isso que a Associação continuará

investindo no reconhecimento e na valorização dos profissionais de imprensa, em especial daqueles que se dedicam ao universo da educação superior. Acreditamos na força dessa união para transformar o país. E que venha a 5ª edição do *Prêmio ABMES de Jornalismo!*

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 09 de agosto de 2021

A força de quem faz a ABMES

Nas últimas semanas, em virtude das celebrações pelos 39 anos da ABMES, fizemos um exercício de sistematização dos principais serviços implementados e ações desenvolvidas pela Associação nos últimos três semestres em função dos impactos ocasionados pela pandemia de Covid-19 no setor educacional. A ideia era tentar tornar “palpável” uma parcela dos esforços empenhados pela entidade nesse período tão crítico. Confesso, contudo, que a quantidade de itens e a capacidade de resiliência da entidade me surpreenderam positivamente.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Para começar, seguimos com o cronograma de lançamentos previstos para 2020, como o [Fale com o Presidente](#), por meio do qual converso diretamente com nossos associados, e o [Learning and Innovation Center – LinC](#), que consiste em uma central de aprendizagem, inovação e criatividade que engloba conteúdos como o ABMES Podcast, o ABMES Play, o ABMES Cursos e o ABMES Lab.

Dada a urgência do cenário, em especial nos primeiros meses quando as mudanças regulatórias foram intensas diante da necessidade de adaptação das políticas educacionais para o formato remoto, a Associação se reinventou para oferecer às mantenedoras associadas um atendimento ainda mais ágil,

disponibilizando uma consultoria exclusiva e personalizada por videoconferência. Além disso, os demais canais de atendimento aos associados tiveram suas horas de suporte ampliadas.

Ações que já fazem parte da agenda, como seminários mensais e o ABMES Regional, foram adaptadas para o formato virtual, bem como a Campanha da Responsabilidade Social e os cursos, que mantiveram a interatividade peculiar às capacitações ofertadas pela Associação. Além disso, em conjunto com o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, a ABMES realizou o CBESP Preview (on-line) e a 13ª edição do CBESP, em um formato 100% virtual e reunindo mais de 4.000 participantes.

No âmbito da comunicação, foram criados plantões e vídeos explicativos sobre as novas normas regulatórias; as publicações seguiram suas periodicidades e passaram a ser disponibilizadas também no formato de e-book pela Amazon; diversas pesquisas e análises de cenário foram realizadas em parceria com a Educa Insights, aproximando a Associação da imprensa e oferecendo subsídios para a tomada de decisão das instituições de ensino; e promoção da campanha “Educação Mais Forte”, ressaltando a importância do reconhecimento da educação como atividade essencial.

Mas, sendo a entidade representativa que é, mesmo no período de maior crise da nossa história, a ABMES não se pautou apenas pelo acolhimento. Os desafios eram inúmeros e era preciso que a voz do setor particular de educação superior fosse ouvida. Por isso, também foram intensifica-

Confesso, contudo, que a quantidade de itens e a capacidade de resiliência da entidade me surpreenderam positivamente.

das as atividades junto ao Ministério da Educação e aos demais órgãos de governo que conduzem as políticas para o setor.

Nesse campo, foram feitas solicitações de medidas urgentes para mitigar as graves consequências da crise do coronavírus na educação; manifestações sobre o risco à estrutura educacional brasileira devido à tramitação de proposições legislativas sobre descontos compulsórios nas mensalidades; atuação, junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo, sobre a Reforma Tributária e os impactos para o setor educacional; elaboração e entrega ao Inep/MEC de nota técnica sobre aperfeiçoamento da regulação e da avaliação da educação superior no século XXI; elaboração e entrega ao CNE de notas técnicas para aprimoramento dos procedimentos e padrões decisórios da regulação, supervisão e avaliação da educação superior e sobre a educação híbrida.

Muito mais poderia ser relatado aqui, mas vou me conter para que este artigo não se transforme em um relatório de prestação de contas. Não é essa a ideia aqui. Aqui, o meu objetivo é expressar a minha imensa gratidão à equipe da ABMES. Pessoas que operam toda a estrutura complexa que mantém a Associação em pé. Indivíduos que entregam seu tempo e seus talentos à construção de uma sociedade melhor, pautada na democratização do acesso à educação superior. Colaboradores que enfrentaram adversidades diversas, também na esfera pessoal, para seguir com a ABMES na sua missão institucional mesmo diante da pandemia que se abateu sobre o planeta. E ir além de qualquer planejamento ou expectativa de produtividade.

No mês em que celebramos os 39 anos da ABMES, nada mais justo do que celebrarmos também cada profissional que contribui – ou já contribuiu – para a construção da história e, sobretudo, da base

que permitiu à entidade sair fortalecida de uma situação altamente desafiadora. Pessoas são o segredo de toda organização de sucesso, e na ABMES reconhecemos essa máxima todos os dias.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de agosto de 2021

Aos educadores, nosso justo reconhecimento

Na essência, educador é a pessoa responsável por coordenar os processos de ensino e aprendizagem. Por isso, ao ouvirmos essa palavra, é comum remetermos imediatamente à figura do docente. Contudo, hoje quero falar dos educadores que atuam em outras esferas de influência e são figuras essenciais para o fortalecimento e o desenvolvimento da educação em um contexto amplo e irrestrito.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Falo de pessoas como os professores Arnaldo Niskier e Maria Helena Guimarães de Castro e o senador Izalci Lucas que, no último dia 31 de agosto, foram homenageados com a [Ordem do Mérito ABMES da Educação Superior](#). A outorga da comenda aos novos agraciados encerrou as celebrações pelos 39 anos da Associação.

Os três são prova viva de que a atuação por uma educação de qualidade e com acesso democrático precisa se dar em diversas esferas para além do espaço escolar. Aliás, trata-se de uma atuação tão importante quanto, pois incide em questões que impactam diretamente na elaboração das políticas públicas e diretrizes que norteiam as práticas educacionais no país.

Nos ambientes cultural e acadêmico, não foram poucas as colaborações do professor Arnaldo Niskier, que desde 1984 ocupa uma das ilustres cadeiras da Academia Brasileira de Letras (ABL), instituição que presidiu entre 1998 e 1999. Com uma vida dividida (ou complementada) entre o jornalismo e a docência, integrou projetos e estudos pioneiros para o desenvolvimento da educação no Brasil, como o que resultou na implantação da educação a distância no Programa Nacional de Teleducação (Prontel) e da Universidade Aberta no Brasil, ambos no âmbito do então Ministério da Educação e Cultura. Ele também integrou os conselhos Federal e Nacional de Educação e, mais recentemente, presidiu a comissão julgadora das 4 edições do *Prêmio ABMES de Jornalismo*.

Com ampla carreira na docência, a professora Maria Helena Guimarães de Castro também tem uma atuação de destaque no âmbito governamental. Nas últimas décadas, nos acostumamos a ver seu nome em postos estratégicos da política educacional, como secretária executiva do Ministério da Educação, presidente do Inep e secretária Nacional de Ensino Superior. Atualmente preside o Conselho Nacional de Educação (CNE), conduzindo o órgão a uma atuação de destaque no debate e nos encaminhamentos relativos à retomada das aulas presenciais, bem como sobre novos modelos e metodologias educacionais, como a educação híbrida que vem se apresentando como o caminho a ser seguido no mundo pós-pandemia.

Na esfera política, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) sempre se apresentou como um forte defensor da educação. Antes de ingressar na política em si, ainda na década de 1990, presidiu o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe) e criou o programa Cheque-Educação, que posteriormente serviria de modelo para o desenvolvimento do

ProUni. Em março deste ano, quando o Congresso Nacional votou uma nova PEC Emergencial para a concessão de novo auxílio para cerca de 40 milhões de pessoas, emendas do senador Izalci Lucas garantiram a manutenção dos recursos para a educação e excluíram o ProUni da redução dos benefícios tributários concedidos pela legislação vigente.

São, portanto, pessoas que se destacam no exercício de suas funções, contribuindo para o desenvolvimento da educação ao longo do tempo e também no período mais desafiador deste volátil século 21.

Seja diante de situações que colocaram em risco a formação educacional de milhões de estudantes brasileiros ou na busca incansável pela inovação e pela democratização da educação, para o país é um privilégio poder contar com indivíduos tão apaixonados e empenhados na agenda educacional.

São, portanto, pessoas que se destacam no exercício de suas funções, contribuindo para o desenvolvimento da educação ao longo do tempo e também no período mais desafiador deste volátil século 21.

Para a ABMES, é uma grande honra contar com o aceite dos três para integrarem o seletor [rol de agraciados](#) com a comenda ofertada pela Associação. Que a educação siga inspirando e motivando pessoas na convicção de que somente por meio dela seremos conduzidos a um cenário de maior igualdade e prosperidade.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de setembro de 2021

Vem aí a Semana da Responsabilidade Social

Há 17 anos, setembro é o mês da responsabilidade social na ABMES. É quando estimulamos a intensificação das ações voltadas para a comunidade por meio da *Semana da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular* que, neste ano, acontece entre os dias 20 e 25. A iniciativa integra a Campanha homônima que, ao longo de todo o ano, estimula e reconhece as atividades desenvolvidas pelas instituições em áreas como educação, saúde, inclusão digital, atendimento jurídico, cultura e meio ambiente.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ao longo dos anos, milhares de ações foram desenvolvidas por instituições de educação superior de todo o país, aproximando estudantes, docentes e colaboradores das comunidades nas quais estão inseridas, em uma perfeita simbiose que resulta em benefícios que vão além do atendimento às populações mais vulneráveis. Entre os estudantes, além da oportunidade de colocarem em prática parte do conhecimento acadêmico adquirido ao longo da graduação, há o desenvolvimento ou a ampliação da consciência social e do papel de cada indivíduo para a superação do grave quadro de desigualdade socioeconômica vivenciado no Brasil.

Embora o momento pandêmico pelo qual estamos passando seja, em si, um grande desafio para a educação como um todo, não me ocorre outra situação na história recente da humanidade que tenha demandado tanta empatia, solidariedade, união e senso de coletividade. E, nesse contexto, a responsabilidade social das instituições educacionais nunca foi tão necessária – e tão valorizada.

Além disso, para além do contexto sanitário, as IES têm outro grande motivo para investirem em atividades voltadas para a comunidade: a curricularização da extensão universitária. Conforme estabelece a [Resolução CNE/CES nº 7](#), de 18 de dezembro de 2018, as instituições têm até o final de 2022 para implementarem, no mínimo, 10% da carga horária de seus cursos de graduação para a extensão universitária.

Trata-se de uma medida com enorme potencial para aumentar a responsabilidade social das IES tendo em vista que poderão oferecer mais serviços, treinamentos e capacitações para a comunidade, tendo maior impacto social e ganhando sustentabilidade, além de melhorarem seus indicadores junto ao Ministério da Educação. Estamos, portanto, diante de um pacote completo de estímulos para que 2021 seja um ano diferenciado em relação à atuação social das IES.

E, nesse contexto, a responsabilidade social das instituições educacionais nunca foi tão necessária – e tão valorizada.

No âmbito da ABMES, a exemplo do que ocorreu em 2020, estimulamos que as instituições realizem suas atividades respeitando as medidas sanitárias necessárias para conter a propagação do vírus, especialmente diante do atual cenário de incertezas provocado pela variante delta. Por

isso, seguimos aceitando *prints* de tela e/ou vídeos de gravação de tela, além de fotografias, como registro das ações realizadas. Lembre-se que esse registro é essencial para aquelas IES que desejarem receber o [Selo Instituição Socialmente Responsável](#), concedido pela Associação às instituições que participam a cada ano da Campanha.

Se a sua instituição já realizou atividades de responsabilidade social este ano, ou vai realizá-las durante a Semana da Responsabilidade Social, lembre-se de [cadastrá-las](#) no sistema da ABMES até o dia 5 de novembro.

Vamos nos unir nessa corrente de solidariedade e mostrar que o setor particular de educação superior, tão essencial na formação dos profissionais brasileiros, também se faz presente na construção de um país melhor para todos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 13 de setembro de 2021

EAD e a força que vem do Sul

No último 23 de setembro, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior realizou mais uma edição do ABMES Regional. Desta vez, o foco foram as mantenedoras e instituições de educação superior da região Sul do país. Como já é tradição, além de esclarecer dúvidas sobre aspectos regulatórios e apresentar as tendências do setor, durante o evento foi apresentada uma [pesquisa detalhada](#) sobre a educação superior na região, responsável por 17,5% das matrículas nesse nível educacional no país.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Seguindo o fluxo verificado no Brasil, onde as novas matrículas na educação a distância saltaram de 16,1%, em 2009, para 43,8% do total em 2019, o crescimento da EAD também foi substancial na região Sul: 227% na última década, com uma evolução média de 28,5% ao ano.

Se, por um lado, esses números não chegam a surpreender, dado o crescimento exponencial da modalidade nos últimos anos, por outro a região conta com uma característica potencializadora: o perfil do estudante universitário dos três estados sulistas. Segundo a pesquisa apresentada pela ABMES, 59% dos alunos são mulheres e 42% têm 30 anos ou mais – a média nacional de 37%. Além disso, 67% dos estudantes trabalham, cenário 10% superior ao verificado no país como um todo.

Considerando o fato de vivermos em uma nação extremamente desigual em diversas esferas, a educação a distância muitas vezes se apresenta como o caminho possível para as mulheres, que enfrentam duplas e até triplas jornadas ao acumular os cuidados com a casa e com os filhos, e para aqueles jovens que não conseguiram ingressar na educação superior logo após a conclusão do ensino médio porque precisaram trabalhar para contribuir com a renda familiar e/ou porque não tiveram o suporte necessário para arcar com o custo das mensalidades.

Dadas as suas particularidades, com é amplamente sabido, a EAD é mais acessível tanto no quesito financeiro quanto no fator flexibilidade, atendendo quem já está no mercado de trabalho e busca uma melhor qualificação, bem como aquelas pessoas que vislumbram na conclusão de um curso de educação superior a oportunidade para melhorar de vida. E na região Sul, de forma especial, esse cenário se apresenta como um forte impulsionador da educação a distância.

Além disso, ou talvez por isso, não podemos esquecer que a região concentra os maiores grupos de educação superior a distância do país. Foi ali, mais especificamente nos estados de Santa Catarina e do Paraná, que surgiram a Unopar, Uniasselvi, UniCesumar, Uninter, Fael e Unisul, em um movimento impulsionado pelo primeiro mestrado de engenharia de produção a distância, lançado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1996, como mostrou a repórter Beth Koike em matéria publicada no [Valor Econômico](#).

Para além da desigualdade, a diversidade é outra marca forte do Brasil. Assim, ter a oportunidade de olhar de forma atenta e detalhada para cada uma das nossas regiões é um privilégio que o projeto ABMES Regional nos proporciona. Conhecer as especifici-

Além disso, ou talvez por isso, não podemos esquecer que a região concentra os maiores grupos de educação superior a distância do país.

dades de cada parte deste nosso imenso país nos permite oferecer um atendimento mais personalizado para os nossos associados, mas também a dialogar de forma ainda mais efetiva com os órgãos gestores das políticas educacionais. Afinal, as rotas mais eficientes são aquelas traçadas com o suporte de bons mapas. E nós estamos sempre em busca deles.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de outubro de 2021

#EuSouOFuturo

Cientes do seu papel social e da necessidade de formação de mão de obra qualificada para a superação das dificuldades enfrentadas pelo Brasil, milhares de unidades de educação superior de todo o país, por meio da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), uniram-se à Futuria, empresa de educação do Santander Universidades, na criação de um movimento pelas pessoas, pela educação e pelo futuro. Intitulada #EuSouOFuturo, a iniciativa vai apoiar a retomada da educação superior no pós-pandemia e incentivar o acesso dos brasileiros ao ensino de qualidade.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Não é novidade que nos últimos 20 meses muitos foram os desafios enfrentados para seguirmos em frente. Mas, embora a pandemia de covid-19 ainda não tenha acabado, hoje temos um cenário mais controlado que nos permite pensar além, a começar a reconstruir sonhos e projetos que precisaram ser abandonados ou adiados desde março de 2020.

Para muitas pessoas, o sonho que precisou ser colocado em segundo plano foi justamente aquele no qual elas depositam a esperança de terem uma vida melhor: cursar a educação superior. Estudos realizados pela ABMES, em parceria com a Educa Insights, mostraram que conforme o cenário pandêmico ia se intensificando no país, maior era o número de jovens que decidiam pelo adiamento da graduação.

Embora a necessidade de distanciamento social fosse um fator relevante para essa decisão, o agravamento da crise financeira tornou a educação superior ainda mais impeditiva para uma parcela significativa da população. A crise econômica que se seguiu à crise sanitária foi implacável, e os desdobramentos dela em um país no qual 75% das matrículas na educação superior são em instituições particulares de ensino foram duramente sentidos pela parcela mais pobre da população.

Mas este não é mais um texto para lamentar as dificuldades. Pelo contrário, ele pretende ser uma síntese da máxima que diz que “é na adversidade que surgem as oportunidades”. E o que a ABMES e a Futuria estão oferecendo é a chance de milhares de pessoas começarem seu curso de graduação já em 2022, por meio da campanha #EuSouOFuturo.

A iniciativa foi pensada para atender o maior número possível de pessoas. Para participar, os interessados devem se cadastrar no site futuria.com/vc/eu-sou-o-futuro e informar o curso que desejam, o local e a modalidade (presencial ou a distância). A partir disso, o sistema gera uma lista de instituições que atendem aos

requisitos, cabendo ao candidato selecionar até três que mais lhe interessam. As instituições de educação superior oferecerão benefícios especiais para viabilizar o ingresso de cada um dos interessados no curso desejado.

Há décadas o país repete que “um futuro mais próspero e justo para todos passa pela educação”, mas pouco tem feito para que isso se concretize.

Para chegar ao maior número possível de pessoas, a campanha conta com a participação – e a mobilização – de grandes

influenciadores digitais que tiveram suas vidas transformadas pela educação. Apenas por meio desses canais, a estimativa é de que mais de 15 milhões de pessoas sejam impactadas até 31 de janeiro de 2022, quando a campanha termina e as inscrições serão encerradas.

Há décadas o país repete que “um futuro mais próspero e justo para todos passa pela educação”, mas pouco tem feito para que isso se concretize. A ABMES, a Futuria e as milhares de unidades de educação superior mobilizadas na campanha #EuSouOFuturo têm convicção de que, se antes o cenário já era desafiador, no pós-pandemia será impossível construir uma nação melhor sem a democratização do acesso à educação de qualidade. Estamos fazendo a nossa parte. Vamos juntos?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 22 de novembro de 2021

Um ano de união, superação e resiliência

É praxe. Chega o final do ano e com ele também chegam os nossos balanços da jornada percorrida nos últimos, quase, 365 dias. As conquistas alcançadas, os desafios superados, as batalhas perdidas. Essa prática vale para nossas vidas pessoais e também para as organizações e setores nos quais atuamos.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



No âmbito do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, 2021 ficará marcado pela força do setor e pela capacidade de transformação das adversidades em oportunidades, movimento que somente uma atuação conjunta e em sintonia é capaz de produzir.

Embora ainda tenha sido um ano fortemente impactado pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19, demos continuidade e aprimoramos significativamente os aprendizados e as inovações iniciadas em 2020.

Mais uma vez, contamos com a parceria fundamental do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, que seguiram nos apoiando e garantindo a base legal para que as instituições

de educação superior tivessem a segurança jurídica necessária para continuarem atuando dentro do contexto restritivo imposto pela pandemia.

Mas, 2021 também trouxe o início da imunização contra a Covid-19 que, associada ao estabelecimento de protocolos sanitários seguros, nos motivou na publicação do manifesto [Manutenção da abertura das escolas, faculdades, centros universitários e universidades](#), visando fortalecer o debate sobre a essencialidade dos serviços educacionais e a necessidade de garantir o futuro das crianças e jovens estudantes.

Contudo, ao contrário do que possa parecer, em 2021 a atuação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular não ficou restrita à mitigação dos impactos da pandemia na esfera educacional.

Prova disso é que, pela primeira vez, realizamos uma edição totalmente virtual do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP). Foram dois dias de palestras e interações on-line que resultaram em mais de 5 mil visualizações.

Também seguimos atentos e atuantes em relação às propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional e impactam o nosso setor. Nesse sentido, elaboramos e distribuimos aos parlamentares uma [nota técnica](#) sobre os impactos que a reforma tributária, tal como tramita, pode causar na educação. Pontuamos os dois modelos em debate – a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – e apresentamos sugestões de soluções.

Destacamos junto aos legisladores a importância de a nova legislação contemplar soluções que não onerem o setor particular de educação superior, evitando, assim, desdobramentos como

o aumento das mensalidades escolares e o fim do Programa Universidade para Todos, o ProUni.

Entre os resultados de todo esse empenho, semana passada tivemos a publicação de uma medida provisória com melhorias historicamente defendidas pelo setor para o ProUni, trazendo um horizonte mais claro e com mais segurança jurídica.

Ainda no âmbito da atuação junto ao Congresso Nacional, mais uma vez elaboramos e distribuímos a [Agenda Legislativa da Educação Superior Particular](#), com o detalhamento dos projetos de lei em tramitação e que impactam a educação superior. A novidade é que, agora, ela é digital e atualizada de forma permanente.

Também participamos as dezenas de reuniões técnicas e audiências com representantes de órgãos governamentais, enviamos outras dezenas de ofícios e nos fizemos presentes nas mais distintas esferas de decisão da agenda educacional brasileira.

De forma especial, nos mantivemos firmes na luta contra qualquer forma de discriminação contra a educação a distância, especialmente na área de saúde. Nunca defendemos cursos 100% a distância nessa área e, em 2022, seguiremos não aceitando qualquer forma de corporativismo e de ingerência dos conselhos profissionais na vida autônoma das instituições de educação superior.

Em meio a tudo isso, perdemos algumas batalhas. As mais significativas consistem na perda de três grandes defensores da educação superior e lideranças atuantes do Fórum, os nossos queridos professores Gabriel Mario Rodrigues, Antonio Veronezi e Hermes Figueiredo, além do nosso grande amigo Fernando Braga.

Cada um, à sua maneira, deixou um enorme legado para o setor particular de educação superior e para a educação brasileira como um todo. Agora, cabe a nós honrarmos esse legado e darmos continuidade ao projeto de construirmos uma nação melhor por meio da educação superior.

A hora é de caminharmos rumo à 2022 convictos de que o novo ano marcará a retomada do crescimento do setor. Os números já apontam para isso, e a nossa esperança é a de que essa recuperação venha fundamentada em um novo modelo educacional mais acessível, democrático e conectado às demandas deste século 21.

De forma especial, nos mantivemos firmes na luta contra qualquer forma de discriminação contra a educação a distância, especialmente na área de saúde.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 13 de dezembro de 2021

2021: um ano que impactou o futuro

Este 2021 foi mais um ano impactado pela pandemia de Covid-19. Mais um ano com as atividades presenciais suspensas e com a equipe da ABMES trabalhando de forma remota. Cenário perfeito para um ano pouco produtivo? Que nada! O aperfeiçoamento de soluções adotadas desde 2020, associado ao espírito aguerrido e à união dos colaboradores, fez deste 2021 um ano de muitas realizações e conquistas.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Para começar, seguimos firmes a nossa caminhada rumo à transformação digital da Associação. Por exemplo, contratamos um sistema de gerenciamento de *leads*, ou seja, uma ferramenta que nos permite conhecer melhor os nossos públicos e dialogar de forma segmentada e personalizada com cada um deles. Também investimos na aquisição de equipamentos audiovisuais mais modernos, permitindo a realização de atividades e eventos híbridos.

Por falar em eventos, em 2021 foram 19 seminários virtuais, dois híbridos e um presencial, que fechou a agenda do ano em grande estilo! Ao todo, os eventos da ABMES resultaram em mais de 102 mil visualizações únicas. Em meio a tudo isso, ainda promovemos, em conjunto com o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, o XIII Congresso Brasileiro da Educação Superior (CBESP), que pela primeira vez ocorreu de forma 100% virtual.

Ainda no âmbito das ações continuadas, a parceria com a Educa Insights resultou na publicação de seis análises de cenário e oito pesquisas sobre os impactos da pandemia na educação superior e, principalmente, sobre perspectivas para a retomada do setor. Em sua segunda temporada, o *podcast* [E por falar em educação](#) contou com 21 novos episódios, que reuniram 45 especialistas e foram ouvidos mais de 4,5 mil vezes.

Outras frentes que seguiram a todo vapor neste 2021 foram a [ABMES Editora](#) e a [ABMES Cursos](#). Por meio da primeira, foram lançadas cinco novas publicações, incluindo uma que detalha a [proposta de educação híbrida](#) desenvolvida pela Associação. Vale destacar o investimento feito para a disponibilização desse conteúdo no formato de e-book, melhorando a usabilidade para o leitor, especialmente para aquele que acessa as publicações por dispositivos móveis.

Já os cursos tiveram como foco a qualificação do setor em temáticas como a implementação da governança de proteção de dados nas instituições; currículos inovadores no contexto do século 21; e curricularização da extensão na graduação e pós-graduação. Ao todo, 347 gestores e colaboradores de IES foram capacitados.

Ao contrário do que afirma o dito popular, agosto não é o mês do desgosto. Para a Associação, o oitavo mês do ano é de celebração por sua fundação e trajetória. Como já virou tradição, ao longo de todo o mês foram entregues homenagens e promovidos seminários especiais. As comemorações contaram, ainda, com uma super *live* musical do tremendão Erasmo Carlos, que nos brindou com os maiores sucessos da sua brilhante carreira, e com a retomada do Prêmio ABMES de Jornalismo, que havia sido suspenso em 2020 devido à pandemia.

Em sentido oposto à essa tradição, inovamos em 2021 ao implementar, no âmbito da Associação, dois grupos de trabalho com o objetivo de buscar alternativas para dois temas que são caros ao setor: a formação inicial docente e a empregabilidade no ensino superior particular. O primeiro grupo, desenvolvido em parceria com o Instituto Península, contou com a participação de 17 pessoas de 15 IES associadas à ABMES. Já o segundo, coordenado pela Symplicity, reuniu 27 participantes de 20 instituições associadas.

Todas essas realizações nos enchem de orgulho e nos motivam a seguir em frente. E olha que nem falei de outras diversas iniciativas, como a Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular; o Concurso Silvio Tendler de Vídeos sobre Responsabilidade Social das IES; o Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério; os quatro encontros do projeto ABMES Regional; as diversas parcerias estabelecidas; e a atuação junto ao Congresso Nacional e aos gestores públicos com o objetivo de fortalecer o setor particular de educação superior e o ensino superior como um todo.

Contudo, eu não poderia concluir este texto sem celebrar uma das maiores conquistas deste 2021: a campanha [#EuSouOFuturo](#). Idealizado em parceria com a Futuria, iniciativa de Educação do Santander Universidades, o movimento une um sonho antigo da ABMES, e do nosso saudoso professor Gabriel Mario Rodrigues, à uma atuação essencial do setor diante da maior crise socioeconômica enfrentada pelo planeta nos últimos tempos.

Ao mesmo tempo que visa fortalecer as instituições particulares de educação superior, a iniciativa oferta a potenciais estudantes benefícios exclusivos para que possam concretizar o sonho de cursar uma graduação. Mais de 5,3 mil unidades educacionais de todo o país se inscreveram para participar da campanha.

A expectativa é de que milhares de estudantes comecem sua caminhada na educação superior em 2022 graças à iniciativa. Não poderia haver cenário mais promissor para o setor e para o país em um momento de retomada. Retomada do crescimento socioeconômico. Retomada da vida com menos restrições e maior proximidade entre as pessoas. Retomada da certeza de que amanhã será um dia melhor.

2021 se despede deixando um legado de esperança. O futuro não será o mesmo depois deste ano intenso, e do qual todos saímos transformados. Que no novo ano sigamos produtivos, ousados e comprometidos com o progresso do país por meio da educação. Que nos próximos anos possamos colher os frutos das sementes plantadas neste 2021. Por ora, temos a certeza de que o futuro bate à porta, e traz consigo um universo de oportunidades. Saibamos aproveitá-las!

Todas essas realizações nos enchem de orgulho e nos motivam a seguir em frente.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de dezembro de 2021

O brilho da esmeralda

Aqui estamos. 2022 chegou trazendo boas perspectivas e prometendo ser um ano de retomada das atividades presenciais e fortalecimento do setor particular de educação superior, e de ainda mais trabalho para a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o que não chega a ser uma novidade diante do nosso compromisso de estar sempre inovando e melhorando a nossa atuação.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Contudo, este não será um ano qualquer. Grandes eventos acontecerão nas esferas política, cultural, esportiva e, também, no âmbito da nossa Associação. 2022 marca a entrada da ABMES na sua quinta década de existência. Em agosto, a entidade completa 40 anos de atuação em prol dos legítimos interesses das mantenedoras de educação superior de todo o país.

Como diria nosso saudoso professor Gabriel Mario Rodrigues, em 2022 a ABMES celebrará suas Bodas de Esmeralda. São quatro décadas de um “casamento” bem-sucedido entre uma Associação que nasceu para transformar o cenário da educação superior no Brasil e suas mantenedoras associadas, que a abraçaram, a acolheram e a apoiaram ao longo de toda essa jornada.

Pautada pelos cinco Is que norteiam sua atuação (Informação, Influência, Inovação, Internacionalização, Integração), a ABMES começou o ano com o lançamento de um [e-book com artigos](#) do prof. Gabriel publicados no [ABMES Blog](#) entre agosto de 2015

e dezembro de 2020. A organização do material já estava em andamento quando o professor nos deixou no início de 2021. Mais do que marcar o primeiro ano da sua ausência, a disponibilização da coletânea neste momento visa evidenciar a importância do prof. Gabriel para que a Associação chegasse aos seus 40 anos.

Ainda no bojo das celebrações, em agosto será lançado o Memorial Comemorativo dos 40 anos da Associação. Além disso, fazendo jus ao nome que lhe foi conferido, o plano de trabalho prevê outros lançamentos da [ABMES Editora](#) ao longo do ano, como os já tradicionais Números da Educação Superior e a Legislação Atualizada; novas edições da Revista Estudos e da Revista Responsabilidade Social; além de e-books temáticos que não vou detalhar agora para não estragar a surpresa.

São quatro décadas de um “casamento” bem-sucedido entre uma Associação que nasceu para transformar o cenário da educação superior no Brasil e suas mantenedoras associadas, que a abraçaram, a acolheram e a apoiaram ao longo de toda essa jornada.

Assim como aconteceu no ano que passou, em 2022 o projeto [ABMES Regional](#) seguirá com os eventos no formato virtual, que se mostrou bastante eficiente no atendimento às demandas regionais das mantenedoras. Já os seminários seguirão com a periodicidade quinzenal, mas serão realizados de forma presencial e híbrida, sempre focando em temáticas relevantes para o setor.

Uma boa notícia é que, após dois anos de suspensão, o planejamento da Associação prevê a retomada dos preparativos e a execução da Delegação ABMES Internacional “Japan Experience”. Prevista

para acontecer em 2020, a missão precisou ser adiada em virtude da pandemia e o consequente fechamento das fronteiras globais. As expectativas com os desdobramentos da delegação são muito grandes, pois trata-se de um país onde mais 50% dos egressos do ensino médio vão para a educação superior e no qual 77% das universidades e 93% das faculdades são privadas.

Está achando muita coisa? Então recupera o fôlego porque neste novo ano a Associação seguirá com o projeto ABMES 4.0, buscando ser cada vez mais digital, mais forte e mais conectada com os associados, o que inclui, por exemplo, o lançamento da plataforma ABMES Play, uma nova temporada do podcast "E por falar em educação" e o lançamento de um novo site, que oferecerá melhor experiência para o usuário e será otimizado para os recursos e as linguagens atuais.

Também estão previstos seis [cursos de capacitação](#); retomada da estruturação do laboratório de inovação e criatividade; [análises e pesquisas](#) sobre temas relevantes para o setor; coletivas de imprensa; 5ª edição do [Prêmio ABMES de Jornalismo](#); [Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular](#); Projeto Eleições 2022; preparação da próxima edição do [Prêmio Top Educacional](#); e a continuidade do [Movimento #EuSouoFuturo](#).

Aliado a tudo isso, ainda tem as ações articuladas em parceria com o [Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular](#), como a realização do [XIV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#), a atualização da Agenda Legislativa e a incidência direta e constante junto ao governo federal e aos poderes Legislativo e Judiciário.

Dizem que a escolha da esmeralda para representar os 40 anos de casamento se deu em virtude do significado que a pedra tinha no Egito Antigo. Lá, acreditava-se que ela tinha a capacidade de

avivar o coração e estimular o renascimento. Em um ano que tem “retomada” como palavra de ordem, não teria símbolo mais propício para inspirar a ABMES pelas próximas quatro décadas, ao mesmo tempo em que, mais do que nunca, o renascimento se faz necessário na sociedade como um todo. Que em 2022 sejamos guiados pela força transformadora e revigorante da esmeralda

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de janeiro de 2022

É preciso mais leveza

Já está no ar o primeiro episódio da 3ª temporada do podcast da ABMES: “E por falar em educação”. Como não poderia ser diferente, iniciamos este ano de eleições presidenciais debatendo as expectativas do setor particular de educação superior em relação à agenda dos presidenciais para a educação, bem como para o nosso futuro enquanto nação.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Em um bate-papo leve e de alto nível, Antonio Carbonari Netto, reitor da Must University; Luiz Cláudio Costa, reitor do IESB; Gilberto Garcia, reitor da Universidade São Francisco; e eu, começamos a debater o que imaginamos serem os principais pontos que precisam pautar o debate eleitoral, bem como seus desdobramentos para os quatro anos seguintes. Sim, começamos, porque este é um debate coletivo cujos resultados serão construídos pelo setor ao longo dos próximos meses.

Como eu disse no [podcast](#), acredito que estamos vivendo o fim da pandemia e que voltaremos à normalidade, mas uma normalidade muito diferente daquela que conhecíamos antes de março de 2020. No âmbito da educação superior, os estudantes vão demandar por modelos mais flexíveis e mais conectados com o mundo do trabalho. Assim, para além da esfera política, teremos um ano de debates sobre o que é esse novo modelo e como ele será implantado nas instituições educacionais.

Mas, voltando ao debate político, um aspecto que, acreditamos, precisa ser discutido é a excessiva burocracia à qual as instituições de educação superior estão submetidas. Para Antonio Carbonari, a solução passa pela descentralização para os estados. “Os estados fazem mais, estão mais próximos, têm mais meios, com a União suplementando o que for necessário”.

Fazendo o contraponto, Gilberto Garcia mostrou o quanto essa questão é complexa ao lembrar que uma eventual descentralização, assim como a autorregulação, esbarraria em diretrizes constitucionais. Além disso, para ele, o problema não está na burocracia, mas no excesso de regulação. “A complexidade que nós vivemos precisa ser destruída”.

Nesse sentido, defendi que a desconstrução da carga regulatória excessiva passa pela inversão do ônus da prova, ou seja, quem quer que assuma o próximo governo precisa tratar os mantenedores e os empreendedores educacionais como inocentes até que se prove que alguma irregularidade foi cometida. “Hoje, a percepção é de que nós somos todos culpados de alguma coisa que nem sabemos o que, e que os poucos exaltados são os chamados honestos”.

Para o reitor do IESB, o momento é de leveza. “O MEC já deu o aperto que tinha que dar, já nos conhecemos, agora vamos ser mais leves? Precisamos partir do princípio de que estamos maduros e somos pessoas que querem fazer a educação de qualidade nesse país”. Em outro momento, ele chamou a atenção para o fato de o Plano Nacional de Educação

No âmbito da educação superior, os estudantes vão demandar por modelos mais flexíveis e mais conectados com o mundo do trabalho.

ter praticamente sumido do debate educacional nos últimos anos. “Trata-se de uma coisa importantíssima e é uma pauta pronta para o próximo governo. E é preciso ter consciência de que não se chega às metas sem um setor privado de qualidade e comprometido”.

A conversa seguiu abordando outros temas, como o regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos docentes das universidades estaduais, a construção de uma política de Estado para a área, inovação, acesso, financiamento estudantil, evasão e flexibilização das diretrizes curriculares.

Como se vê, o debate sobre o cenário eleitoral e os próximos quatro anos é complexo e precisa ser bastante abrangente. Muitas são as necessidades e as possibilidades de aprimoramento tanto do panorama regulatório quanto das políticas educacionais em si. Nós, da ABMES, estamos começando a construir uma base sólida para a interlocução com os presidentiáveis e queremos, também, que seja representativa. Você já deu a sua contribuição? Vamos conversar.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 14 de fevereiro de 2022

Educação privada: todos ganham, ninguém perde

No último dia 22 de março tive a honra de ser um dos debatedores no evento de lançamento do [Relatório de Monitoramento Global da Educação 2021/2 América Latina e Caribe: atores não estatais na educação: quem escolhe? quem perde?](#) (íntegra em [inglês](#) e em [espanhol](#)), resultado da parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco no Brasil) e a equipe do Relatório GEM.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Em um debate pautado pela defesa do direito fundamental à educação de qualidade, fui enfático ao defender o comprometimento do setor particular com esse critério no ensino ofertado nas suas unidades, bem como a nossa relevância para o desenvolvimento do país, além de estarmos imbuídos da responsabilidade social inerente ao contexto educacional.

Também chamei a atenção para o fato de que a nossa Constituição Federal, desde 1988, declara que o ensino é livre à iniciativa privada, sob a supervisão de qualidade do Estado. Sendo assim, em qualquer perspectiva que se avalie, não se pode esquecer dos direitos das instituições que se organizam para exercer, com responsabilidade, um direito constitucionalmente concedido a elas.

Outro aspecto pouco lembrado diz respeito à diversidade e à capilaridade das instituições particulares de educação superior. Não se trata de um setor composto apenas por grandes grupos empresariais. Existem inúmeras pequenas instituições localizadas no interior, que chegam aonde instituições públicas ainda não chegaram, sendo muitas filantrópicas, sem fins lucrativos, confessionais e comunitárias, ou seja, temos um sistema diverso e rico que precisa ser valorizado.

Aproveitei a oportunidade para esclarecer alguns pontos levantados de forma equivocada durante o painel, como o de que a cobrança das mensalidades não é regulada e que o investimento feito pelo governo federal em programas como o ProUni e o Fies não pode ser apontado como filantropia. Afinal, o que é investido tanto no ProUni, com renúncia fiscal, quanto no Fies, com financiamento público, traz retorno social por meio do jovem formado.

Outro aspecto que fiz questão de ressaltar é o fato de que mais de 70% dos novos professores da educação básica são formados nas instituições particulares de educação superior, o que nos dá uma oportunidade única de influenciar toda uma nova geração de docentes, incidindo diretamente na qualidade da educação básica.

Em um debate pautado pela defesa do direito fundamental à educação de qualidade, fui enfático ao defender o comprometimento do setor particular com esse critério no ensino ofertado nas suas unidades

Por fim, destaquei que, como aconteceu na história recente do nosso país, é preciso retomarmos a compreensão de que tanto as instituições públicas quanto

as particulares podem ser ampliadas de forma simultânea. Não é uma contra a outra. O Brasil precisa alcançar as metas do PNE e, para isso, precisa não apenas de um setor público forte, mas também de um setor particular dinâmico e pujante.

Concluí dizendo que ao invés de demonizar ou combater o setor particular, é preciso pensar em como as duas redes podem trabalhar em conjunto para melhorar a educação e colocar o Brasil no caminho do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Afinal, respondendo a uma das perguntas que consta no título do relatório, se o país abrir mão do setor que representa mais de 80% da oferta de educação superior, quem perderá será toda a sociedade brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de abril de 2022

Um CBESP mão na massa

Nas últimas semanas, tenho utilizado este espaço para apresentar o tema e os pontos-chave que nos conduzirão durante o *XIV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP)*, que acontecerá de 05 a 07 de maio no Costão do Santinho, em Florianópolis/SC. Já falamos muito sobre os aspectos teóricos, então chegou a hora de detalharmos a parte prática do evento: as tão aguardadas **oficinas temáticas!**

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Como já virou tradição, o segundo dia do Congresso será encerrado com *workshops* ministrados por especialistas que são referência em cada uma das questões trabalhadas. Nesta edição, serão cinco oficinas: 1) Criatividade e Inovação como Elementos Essenciais na Educação Superior Transformadora; 2) Quadrantes Híbridos como Inovação Curricular na Educação Superior; 3) Curricularização da Extensão no Pós-pandemia; 4) Modelos Pedagógicos Criativos e Inovadores como Saberes e Fazeres na Educação Superior; e 5) Avaliação Externa Virtual *in loco* Como Inovação no Contexto do Sinaes.

A oficina 1 caminhará por questões como a educação para o século 21, as oportunidades decorrentes da pandemia, a formação conectada às exigências do mercado, o *lifelong learning*, além dos arranjos criativos para captação de recursos no âmbito das IES,

da sustentabilidade financeira, das competências variáveis e das estratégias acadêmicas inovadoras, criativas e transformadoras.

Enquanto isso, em outra sala, a oficina 2 estará trabalhando os quadrantes híbridos como inovação curricular na educação superior, com destaque para os avanços do ensino híbrido e as experiências bem-sucedidas, bem como os aspectos regulatórios que viabilizam a sua implementação. Serão apresentados novos modelos de ensino-aprendizagem e o papel do professor, além de nova interpretação do modelo regulatório vigente e as normativas que sustentam o hibridismo.

Com foco na curricularização da extensão no pós-pandemia, a oficina 3 se desdobrará sobre os aspectos regulatórios da extensão curricularizada e sua relevância para as IES, estudantes e sociedade, além de contemplar estratégias acadêmicas para o atendimento, até dezembro de 2022, do que determina a [Resolução CNE/CES nº 7](#), de 18 de dezembro de 2018.

O debate sobre modelos pedagógicos criativos e inovadores será a temática desenvolvida na oficina 4. Serão apresentados modelos que atendem aos anseios gerados pelas transformações que o ensino superior está passando, contribuindo para a formação de profissionais em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho, aliados à trajetória de aprendizagem com ênfase no pensamento crítico.

Por fim, a oficina 5 trabalhará a avaliação virtual *in loco* como inovação no contexto da Lei do Sinaes e com ênfase nos aspectos regulatórios e práticos. Serão

O XIV CBESP foi cuidadosamente pensado para que as instituições de educação superior se apropriem de conceitos e práticas criativas e inovadoras

abordadas perspectivas sobre a avaliação e as motivações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a sua implementação, envolvendo as peculiaridades, nuances inovativas e impactos que essa alteração trouxe aos processos.

Como se vê, o XIV CBESP foi cuidadosamente pensado para que as instituições de educação superior se apropriem de conceitos e práticas criativas e inovadoras, tão fundamentais para um mundo pós-pandemia e imerso nas rápidas transformações deste século 21. Por isso, se você ainda não fez a sua [inscrição](#), corre porque as vagas (para o Congresso e para as oficinas) são limitadas e estão acabando!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 25 de abril de 2022

Um CBESP para ficar para a história

Mais de 500 participantes entre gestores de instituições particulares de educação superior, especialistas e representantes de órgãos públicos responsáveis pela política educacional do Brasil se reuniram, de 5 a 7 de maio, no [XIV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#). Unindo todos esses perfis estava o objetivo comum de traçar novos caminhos para a educação superior, tendo a criatividade e a inovação como impulsionadoras dessa transformação.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Em um evento ímpar, tomado pela emoção e pela alegria da retomada dos encontros presenciais, o Costão do Santinho, em Florianópolis/SC, foi palco de uma intensa troca de conhecimentos e do início da transformação da educação superior rumo às necessidades e diretrizes deste século 21.

Iniciado com a presença de autoridades do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o XIV CBESP resultou na [Carta de Florianópolis](#). Construído após dezenas de palestras, oficinas e debates, o documento apresenta, de forma clara e objetiva, propostas para o desenvolvimento da educação superior no país.

Pautadas no crescimento, na qualidade e na inovação do ensino superior, bem como no fortalecimento da parceria entre os setores

público e privado, as proposições resultantes do Congresso deverão nortear a atuação política do Fórum e as políticas públicas para a área nos próximos anos.

Estruturada em dez pontos estratégicos, a Carta de Florianópolis elenca as seguintes prioridades:

1. Modernizar o marco regulatório da avaliação e da supervisão.
2. Criar um novo modelo de financiamento estudantil.
3. Ampliar o ProUni e reabrir o ProIES.
4. Oferecer linhas de financiamento para estímulo à inovação das IES.
5. Aprovar uma Reforma Tributária justa para a educação.
6. Desenvolver mecanismos de integração da educação superior com a educação básica.
7. Revisar a legislação da educação brasileira para contemplar as metodologias híbridas.
8. Integrar as IES ao mundo do trabalho.
9. Ampliar a participação das IES privadas nos conselhos de órgãos de governo.
10. Estimular a internacionalização da educação superior particular.

Sabemos que o cenário educacional do país é desafiador e que muitos outros pontos poderiam constar na lista. Mas esses foram os escolhidos por conseguirem abarcar os principais entraves para o desenvolvimento da área e por jogarem luz no novo modelo educacional que precisa ser instituído, nos tirando do século 19 e levando, sem escala, para este já nem tão novo, mas cada vez mais desafiador, século 21.

Há anos, a relevância dos debates e seus desdobramentos consagram o CBESP como o maior evento da educação superior. A primeira edição com foco no pós-pandemia não poderia ter sido diferente. Mantendo a tradição, a 14ª edição do Congresso cumpriu sua missão ao apontar rumos e abrir portas para transformações concretas na esfera educacional do país. Seguiremos trabalhando para colocar em prática seus encaminhamentos e confiantes de que dias melhores estão por vir para a educação brasileira e para o setor particular de educação superior. Nos vemos no XV CBESP!

Pautadas no crescimento, na qualidade e na inovação do ensino superior, bem como no fortalecimento da parceria entre os setores público e privado, as proposições resultantes do Congresso deverão nortear a atuação política do Fórum e as políticas públicas para a área nos próximos anos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 09 de maio de 2022

Educação superior em transformação: um chamado à ação global

A educação superior tem como missão promover o bem comum. Esta frase curta, mas extremamente relevante e desafiadora, sintetiza boa parte do que foi debatido na [Conferência Mundial de Educação Superior 2022](#) (*World Higher Education Conference – WHECH 2022*), realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Barcelona (Espanha), entre os dias 18 e 20 de maio.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Tive a grande honra de ser convidado pelo Ministério da Educação (MEC) para representar a ABMES na delegação oficial do Brasil no evento. Chefiado pelo Secretário de Educação Superior, Wagner Vilas Boas de Souza, o seletor grupo contou ainda com as presenças de Michelle Muniz, chefe de Divisão da Assessoria Internacional do MEC, e do reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Cândido Albuquerque.

Construído a partir do propósito de reformular ideias e práticas do ensino superior para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta e da humanidade, o congresso teve como eixos norteadores

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais os países signatários – incluindo o Brasil – se comprometerem a alcançar até 2030.

Nesse contexto, foi evidenciada a busca global por uma universidade mais conectada com as comunidades locais, mais diversa e mais flexível nas modalidades de ensino (especialmente após a pandemia e com o ensino híbrido), bem como o entendimento de que a educação superior é um “bem comum” que deve ser defendido por toda a sociedade.

Outros aspectos ressaltados e que sensibilizaram mais de 3 mil participantes, de 193 países, dizem respeito ao crescimento da mobilidade virtual dos estudantes, que resultará no aumento do intercâmbio cultural global; e à necessidade de colocar o aluno no centro do processo educacional, especialmente neste momento em que vivenciamos profundas e disruptivas mudanças na educação superior.

Para facilitar as compreensões práticas e teóricas de todo esse processo, durante o congresso foram lançados alguns estudos que detalham tanto as mudanças na esfera do ensino e da aprendizagem quanto a relevância da educação superior para o desenvolvimento sustentável. Aqui destaco dois: *Knowledge-driven actions: Transforming higher education for global sustainability* e *Future of Higher Education*. Além disso, o documento final do congresso está disponível (em inglês, espanhol e francês) e segue aberto para contribuições até outubro de 2022.

Boas sementes foram plantadas e expectativa é de colhermos muitas novidades e resultados nos próximos anos.

No que se refere à atuação da ABMES, o WHECH 2022 permitiu maior interlocução e integração com diversas redes de cooperação internacional, por meio da Unesco. Boas sementes foram plantadas e expectativa é de colhermos muitas novidades e resultados nos próximos anos.

Estar em uma babel onde todos se entendiam por meio da linguagem da educação foi uma experiência enriquecedora. Ter praticamente todas as nações do planeta focadas no fortalecimento e no reconhecimento da educação superior como mecanismo estratégico para o desenvolvimento sustentável foi gratificante, pois há anos insistimos nesse ponto. Viva a educação! Viva a transformação!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 30 de maio de 2022

Mapeamos os egressos. E isso é só o começo.

Na última quarta-feira, 8 de junho, a ABMES apresentou ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) um mapeamento inédito com foco na empregabilidade de egressos recentes (no máximo um ano de formados). Desenvolvida em parceria com a Symplicity, a iniciativa resultou em dois indicadores relacionados à empregabilidade: nível de ocupação e renda média.

Confira o vídeo sobre este artigo:



O estudo é resultado da dedicação de um grupo de trabalho constituído especialmente para este fim e composto por representantes de dez instituições particulares de educação superior. Ao longo de seis meses, foram coletados dados das IES e realizada a pesquisa sobre a empregabilidade dos egressos. O objetivo era encontrar métricas assertivas que pudessem auxiliar na tomada de decisões estratégicas sobre os cursos oferecidos.

O esforço resultou em informações relevantes e, no geral, bastante positivas. As análises preliminares mostram que 70% dos bacharéis estão inseridos no mercado de trabalho, com 81% atuando na área de formação. Entre os egressos das licenciaturas, esses percentuais são, respectivamente, 61% e 69%. O

levantamento também mapeou a renda média dos egressos e apresenta todos os dados segmentados por nível acadêmico, curso, região e modalidade cursada (presencial ou a distância).

O objetivo era encontrar métricas assertivas que pudessem auxiliar na tomada de decisões estratégicas sobre os cursos oferecidos.

Considerando que as instituições de educação superior têm como uma das suas principais premissas a formação de profissionais para o mundo do trabalho, a ABMES entende que o acompanhamento do estudante pela instituição não pode acabar com a conclusão do curso. Saber como está o desempenho dos egressos é estratégico para

eventuais ajustes de rota, além de ser um importante indicador de qualidade. Por isso, durante a reunião com o Inep, iniciamos uma conversa sobre a inclusão de indicadores de empregabilidade no processo de avaliação institucional.

Vale registrar que embora os resultados obtidos sejam significativos, este é um trabalho que está apenas iniciando. A previsão é de que seja realizado anualmente, inclusive com a participação de novas instituições que manifestarem o desejo de aderir. Nossa expectativa é de que essa parceria com a Symplicity seja longa e frutífera. Tanto é que criamos o Selo ABMES – Symplicity, concedido às IES que aderirem ao instrumento em suas pesquisas e destacando o compromisso delas de utilizarem os resultados obtidos nas suas autoavaliações institucionais.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer imensamente às dez instituições de educação superior que nos apoiaram nesse projeto-piloto. Muito obrigado por, mais uma vez, confiarem na AB-

MES e darem esse passo tão importante conosco. Toda gratidão ao Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa); Centro Universitário Facens (Unifacens); Centro Universitário Unicarioca (Unicarioca); Instituto Infante Rio de Janeiro (Infnet); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR); Universidade de Fortaleza (Unifor); Universidade do Vale do Taquari (Univates); Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas); e Yduqs (Estácio).

Estou muito feliz e orgulhoso do trabalho que desenvolvemos. Em um país onde o índice de desemprego é um desafio constante a ser superado, trazer a questão da empregabilidade de forma mais incisiva para dentro das instituições de educação superior é o início de uma jornada que tem tudo para trazer resultados expressivos para elas, mas, sobretudo, para os nossos estudantes e para a nação brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 13 de junho de 2022

10 x 1: o placar que importa

A cada R\$ 1 de benefício obtido pelas instituições filantrópicas por meio da imunidade previdenciária, elas entregam R\$ 9,79 para a sociedade. O dado faz parte da terceira edição da pesquisa *A contrapartida do setor filantrópico no Brasil*, realizada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif) e lançada na última quarta-feira, 22 de junho, com apoio da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Somente esse retorno já deveria ser suficiente para cancelar a relevância das instituições filantrópicas que atuam em um país com enormes desafios como o Brasil. Temos um dos piores índices de Gini do planeta (0,533), reflexo do nosso alto grau de desigualdade social. Recentemente, a grave crise econômica resultante da pandemia fez com que um auxílio emergencial fosse fundamental para garantir a sobrevivência de mais de 30% dos brasileiros.

A lista dos nossos problemas socioeconômicos é enorme e eu poderia seguir elencando-os, mas meu objetivo aqui é chamar a atenção para a importância das entidades filantrópicas, que atuam como parceiras do Estado na oferta de serviços gratuitos nas áreas de educação, assistência social e saúde.

De acordo com o Fonif, são 27.384 instituições cadastradas no CEBAS – Certificação de Entidades Benéficas de Assistência

Social que representam, ao todo, 4,3% dos gastos tributários classificados pela Receita Federal, valor irrisório, especialmente diante dos retornos que entregam para a sociedade, como 230 milhões de procedimentos hospitalares e 778 mil bolsas de estudos ofertadas em 2020, sendo 423 mil na educação superior.

Ainda na esfera educacional, o país conta com 4.961 escolas filantrópicas de educação básica (12% do total) e 286 de educação superior (11%) que respondem, respectivamente, por 18% e 12% das matrículas das redes privadas dos dois níveis educacionais.

A seriedade da atuação das entidades beneficentes fica evidenciada pelas diversas prestações de contas que fazem parte da rotina delas. Além dos ministérios correspondentes à sua área de atuação, essas instituições são fiscalizadas pela Receita Federal, órgãos de fiscalização do estado e do município, Tribunal de Contas, e ainda publicam seus balanços anualmente.

Seja na educação, na saúde ou na assistência social, o Brasil não pode prescindir dessas instituições que têm na prestação de serviços à parcela menos favorecida da sociedade a sua razão de existir e que, muitas vezes, chegam a locais e situações que não são alcançadas pelo braço rígido e fortemente amarrado do Estado.

As instituições filantrópicas prestam um serviço fundamental e precisam ser reconhecidas e valorizadas por todos os setores da sociedade. Afinal, 10 x 1 não

Meu objetivo aqui é chamar a atenção para a importância das entidades filantrópicas, que atuam como parceiras do Estado na oferta de serviços gratuitos nas áreas de educação, assistência social e saúde.

é um placar a ser ignorado. Precisamos aprender a celebrar os placares que efetivamente impactam nas nossas vidas. Vida longa à filantropia

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 27 de junho de 2022

Três anos em um piscar de olhos

Parece que foi ontem, mas em maio completou três anos desde que assumimos a missão de estar à frente da Gestão 2019 – 2022 da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Enquanto a Terra percorria 2,8 bilhões de quilômetros para completar seus três movimentos de translação do período, muita coisa acontecia aqui dentro deste magnífico e insignificante (do ponto de vista do universo) ponto azul.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Para começar, enfrentamos uma pandemia que colocou o planeta em compasso de espera (na perspectiva de quem está aqui dentro, claro, porque o baile ao redor do sol seguiu seu ritmo). Menos de um ano após o início da gestão, tivemos que colocar boa parte do nosso planejamento de lado e reestruturar não apenas os projetos, mas a própria Associação e a educação superior como um todo. O que não mudou em momento algum foram os nossos compromissos de fazer uma gestão de todos e para todos, de levar a ABMES a um novo patamar tecnológico e de fortalecer a imagem do setor frente à sociedade brasileira.

Por isso, ao longo dos últimos três anos, apesar de todas as adversidades, colocamos para funcionar iniciativas como o **ABMES Linc** (*Learning and Innovation Center*), uma central de aprendizagem, inovação e criatividade que reúne conteúdos como vídeos, programas, parcerias, cursos e muita informação de

qualidade para auxiliar na capacitação e na transformação digital das instituições de educação superior. Entre seus desdobramentos mais conhecidos, e reconhecidos, está o podcast "[E por falar em educação](#)", com três temporadas e 46 episódios produzidos.

Com uma gestão pautada pelo o que chamamos de 5Is (Informação; Influência; Inovação; Internacionalização; Integração), abrimos novos canais de interlocução com as mantenedoras associadas (como o Fale com o Presidente e a consultoria jurídica remota, com mais de 1.200 atendimentos no período) e intensificamos a comunicação com a sociedade, especialmente por meio do movimento "[Eu sou o futuro](#)", desenvolvido em parceria com a Futuria, iniciativa de educação do Santander Universidades, com o objetivo de fortalecer o setor particular de educação superior e oferecer à população benefícios exclusivos em milhares de IES de todo o país. Em 2021, a iniciativa mobilizou mais de 5.300 unidades educacionais, mais de 128 mil usuários únicos acessaram a plataforma on-line do movimento e 5.142 efetivaram seus cadastros, indicando os cursos desejados e as instituições de preferência.

Esses e muitos outros projetos foram desenvolvidos ao mesmo tempo em que mantivemos as ações pré-existentes e ainda precisamos intensificar a incidência junto aos gestores da política educacional, visando ajustar a legislação ao contexto de distanciamento social imposto pela pandemia (e a consequente adoção das aulas remotas). Entre as iniciativas que fazem parte da história da Associação, foram realizados 46 seminários (entre presenciais, virtuais e híbridos); 7 cursos e 2 workshops, totalizando 562 profissionais das IES capacitados; e 20 publicações disponibilizadas pela ABMES Editora, além do apoio a outras três do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Fórum).

O que foi apresentado até aqui é uma pequena parcela de tudo o que foi realizado nos últimos três anos pela ABMES. Um relato mais amplo e detalhado está disponível no [Relatório de Gestão 2019 – 2022](#), publicado pela ABMES Editora e com acesso liberado no site da Associação.

Embora o ciclo da Gestão 2019 – 2022 tenha se encerrado, um novo foi iniciado. Seguimos à frente da Gestão 2022 – 2025 com a energia renovada para defender um ensino superior de qualidade e acessível aos brasileiros, bem como os legítimos interesses do setor particular de educação superior.

É certo que os próximos três anos também passarão rápido como um piscar de olhos, embora a Terra siga levando o mesmo tempo para concluir seus giros ao redor do sol. Também é certo o nosso compromisso de seguir conduzindo a ABMES por um caminho pautado pela ética, pela transparência e conectado com as demandas da sociedade 4.0. Que venham mais três translações, e que sejam acompanhadas por um universo de aprendizados, crescimentos e conquistas.

Seguimos à frente da Gestão 2022 – 2025 com a energia renovada para defender um ensino superior de qualidade e acessível aos brasileiros, bem como os legítimos interesses do setor particular de educação superior.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de julho de 2022

ABMES: há 40 anos dando bons frutos

Se uma árvore tivesse sido plantada no dia em que a ABMES foi fundada, hoje ela seria frondosa, de tronco largo e com raízes fortes e profundas para captar água mesmo nos longos períodos de seca tão característicos do Distrito Federal, onde está situada a sede da Associação. Em 40 anos, essa árvore já teria dado frutos saborosos e seria dona de uma copa densa e extensa, capaz de acolher todos aqueles que buscassem na sua sombra um fresco para um dia quente.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Embora essa árvore não exista no sentido literal, o que este texto celebra são os frutos resultantes daquela semente plantada em agosto de 1982 por pessoas visionárias e comprometidas com o fortalecimento da educação superior no Brasil. Pessoas que vislumbraram na união do setor particular a criação de uma associação para representar nacionalmente a categoria e lutar por seus legítimos direitos.

Ao celebrar seus 40 anos, a ABMES tem na sua base um legado sólido e profundo como as raízes da nossa árvore imaginária. Cada ação, cada projeto, cada reunião realizada ao longo de quatro décadas foi importante para que chegássemos neste momento. Se por um lado é verdade que o solo da educação é fértil, por outro há que se reconhecer e valorizar todo o empenho e esforço empregados pelas diretorias que nos conduziram até aqui.

Candido Mendes, Édson Franco, Gabriel Mario Rodrigues e Janguiê Diniz são algumas das lideranças que cumpriram com louvor a missão de construir, manter e expandir a ABMES, sem abrir mão de termos uma associação acolhedora, sempre preparada para abrigar sob a sua copa todos os tipos de instituições particulares de educação superior.

Desde 2019, ao lado da Débora Guerra, Janguiê Diniz e Daniel Castanho, assumimos a direção da ABMES e estabelecemos uma estratégia de atuação articulada em cinco pilares: informação, influência, inovação, internacionalização e integração. Esses cinco Is revelam o compromisso da entidade com o aperfeiçoamento da sua gestão.

Por isso, além de manter o legado histórico, nos esforçamos para inserir a Associação no contexto da indústria 4.0. Foi assim que surgiram iniciativas como o [ABMES LinC](#), o [ABMES LAB](#) e o podcast [E por falar em educação](#). Também investimos na formação de grupos de trabalho sobre assuntos como formação docente, empregabilidade, quadrantes híbridos e empreendedorismo. Os resultados têm sido surpreendentes e já se desdobraram em insumos para políticas educacionais como os que são apresentados nas publicações *O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente* e *Avaliação de Empregabilidade de Graduados Recentes – 2022*.

Agora, no bojo das celebrações pelos 40 anos, estamos lançando uma iniciativa inédita e pioneira no setor educacional: o ABMES Plus. Trata-se de um serviço de *streaming* que, além de reunir todo o conteúdo digital da Associação, vai disponibilizar conteúdos exclusivos para assinantes. Os associados receberão suas senhas e não-associados poderão pagar pela assinatura. Acredite: o que vem por aí é um verdadeiro *hub* de conhecimento em educação superior!

Ao celebrar seus 40 anos, a ABMES tem na sua base um legado sólido e profundo como as raízes da nossa árvore imaginária.

É assim que a ABMES entra na sua quinta década de existência: cheia de projetos, novidades e com muito fôlego para seguir sua jornada como a maior entidade representativa do setor particular de educação superior. Começamos a dar os primeiros passos ao que um dia será a ABMES 5.0, uma entidade ainda mais digital, como é a tendência destes tem-

pos disruptivos. Contudo, não abriremos mão dos cinco Is que têm pautado a nossa gestão e seguiremos firmes no propósito maior que é o de manter a nossa principal característica: a de ser uma entidade acolhedora.

Tenho convicção de que os próximos 40 anos serão tão ou ainda mais frutíferos. A história da ABMES está só no começo. Sorte a nossa que somos apaixonados por ela. Sorte do país que seguirá contando com o apoio da Associação na busca pelo fortalecimento e pela democratização do acesso à educação superior. Vida longa à ABMES

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 08 de agosto de 2022

Entre o passado e o futuro, o reconhecimento

No bojo das celebrações pelos 40 anos da ABMES, no último dia 9 de agosto tivemos a honra de conceder a [Ordem do Mérito ABMES da Educação Superior](#) a mais três personalidades que têm contribuído de forma significativa para o fortalecimento da educação no Brasil: o deputado federal Átila Lira (PP-PI), o conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) Joaquim Neto e a reitora do Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran), Rosa Maria D'Amato de Déa.

Confira o vídeo sobre este artigo:



A cerimônia de condecoração ocorreu durante [seminário](#) sobre o futuro da educação superior nos próximos quarenta anos e que contou com palestras dos agraciados. Foi com grande emoção que tive o privilégio de conduzir esse momento histórico que uniu o reconhecimento dos esforços empenhados nas últimas décadas pelos três novos membros da Ordem aos debates sobre como seguir construindo uma educação superior cada vez mais sólida e conectada com as demandas deste século.

Embora saibamos que não existe futuro promissor sem o conhecimento do que nos conduziu até aquele momento, situações como a vivenciada ali são fundamentais para reforçar a gratidão pelos

que nos precederam e pelos que lutam conosco, mas também para pensarmos na pavimentação de dias melhores para aqueles que irão nos suceder.

Não faço ideia de quem estará conduzindo a ABMES na celebração dos seus 80 anos, mas sei que quero estar presente e ainda com bastante vigor. Também sei que daqui a quatro décadas as três pessoas que agora passam a integrar a Ordem do Mérito ABMES seguirão tendo suas contribuições para a educação brasileira reconhecidas.

Para quem não as conhece, hoje elas podem ser apresentadas da seguinte maneira:

Átila Lira – Deputado Federal há oito mandatos, sendo o primeiro na Constituinte (1987-1991). Economista, administrador de empresas e pós-graduado em Administração Pública. Por três vezes foi secretário de Estado de Educação do Piauí e foi secretário de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação (MEC) na gestão do ministro Paulo Renato Souza (1995-1998). Em todos os mandatos na Câmara Federal foi membro titular da Comissão de Educação e participou da elaboração de toda a legislação vigente da educação nacional.

Joaquim Neto – Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). Graduado em Física e professor titular da Universidade de Brasília (UnB). Foi membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Integra o conselho científico da Associação Brasileira de Avaliação Educacional. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e tem trabalhos publicados nas áreas de avaliação educacional e de física teórica.

Rosa Maria D'Amato de Déa – Membro do Conselho de Administração da ABMES, reitora e procuradora institucional do Centro Univer-

sitário da Grande Dourados (Unigran). Licenciada em Letras com especialização em Metodologia do Ensino Superior, Aperfeiçoamento em Administração Universitária e em Gestão Universitária. Há quarenta e cinco anos trabalha no Unigran dedicando-se exclusivamente à gestão de educação superior. Ali também atuou como professora, secretária geral, diretora de faculdade e presidente.

Essas poucas linhas de apresentação dão uma ideia, mas estão longe de dar a dimensão da importância dessas três pessoas para o atual cenário educacional do Brasil. Se é verdade que ainda temos grandes desafios a serem superados, também o é que eles seriam significativamente maiores sem o esforço e a contribuição dessas três vidas dedicadas à educação.

Dizem que o futuro a Deus pertence, e eu não tenho a pretensão de tentar prevê-lo. Mas sei que temos um passado construído com muita garra e luta por pessoas que acreditavam – e seguem acreditando – no potencial transformador da educação. Minha prece é que nos próximos 40 anos tenhamos um país povoado por Átilas, Joaquins e Rosas. Um país de pessoas efetivamente comprometidas com a educação e com a construção de uma nação socialmente mais justa e economicamente mais próspera. Que assim seja.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 15 de agosto de 2022

Embora saibamos que não existe futuro promissor sem o conhecimento do que nos conduziu até aquele momento, situações como a vivenciada ali são fundamentais para reforçar a gratidão pelos que nos precederam e pelos que lutam conosco, mas também para pensarmos na pavimentação de dias melhores para aqueles que irão nos suceder.

Imprensa: fundamental para o país, essencial para a educação

Que a educação transforma vidas, não há dúvida. Existe uma série de dados e estatísticas que comprovam os benefícios sociais e econômicos obtidos por quem estuda. O que os números não mostram são as pessoas que estão por detrás deles. Histórias como as do Marcelo e do Guilherme, dois jovens negros, filhos de empregadas domésticas e que cresceram em comunidades pobres de Belo Horizonte/MG. As semelhanças entre os dois, contudo, terminam aí.

Confira o vídeo
sobre este artigo:



Hoje, adultos, Guilherme está desempregado e segue vivendo na mesma comunidade. Por necessidade. Marcelo, tem emprego, um bom salário, ajuda a família e também mora no mesmo local. Por opção. O que fez com que as vidas de dois jovens com estruturas sociais tão parecidas tomassem rumos tão distintos? O acesso à educação superior.

Marcelo e Guilherme poderiam ser dois personagens fictícios criados para ilustrar a realidade de muitos jovens brasileiros. Mas eles são reais e eu não os conheço pessoalmente. Sei das

suas histórias porque elas foram contadas a mim por meio da imprensa, mais especificamente pela TV Rede Minas, vencedora na categoria Vídeo Regional na 5ª edição do *Prêmio ABMES de Jornalismo*, cuja cerimônia de premiação aconteceu em 9 de agosto, no bojo das celebrações pelos 40 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

A imprensa capaz de nos apresentar histórias como essas é a mesma que exerce a função social de informar a sociedade, de cobrar do poder público políticas de inclusão e desenvolvimento econômico e de monitorar os agentes públicos no exercício das suas atribuições. No âmbito da educação, a mídia brasileira tem sido fundamental ao caminhar lado a lado da sociedade na cobrança por qualidade e ampliação das políticas de acesso à graduação.

Ao criar, em 2017, o *Prêmio ABMES de Jornalismo*, a Associação teve como objetivo reconhecer e valorizar essa importância da imprensa, bem como dar visibilidade à cobertura jornalística da educação superior brasileira. Desde então, temos acompanhado ainda mais de perto a cobertura oferecida pelos veículos de comunicação a essa temática, e tem sido notório o empenho e o crescimento do interesse dos profissionais de mídia pelas pautas relacionadas ao nível terciário da nossa educação.

Esse comprometimento ficou evidenciado em cada uma das 265 inscrições realizadas nas seis categorias do prêmio, deixando aos jurados Arnaldo Niskier, Marcos Vilaça e Merval Pereira a difícil tarefa de selecionar os vencedores. Além da reportagem *Exclusão no Ensino Superior*, da TV Rede Minas e apresentada acima, também sagraram-se vitoriosos os trabalhos *Especial Mulheres na Ciência*, do O Povo na categoria Escrito Nacional; *Empresas investem em formação de desenvolvedores*, da CNN Brasil na categoria

Vídeo Nacional; *Ensino Superior no Brasil: a educação que desacelerou*, da Rádio Band News FM na categoria Áudio Nacional; *Profissões do futuro: quais são e como impactam o mercado de trabalho*, do Correio Braziliense na categoria Escrito Regional; e *Portas*, da Rádio CBN João Pessoa na categoria Áudio Regional.

O Prêmio ABMES de Jornalismo foi a forma que o setor particular de educação superior encontrou para agradecer o trabalho

No âmbito da educação, a mídia brasileira tem sido fundamental ao caminhar lado a lado da sociedade na cobrança por qualidade e ampliação das políticas de acesso à graduação.

essencial desenvolvido pela imprensa e demonstrar sua admiração por esses profissionais. Trazer ao conhecimento público histórias como as do Guilherme e do Marcelo é importante para a construção de uma sociedade que valorize, cada vez mais, a educação. Além disso, é fundamental para que possamos seguir com a convicção de que precisamos perseverar na batalha por uma educação de qualidade, inclusiva e acessível. Parabéns à imprensa brasileira!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 22 de agosto de 2022

Tudo vale a pena se a alma não é pequena

Em um movimento inverso ao feito pelos portugueses há 522 anos, amanhã a ABMES parte para uma missão em terras lusitanas. Até o dia 5 de novembro, representantes de grupos educacionais, centros universitários e faculdades; representantes comerciais e membros da Associação se reunirão com universidades, faculdades e instituições portuguesas para aprender mais sobre educação, cultura, práticas de inovação e prospectar possibilidades de cooperação internacional.

Confira o vídeo sobre este artigo:



A *4ª Delegação ABMES Internacional - Portugal Experience* desembarcará na vibrante e belíssima cidade do Porto com muita expectativa e disposição na bagagem. Ao longo de 10 dias, serão visitadas 7 cidades e 11 instituições de educação superior. A agenda inclui, ainda, reuniões com lideranças dos institutos politécnicos portugueses e associações representativas, como a Associação Fórum de Gestão do Ensino Superior (FORGES), a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP).

Focada em três eixos (institucional, acadêmico e cultural), a missão internacional teve seu roteiro desenhado para que os partici-

pantes estabeleçam parcerias, conheçam casos de sucesso, bem como aproveitem o lado cultural de Portugal, com experiências especialmente selecionadas para o grupo.

Em relação aos temas, os seminários e ações da 4ª Delegação ABMES Internacional abordarão cinco questões prioritárias: inovação e tecnologias para educação; sistema de ensino superior português; promoção e difusão da língua portuguesa; empreendedorismo; e saúde (conhecer diferentes modelos educativos para a formação de profissionais de excelência para enfrentar os desafios e fatores relacionados à área).

Serão dias de muito trabalho, mas também de muita aprendizagem, troca de conhecimentos e estabelecimento de parcerias. Nos momentos de folga, muita união, alegria e, claro, momentos de confraternização regados pelos bons vinhos portugueses que harmonizam perfeitamente com os diversos pratos de bacalhau, as sardinhas assadas, os cozidos e até mesmo os doces delicados que fazem da gastronomia portuguesa uma das mais admiradas por nós brasileiros. E para a experiência ser completa, não pode faltar um fado bem melancólico como trilha sonora.

Mas, para além dos momentos, dos conhecimentos e das vivências que cada participante trará de volta na bagagem, o que motiva cada um a embarcar nessa jornada é acreditar nos desdobramentos positivos que essa conexão pode resultar para a educação superior brasileira.

E por confiarem na ABMES como a capitã dessa travessia oceânica, agradecemos imensamente às instituições e grupos educacionais participantes: AMF, Cruzeiro do Sul Educacional, Faculdade Fasup, Faculdades da Indústria, Ilumino Brasil, Inapós, Ser Educacional, Trivento Educação, UNDB, Unesc, UniAtenas, Uniavan, Unicarioca, Uniceplac, Unichristus, Unifase, Unifenas e Unigran. Agradecemos

também aos representantes dos seguintes empreendimentos comerciais que nos acompanharão: Amaral Advogados, DGBB Comunicação e Estratégia, DreamShaper, D2L e Edux21.

Estamos confiantes de que essa partida não resultará em um “mar de lágrimas”, como registrou o poeta português Fernando Pessoa ao retratar o período das grandes navegações no seu mais famoso poema. Pelo contrário, usando palavras do mesmo poeta e no mesmo poema, seguimos com a confiança de que “tudo vale a pena se a alma não é pequena”. As almas que embarcarão amanhã para Portugal são enormes e sedentas por conhecimentos e resultados. A 4ª Delegação ABMES Internacional será intensa e transformadora. Decolemos!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de outubro de 2022

Focada em três eixos (institucional, acadêmico e cultural), a missão internacional teve seu roteiro desenhado para que os participantes estabeleçam parcerias, conheçam casos de sucesso, bem como aproveitem o lado cultural de Portugal, com experiências especialmente selecionadas para o grupo.

O redescobrimiento pela educação

Entre o período das grandes navegações e os dias atuais, muita coisa aconteceu com Portugal. O país que foi potência marítima passou por algumas crises e chegou a ser considerado por alguns como uma “nação europeia de segunda categoria”. Contudo, nas últimas décadas Portugal conseguiu se reinventar e hoje está entre os países mais admirados e visitados do planeta. O segredo para a virada de chave? Inovar!

Confira o vídeo sobre este artigo:



Com investimentos públicos massivos em políticas de incentivo à inovação, Portugal tem se consolidado como um polo de tecnologia. Lisboa já tem sido apontada como o novo Vale do Silício, sendo a terceira cidade mais inovadora do mundo, e Porto é o terceiro *tech hub* com crescimento mais rápido na Europa. O ecossistema empreendedor é um dos principais ativos do país e figura entre os melhores do continente europeu. Com isso, centros de empreendedorismo se multiplicaram nos últimos anos e várias redes de investidores têm surgido no país.

Tudo isso já seria mais do que suficiente para justificar a escolha do país para sediar a *4ª Delegação ABMES Internacional – Portugal Experience*, realizada entre 25 de outubro e 05 de novembro, mas ainda tem muito mais. Para além dos laços históricos e do idioma que nos une, Brasil e Portugal têm longa tradição de

trocas de conhecimento e de formação docente e discente na educação superior.

Segundo o último Censo da Educação Superior, em 2020 pouco mais de 600 estudantes portugueses estavam matriculados nas universidades brasileiras. Esse número coloca Portugal na 11ª posição entre os países com mais estudantes matriculados na graduação no Brasil, bem abaixo de outras nações que também falam o português, como Angola (1ª colocada com 1.587 alunos) e Guiné-Bissau (4ª posição com 1.043 matrículas).

No sentido oposto, nos últimos 5 anos cresceu 123% a procura de brasileiros por universidades em terras portuguesas. O Brasil é o terceiro país que mais envia jovens para as instituições lusitanas de educação superior. De acordo com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) de Portugal, dos 69 mil estrangeiros matriculados no país no ano letivo 2021/22, encerrado em junho passado, 18.859 eram brasileiros.

Esse cenário mostra o grande potencial de parcerias para o aumento da internacionalização da educação superior entre os dois países, especialmente no impulsionamento do interesse dos jovens portugueses pelas instituições brasileiras. Assim como o idioma comum e a facilitação do acesso de brasileiros às instituições portuguesas têm estimulado o fluxo de ida, com a delegação da ABMES fomos em busca de construir pontes para fomentar o fluxo de vinda.

nas últimas décadas Portugal conseguiu se reinventar e hoje está entre os países mais admirados e visitados do planeta. O segredo para a virada de chave? Inovar!

Um atlântico de distância é muito pouco para duas nações que têm tanto a contribuir uma com a outra. Um novo “descobrimento” está em curso, mas, desta vez, a descoberta é mútua e se dará pela educação. A aproximação entre as instituições de ensino superior do Brasil e de Portugal resultará em bons e inovadores frutos para ambos os lados. As conexões estão feitas; agora é acioná-las.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 31 de outubro de 2022

Navegar é preciso

Chegou ao fim, no último dia 5 de novembro, a *4ª Delegação ABMES Internacional – Portugal Experience*. Após dois anos de espera e muita expectativa, as missões internacionais da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior finalmente puderam ser retomadas. E tudo o que vivenciamos, aprendemos e compartilhamos não cabe em um único texto. Provavelmente, nem um livro inteiro seria suficiente para detalhar o que foi a experiência de mergulhar por dez dias no universo da educação superior portuguesa, bem como na cultura e nas belezas daquele país.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Mas aqui estamos novamente. Do lado de cá do Atlântico. Animados com tudo o que vivemos, mas, sobretudo, com o que há de vir daqui para a frente. Afinal, muito mais do que lembranças, nossas bagagens voltaram recheadas de resultados. Resultados esses que motivaram a nossa ida a terras lusitanas e para os quais trabalhamos intensamente não apenas durante os dias em que lá estivemos, mas, principalmente, antes de a jornada ter seu início.

Nossos primeiros passos foram dados na cidade do Porto. Lá, visitamos o Instituto Politécnico do Porto (P.Porto) e a Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário (CESPU), focada na área da Saúde. Assinamos acordos de cooperação com ambas as instituições, sendo acordos "guarda-chuva", a partir dos quais as IES poderão criar termos aditivos individuais para atender a seus interesses específicos.

Em Aveiro tivemos a oportunidade de conhecer a universidade mais inovadora de Portugal, a Universidade de Aveiro (UA). Fomos apresentados aos principais projetos desenvolvidos pela instituição, às soluções desenvolvidas e ao Parque de Inovação, que abriga diversas *startups* e projetos, especialmente associados à sustentabilidade e outras áreas de grande impacto na sociedade. Ainda em Aveiro, a delegação visitou as instalações do Altice Labs, que há mais 70 anos, promove desenvolvimento tecnológico com a intenção de melhorar a vida das pessoas e contribuir para a melhoria da sociedade.

Já em Lisboa, visitamos a Universidade Lusófona, que, inclusive, possui uma unidade no Brasil. Para facilitar ainda mais a aproximação entre a instituição e as IES brasileiras, também ali foi firmado um acordo de cooperação. Já na Universidade Lusíada, condecoramos o chanceler da instituição, João Redondo, com grau de Oficial da [Ordem do Mérito ABMES da Educação Superior](#) e assinamos um acordo de cooperação com a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP).

Ainda na capital portuguesa, conhecemos a Universidade de Lisboa, maior instituição de educação superior do país com 58 mil estudantes, sendo 3 mil brasileiros, onde também firmamos um acordo de cooperação. Ali fomos recebidos pelo reitor Luís Manuel dos Anjos Ferreira e pelo secretário de Estado do Ensino Superior de Portugal, Pedro Nuno Teixeira.

Muito mais do que lembranças, nossas bagagens voltaram recheadas de resultados.

Dessa forma, concluímos a missão com um incrível jantar de encerramento no Forte da Crismina, construído em 1762; e cinco novos [termos de cooperação](#) pactuados com o objetivo de facilitar a

internacionalização das instituições brasileiras. Assim havia sido na Rússia, em Israel, na China e, agora, portas foram abertas para as nossas IES também em Portugal.

É por isso que não queremos, não podemos e não vamos parar. Há muito o que conhecer, o que aprender e o que compartilhar com um mundo cada vez mais conectado e disruptivo. A 4ª Delegação ABMES Internacional chegou ao fim, mas o projeto segue a todo vapor. A 5ª Delegação já está no forno e cheira a *maple syrup*. Que venha o Canadá!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 07 de novembro de 2022

Horizonte promissor para a educação

Começou com o pé direito a relação do setor particular de educação superior com o novo governo federal, que tomará posse em 1º de janeiro. Reunidos na última terça-feira, 29 de novembro, representantes da equipe de transição - coordenados por Henrique Paim e Luiz Cláudio Costa - e do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular tiveram uma acolhedora e produtiva reunião, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde estão concentrados os esforços do Gabinete de Transição do próximo governo.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Com a participação de todas as entidades representadas no Fórum, o encontro consistiu em uma oportunidade ímpar para apresentarmos aos responsáveis pela agenda da educação do próximo governo as **10 propostas** do Fórum para alçar a educação ao posto de prioridade nacional, tal como deve ser em qualquer nação que almeje o progresso e a justiça social.

Com os olhos voltados para o futuro, mas sem esquecer dos entraves do passado, a pauta da reunião contemplou um amplo leque de assuntos, como o estabelecimento de novos paradigmas para a educação, em especial aqueles relacionados a modelos híbridos; a importância de garantirmos uma oferta de qualidade na educação superior; a necessidade de apoio governamental para que instituições e currículos sejam mais inovadores; e a

defesa enfática do ProUni como um valioso e eficaz instrumento de inclusão social.

Sem esquecer dos desafios ampliados após dois anos de pandemia, o Fórum defendeu a adoção de um amplo programa de reforço da aprendizagem na educação básica, a ser desenvolvido em colaboração com a educação superior. A proposta consiste no estabelecimento de parcerias com as instituições particulares de educação superior para que os alunos dos cursos de licenciatura possam trabalhar junto a escolas de todo Brasil, contribuindo para a reversão desse cenário.

Além dos representantes do Fórum e do GT Educação do Gabinete de Transição, também estiveram presentes a professora Iara de Xavier; o assessor jurídico da ABMES, Bruno Coimbra; e o novo diretor executivo da Associação, Andrei Candiota. A percepção de todos foi a de que o novo governo está muito receptivo para dialogar e trabalhar em cooperação com todo o setor educacional, tanto público quanto particular, valorizando a diversidade das IES brasileiras.

Essa postura não surpreende e condiz com o discurso adotado pelo grupo que saiu vencedor nas últimas eleições. Nossa expectativa é a de que os canais sigam abertos para a troca de ideias e o apoio mútuo a partir de janeiro de 2023, quando todas as proposições e intenções efetivamente poderão ser colocadas em prática.

Com os olhos voltados para o futuro, mas sem esquecer dos entraves do passado, a pauta da reunião contemplou um amplo leque de assuntos, como o estabelecimento de novos paradigmas para a educação

Sempre defendemos que a união entre os setores público e privado é o melhor caminho para que tenhamos uma educação superior forte, de qualidade e acessível a todos os brasileiros que desejam cursá-la. A reunião com o grupo de transição do próximo governo reforçou esse entendimento e a esperança de que esses laços sejam fortalecidos a partir do próximo ano. Bons ventos anunciam a chegada de um novo tempo para a educação superior. Para o bem do país e dos brasileiros, faremos a nossa parte para que esse prenúncio se concretize.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 05 de dezembro de 2022

Um ano de muitas conquistas

Em 2022, o Fórum foi uma entidade atuante e necessária. As ações que fazem parte da rotina – e já são tradição – seguiram sendo realizadas, como a produção anual da [Agenda Legislativa da Educação Superior Particular](#); do [Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#), que este ano chegou à 14ª edição; o acompanhamento e o contato permanentes com órgãos do governo e autoridades dos poderes Executivo e Legislativo; e o nosso tão aguardado e celebrado Jantar de Confraternização de final de ano.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Falando assim, de forma resumida, é difícil dar a dimensão do que tudo isso significou em termos de trabalho e envolvimento de cada um dos integrantes do Fórum. Só que 2022 ainda teve mais. Por exemplo, o movimento [#EducaçãoMaisForte](#) ganhou corpo e encabeçou a divulgação de 10 propostas de políticas públicas para tornar a educação prioridade no país. Dos 36 candidatos ao Legislativo que se comprometeram com a agenda, 18 foram eleitos. Portanto, podemos dizer que há uma bancada no Congresso Nacional que apoia as bandeiras do Fórum.

A iniciativa também foi bem sucedida junto aos veículos de comunicação que publicaram 44 matérias mencionando o Fórum, e com porta-vozes entrevistados em 32 delas. Números significativos também foram alcançados durante o CBESP. Ao todo,

541 participantes estiveram reunidos no Costão do Santinho, em Florianópolis/SC, e outros milhares acompanharam a transmissão on-line, que totalizou 9.730 visualizações.

Ao todo, foram mais de 20 ofícios enviados para órgãos do governo e autoridades do Executivo e do Legislativo. Também foi intenso o trabalho junto aos parlamentares com o objetivo de barrar o avanço da PEC nº 110 sem que haja garantias de que não haverá aumento da carga tributária sobre a educação. Essa, aliás, foi uma das principais pautas deste ano e seguirá sendo em 2023, quando a Reforma Tributária deve ter avanços significativos. Todos queremos um modelo tributário mais eficiente e saudável para o país, mas essa construção não pode se dar às custas da educação.

Ainda no âmbito do Legislativo, o Fórum teve importante papel na tramitação de matérias estratégicas para o setor. Por exemplo, na MP do Fies, apresentamos emenda e trabalhamos pela aprovação da avaliação virtual permanente. Já em relação à EAD, participamos de audiência pública e apresentamos as tendências com o ensino híbrido; conseguimos que o presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP), desse entrada em um PL proibindo a discriminação da modalidade; atuamos para ampliar o limite da educação a distância nos cursos de medicina veterinária, que saiu de 10% para 30%. Por fim, encerramos o ano com o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) apresentando um PL propondo a reabertura do ProIES.

Na esfera institucional, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular termina o ano maior, mais fortalecido e ainda mais representativo. Em 2022, a Ampesc e a Abames passaram a integrar a composição da entidade, que agora conta com 9

membros. Para 2023, nossa meta seguir crescendo em quantidade, mas, sobretudo, em qualidade.

Tudo isso é resultado do trabalho de muitas mãos, mentes e corações focados no fortalecimento da educação superior e na melhoria das condições para a atuação do setor particular, requisitos fundamentais para que tenhamos

uma educação com mais qualidade e mais acessível àqueles que desejarem cursá-la. Esse foi o espírito que nos moveu em 2022 e que seguirá nos movendo a partir de 1º de janeiro do próximo ano. Que venha um 2023 de muitas conquistas para o setor e para o país!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 19 de dezembro de 2022

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular termina o ano maior, mais fortalecido e ainda mais representativo.

ABMES 2022: um ano de muito trabalho e realizações

Quantas ações, projetos, reuniões, encaminhamentos e decisões cabem em 365 dias? Essa é uma conta difícil de ser feita, mas, no ano em que celebramos os 40 anos da ABMES, fica a certeza de que 2022 será para sempre lembrado como um período marcante na história da Associação.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Neste ano que marcou a retomada da “normalidade” após dois anos pandêmicos, o início de mais uma década na vida da ABMES foi repleto de conquistas e novidades, como o lançamento da plataforma de streaming **ABMES Plus**. Exclusiva para associados, a ferramenta reúne mais de 800 conteúdos de diversos formatos para auxiliar as instituições de educação superior no processo de capacitação, inovação e transformação digital.

Neste ano, os grupos de trabalho se consolidaram como espaços importantes de compartilhamento e produção de conhecimento no âmbito da ABMES. Envolvendo associados e parceiros estratégicos, os trabalhos se dedicaram aos temas da formação docente (em parceria com o Instituto Península, a Anec e o Profissão Docente), da empregabilidade (em parceria com a Symplicity) e dos quadrantes híbridos (em parceria com

a DreamShaper), além do grupo Metared X (em parceria com o Instituto Êxito e o Santander Universidades).

Esse esforço concentrado resultou em publicações relevantes para o setor, como *Os quadrantes híbridos da educação superior brasileira: Guia prático com caminhos possíveis*, *O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente* e *Avaliação de Empregabilidade de Graduados Recentes*, todas disponíveis para download gratuito pela ABMES Editora.

Este 2022 foi um ano intenso também na esfera representativa. Seguindo nossa incansável missão de fortalecer a educação superior e o setor particular de ensino, nos reunimos com representantes governamentais e expedimos ofícios sobre temas de interesse do setor. Entre as principais pautas destacam-se a continuidade da vigência da Portaria MEC nº 1.038 (retorno às atividades presenciais e continuidade das atividades remotas enquanto durar a situação de pandemia); a derrubada do veto 66, referente à inviabilidade de atividades de instituições filantrópicas; e contra a PEC 110 (aumento da carga tributária nas mensalidades estudantis).

Além disso tudo, ainda fechamos 2022 com o cumprimento de todas as atividades continuadas, como o Prêmio ABMES de Jornalismo; a 4ª Delegação ABMES Internacional – Portugal Experience; a Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular; a realização de pesquisas e análises de cenário em parceria com a Educa

Todo o cansaço que costuma recair sobre nós nesta época do ano é recompensado quando recebemos os retornos positivos, sejam em palavras, sejam em números.

Insights; as Cartas aos Associados; o clipping diário; cursos de formação e qualificação; consultoria jurídica; o blog; o ABMES Regional; os seminários mensais, o podcast “e por falar em educação”; e muito mais!

Tudo isso resultou em diversas conquistas, nas mais distintas esferas. Mas nada se compara à alegria de constatar a satisfação dos nossos associados. Todo o cansaço que costuma recair sobre nós nesta época do ano é recompensado quando recebemos os retornos positivos, sejam em palavras, sejam em números.

Por fim, há que se celebrar o fato de que em 2022 a nossa representatividade foi fortalecida com a ampliação do quadro de associados. Esse movimento não teria acontecido se não tivéssemos na rota certa. E isso nos dá ânimo para tentarmos ser ainda melhores no novo ano que se aproxima. Que venha 2023!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de dezembro de 2022

2023, o ano da esperança

Não há dúvida de que 2022 foi um ano de avanços importantes para o setor particular de educação superior, como pontuei nos artigos de retrospectiva da [ABMES](#) e do [Fórum das Entidades Representativas](#). Agora, com um 2023 inteiro a ser construído, é hora de focar a nossa atenção para as pautas prioritárias se apresentam e nos dão o norte do caminho a ser trilhado nos próximos meses.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ainda vivendo sob os impactos da pandemia de covid-19, precisamos de um grande programa de recuperação da aprendizagem para todos os níveis de ensino. Para a educação básica, onde o cenário é mais desafiador, uma possibilidade passa pela criação de uma extensão universitária por meio da qual estudantes de universidades públicas e particulares atuariam junto aos docentes das redes públicas de ensino ajudando os alunos que ficaram para trás.

Outra agenda prioritária consiste na manutenção e na ampliação dos programas de acesso à educação superior, como o Fies e o ProUni. Essa medida, contudo, precisa vir acompanhada do fortalecimento da educação básica como um todo, condição fundamental para que os estudantes se sintam capazes de cursar uma graduação e para que tenham condição de acessar os programas governamentais de financiamento e de bolsa de estudos.

A adoção de ambas as medidas não só impactará na melhoria da educação ofertada como também na mitigação de um dos principais problemas sociais do país (a desigualdade de renda da população) e de um grande entrave para o nosso desenvolvimento econômico: a falta de mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho deste século 21. Sobre este ponto, há que se destacar, ainda, a necessidade de renovação dos currículos universitários, bem como a modernização da avaliação e da regulação que regem nosso sistema educacional, especialmente no que tange à implementação dos modelos híbridos de ensino e aprendizagem.

A boa notícia é que, ao que tudo indica, a educação consistirá em um dos elementos centrais do novo governo. Saímos bastante esperançosos da conversa que tivemos com o grupo de trabalho da equipe de transição e ficamos ainda mais motivados após os discursos de posse do presidente Lula, nos quais questões como educação, justiça social e desenvolvimento econômico foram apresentadas como eixos estruturantes e interligados para a melhoria da qualidade de vida no Brasil.

As expectativas estão elevadas, assim como a nossa disposição para trabalhar em prol da educação brasileira, em especial do ensino superior, e do aperfeiçoamento do marco regulatório.

Também nos trouxe grande satisfação a confirmação dos nomes de Camilo Santana, como ministro da Educação, e de Izolda Cela como secretária-executiva do MEC. Ambos, já mostraram possuir sólida compreensão do universo educacional ao transformarem a educação do Ceará, estado que hoje apresenta o melhor desempenho educacional do país. A eles, desejamos o nosso mais

sincero voto de sucesso, bem como nos colocamos à disposição para contribuir com o desafio de, agora, ofertar uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Temos, portanto, um cenário promissor à frente. As expectativas estão elevadas, assim como a nossa disposição para trabalhar em prol da educação brasileira, em especial do ensino superior, e do aperfeiçoamento do marco regulatório. É normal começarmos um novo ano com a energia e as esperanças renovadas, mas, desta vez, parece que os sentimentos estão potencializados. Que 2023 venha com tudo, e não nos decepcione!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de janeiro de 2023

Educação mais forte

Basta! O Brasil clama pelo fortalecimento e valorização da educação de qualidade em todos os seus níveis de ensino, da creche à pós-graduação. Faz décadas que vivemos sob o mantra “só com educação o país vai para a frente”, mas nada, ou quase nada, foi feito de concreto para mudar a realidade. Seguimos entre as nações com os piores desempenhos nas avaliações internacionais. Internamente, estamos muito longe de cumprir a maior parte das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que se encerra no próximo ano.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Sabemos que não existe um passe de mágica capaz de resolver todos os problemas da educação no Brasil. Superar o atual quadro exige o esforço e a união de governos, setor privado e sociedade civil, com investimento em políticas públicas amplas e transversais em áreas como economia, saúde, transporte e segurança alimentar, além da própria educação. Nesse sentido, há anos o [Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular](#) se apresenta como parceiro e espaço qualificado de debate.

Focado na sua área de atuação, em 2022 o Fórum apresentou 10 propostas de políticas públicas para os próximos anos. Cunhadas no contexto do movimento [#EducaçãoMaisForte](#) e apresentadas aos candidatos nas eleições, a iniciativa parte do princípio de que investimentos no setor e a formação de profissionais qualificados são fundamentais para que se concretize o salto de qualidade na educação ofertada no país.

Responsável por formar cerca de 70% dos professores brasileiros, o setor particular de educação superior defende que uma educação mais forte e de qualidade passa, necessariamente, por maior integração entre o ensino superior e a educação básica. Não há caminho para a melhoria da educação sem uma estreita e afinada parceria entre ambos os níveis educacionais.

O fortalecimento da educação também depende da aprovação de uma reforma tributária justa para o setor, que considere seu caráter social e a desoneração do Estado na garantia de um direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Do mesmo modo, precisamos avançar em uma legislação que favoreça o desenvolvimento de metodologias híbridas e reconheça seu potencial para a construção de uma educação conectada com as necessidades e oportunidades deste século 21.

Tratando especificamente do ensino superior, a conquista da educação que precisamos passa por medidas como a modernização do marco regulatório referente à avaliação e à supervisão; a criação de um novo modelo de financiamento estudantil atrelado à renda futura do estudante; a ampliação do ProUni e reabertura do ProIES; a oferta de linhas de financiamento para estímulo à inovação nas instituições de educação superior; a ampliação da participação das IES particulares nos conselhos de órgãos de governo; e a maior integração entre

Superar o atual quadro exige o esforço e a união de governos, setor privado e sociedade civil, com investimento em políticas públicas amplas e transversais em áreas como economia, saúde, transporte e segurança alimentar, além da própria educação.

as universidades, centros universitários e faculdades com o mundo do trabalho.

Faz algum tempo que especialistas, entidades representativas e comunidades escolar e acadêmica chamam a atenção para a necessidade de uma educação mais forte, justa, inclusiva, de qualidade e conectada às tendências e demandas globais. Da forma como está a nossa educação, toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento socioeconômico fica estagnada. Essa é uma demanda urgente que não pode seguir sendo negligenciada. Basta! Precisamos de uma educação mais forte para termos um país mais forte.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de março de 2023



Inovação e Tecnologia

Empatia: a verdadeira tecnologia humana

Ao participar do *4º Congresso Internacional Formação e Tecnologia Humana*, a convite da Fundação e Faculdade Antônio Meneghetti, do Rio Grande do Sul, pude discutir com especialistas de vários países os desafios e oportunidades da educação pós-Covid.

Confira o vídeo sobre este artigo:



O tema do Congresso, muito provocativo, me levou a uma reflexão sobre as várias ondas que impactaram a educação superior no Brasil, desde a crise econômica, passando pelo fim do financiamento estudantil e chegando, mais recentemente, à crise trazida pela pandemia.

Como toda crise traz no seu bojo um conjunto de oportunidades, o setor de educação superior privado fez, em tempo recorde, a migração para o quadrante de atividades remotas. Isso nos leva a prever, com razoável grau de acerto, que o futuro da educação é híbrido.

Se considerarmos esse futuro, temos que pensar, necessariamente, sobre o fim da dicotomia artificial entre ensino presencial e ensino a distância. Precisamos investir em metodologias e estratégias híbridas, e isso traz para todas as IES o desafio da inovação.

Que palavras podemos utilizar para caracterizar este momento? A primeira é o “protagonismo” do aluno, com o estímulo às suas ati-

vidades empreendedoras e à prática como meio de extensão dos conhecimentos à comunidade.

A segunda palavra, tão importante quanto a primeira, é o “acolhimento”. As instituições precisam acolher de volta seus alunos, respeitando a diversidade e criando formas de personalização da experiência do estudante.

Por fim, há que se falar da “conexão”: uma visão da educação continuada, ou ubíqua, com o uso das novas tecnologias para aproximar e não distanciar o estudante da instituição, por toda a sua vida.

Com a participação de professores das universidades de Cambridge, Harvard e da Universidade Nacional de Singapura, o painel concluiu, com muito mérito, que a verdadeira tecnologia no pós-pandemia será a empatia, insubstituível, seja pelo computador ou pelos algoritmos da inteligência artificial. A inteligência natural é o futuro.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de julho de 2021.

Como toda crise traz no seu bojo um conjunto de oportunidades, o setor de educação superior privado fez, em tempo recorde, a migração para o quadrante de atividades remotas.

Paulo Freire e humanização da tecnologia educacional

"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Mais de meio século depois do lançamento do seu *Pedagogia do Oprimido*, livro de onde essa frase foi retirada, Paulo Freire segue revolucionário e atual.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ainda nos idos de 1968, o educador e patrono da educação brasileira já mostrava-se um defensor do uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Sua sabedoria e capacidade visionária, contudo, vislumbravam a tecnologia como um caminho de humanização do processo educacional, e não o contrário como alguns querem fazer crer.

Naquele longínquo ano, quando o mouse era apresentado à sociedade e o Brasil recebia seu terceiro computador de grande porte (*mainframe*), o patrono da nossa educação já defendia a escola como um espaço onde a tecnologia teria um papel essencial para a transformação dos estudantes e, conseqüentemente, da sociedade.

Na sua concepção, o mundo se insere na escola por meio da tecnologia e, com isso, a escola alcança o mundo. O que nem Paulo Freire nem qualquer um de nós poderia imaginar é que viveríamos o ápice dessa visão justamente no ano de celebração pelo o que seria o seu centenário, caso ainda estivesse vivo.

Guiado por uma visão democrática de sociedade, Paulo Freire defendia que o objetivo da escola deveria ser ensinar o aluno a “ler o mundo” para poder transformá-lo. Por isso, dedicou sua vida à construção de práticas pedagógicas libertadoras, e hoje é reconhecido – e estudado – em todo o planeta.

Contudo, aqui no Brasil, o educador ainda é muito mais citado e debatido pelo o que ele não disse e não fez do que pelo o que ele realmente fez. Prática que, aliás, foi potencializada em tempos de mídias sociais e da disseminação crescente de *fake news*, em uma clara demonstração do quanto o país ainda precisa avançar rumo a uma educação que ensine a ler o mundo de forma crítica, e não apenas as letras.

Para que essa transformação ocorra, assim como para que a tecnologia promova uma verdadeira mudança qualitativa nas escolas, é preciso que o Brasil acredite mais na capacidade revolucionária da educação. Há décadas dizemos que o caminho para a superação das desigualdades é a educação, mas pouco – ou quase nada – tem sido feito para a efetivação desse discurso.

Assim, nesta semana em que celebramos o Dia do Professor, resgato os ensinamentos e a capacidade visionária de Paulo Freire para que reflitamos sobre a importância do educador e da tecnologia para uma educação transformadora. Investir nesses dois elementos é o caminho que precisa ser pavimentado, especialmente neste disruptivo século 21.

Na sua concepção,
o mundo se insere
na escola por meio
da tecnologia e, com
isso, a escola alcança
o mundo.

Os ensinamentos de Paulo Freire não podem seguir servindo de inspiração apenas para estudiosos da educação. Eles precisam ser colocados em prática se quisermos, um dia, sermos uma nação mais próspera. O Brasil precisa entender, de uma vez por todas, que uma educação transformadora não acontece sem a

valorização do docente e sem a mediação da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Precisamos girar essa chave.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de outubro de 2021

O mundo antes e depois das redes sociais

“Um modelo conexcionista para a aprendizagem em redes sociais” é o título do novo livro que acabo de lançar pela editora Paradoxum. Além da minha paixão pela educação, também nutro especial apreço pela tecnologia e tudo o que ela envolve, como inteligência artificial e as relações sociais estabelecidas no ambiente virtual. Na publicação apresento alguns caminhos que percorri na busca para compreender melhor esse universo e o papel da educação diante de um mundo cada vez mais conectado.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Ao longo dos quatro anos do doutorado, dediquei-me a pesquisar variados campos do conhecimento com o objetivo de encontrar um modelo conexcionista que fosse abrangente e capaz de explicar, matematicamente e computacionalmente, como se formam as crenças limitantes capazes de estabelecer as fronteiras entre fatos e opiniões nas redes sociais.

Partindo de exemplos que, naquele momento, não estavam em voga, como o debate sobre a Terra ser ou não plana, desenvolvi um modelo matemático-computacional que demonstra como indivíduos podem se auto-organizar em função de crenças e o

papel do ensino e do docente na formação de uma sociedade equilibrada e capaz de criticar-se com base em evidências científicas.

Por mais que naquele momento já estivessem evidentes as transformações sociais trazidas pela internet 2.0, quando recursos como blogs e redes sociais começaram a ser disponibilizados para os usuários da rede mundial de computadores, era difícil prever que chegaríamos a desdobramentos como a interferência no resultado de eleições e a estruturação de mecanismos especializados na propagação de notícias falsas.

Ainda assim, para além do modelo conexionista desenvolvido, o livro apresenta uma profunda revisão literária capaz de nos fazer refletir sobre como a sociedade estabeleceu suas bases no universo virtual, como tem se comportado e as consequências dessa conduta no nosso dia a dia.

A compreensão desse contexto histórico é fundamental para que possamos fazer uma avaliação do presente, mas, sobretudo, vislumbrar um futuro no qual a educação é cada vez mais determinante para que tenhamos uma sociedade mais preparada para lidar com as interferências – e influências – advindas da esfera virtual.

Em um momento no qual o Facebook está empenhado em criar seu próprio metaverso, espaço no qual as pessoas poderão entrar e interagir, por meio de avatares, em um mundo virtual (e que está sendo apontado como o futuro da internet), compreender como essa realidade paralela – ou seria a real? – incide no comportamento dos indivíduos passou a ser imperativo para quem deseja fazer a diferença nesse novo mundo em construção.

Não há dúvida de que a internet revolucionou a sociedade a partir

de fatores como disseminação de conhecimento, formação de opinião, interação entre os mais variados grupos ideológicos, trocas culturais, entre outros. Seus impactos em áreas como a Biologia, a Sociologia, a Educação e a Computação são inegáveis. O mundo não é o mesmo desde que as redes sociais foram criadas, e nunca mais será.

E se você quiser saber como tudo isso começou e como funciona o tal modelo conexionista que explica a formação de crenças limitadoras a partir das relações estabelecidas na internet, o livro está disponível no formato e-book na [Amazon](#).

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 01 de novembro de 2021

A compreensão desse contexto histórico é fundamental para que possamos fazer uma avaliação do presente, mas, sobretudo, vislumbrar um futuro no qual a educação é cada vez mais determinante para que tenhamos uma sociedade mais preparada para lidar com as interferências – e influências – advindas da esfera virtual.

Inovação e criatividade para a nova educação superior

Faz algum tempo que criatividade deixou de ser um substantivo relacionado exclusivamente às pessoas que são criativas na sua essência para tornar-se uma competência buscada por todos – e em todos – os indivíduos. Esse movimento se expandiu a ponto de criatividade e inovação se tornarem requisitos fundamentais para a diferenciação e a sobrevivência de empresas e entidades de todos os setores e tamanhos.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Essa realidade faz parte das disrupturas trazidas por este século 21 e foi intensificada nos últimos dois anos, dados os desafios impostos pela pandemia de Covid-19. Na área educacional, o cenário não é diferente e as inovações implementadas para garantir a continuidade das aulas em uma situação de distanciamento social não são suficientes.

Pelo contrário, mais do que nunca precisamos lançar mão de recursos como a criatividade e a inovação para construir uma educação superior que dialogue com o mundo pós-pandemia. Trata-se de um desafio novo, diferente de tudo o que havíamos

imaginado, até 2020, para o futuro da formação educacional em nosso país e no planeta.

E exatamente por ser uma novidade, não existem fórmulas prontas para serem aplicadas pelas instituições de educação superior. Por ora, a única certeza é a de que tanto a criatividade quanto a inovação serão fundamentais na escrita desse novo roteiro. Se por um lado isso preocupa, por outro estamos diante de uma oportunidade ímpar de construirmos esse novo ensino coletivamente.

Com o objetivo de jogar luz sobre esse contexto e dar início ao desenvolvimento de um novo ensino superior, o [XIV Congresso Brasileiro da Educação Superior \(CBESP\)](#) reunirá, entre 5 e 7 de maio, renomados especialistas que vão apresentar e debater diversos aspectos envolvidos nessa construção como, por exemplo, experiências internacionais, projetos criativos e inovadores, características de instituições criativas e inovadoras, relação entre criatividade e educação, além da importância de o país contar com políticas públicas educacionais que também sejam criativas e inovadoras.

A programação inclui, ainda, cinco oficinas temáticas por meio das quais os participantes poderão se aprofundar na questão que tiverem mais interesse, a saber: Criatividade e Inovação como Elementos Essenciais na Educação Superior Transformadora; Quadrantes Híbridos como Inovação Curricular na Educação Superior; Curricularização da Extensão no Pós-pandemia; Modelos Pedagó-

Se por um lado
isso preocupa,
por outro estamos
diante de uma
oportunidade ímpar
de construirmos
esse novo ensino
coletivamente.

gicos Criativos e Inovadores como Saberes e Fazeres na Educação Superior; Avaliação Externa Virtual in loco Como Inovação no Contexto do Sinaes.

Junto a tantas mentes brilhantes – como o empresário e publicitário Nizan Guanaes, só para dar um exemplo –, reitores, mantenedores, gestores, autoridades governamentais e políticas, renomados educadores e formuladores de políticas públicas para a educação estarão empenhados, ao longo dos três dias, em encontrar soluções para a educação superior no pós-pandemia.

Sua IES está preparada para essa nova educação superior? O quanto ela tem sido criativa e inovado? Independentemente da resposta, é pouco provável que o quadro atual – ou o planejado – seja suficiente. Existe um universo muito amplo a ser explorado e o XIV CBESP está chegando para nos apresentá-lo. Eu já garanti a minha participação, e você?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 28 de março de 2022

Os 3 Ps da criatividade na educação superior

Como destaquei em um [post recente](#) aqui no blog, o *XIV Congresso Brasileiro da Educação Superior (CBESP)* discutirá a importância da criatividade e da inovação para a educação superior no pós-pandemia. Naquele momento, o objetivo era dar um panorama geral sobre o maior evento do setor no Brasil, que este ano volta a ser presencial e acontece no próximo mês no Costão do Santinho, em Florianópolis/SC.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Mas, agora, quero ir além. Quero detalhar a forma como a criatividade e a inovação precisam ser incorporadas em três frentes pela educação superior: **produtos, processos e pessoas**.

O primeiro “P” nos remete diretamente ao universo dos currículos inovadores e criativos. Se antes da pandemia os currículos arraigados nos padrões do século 19 já não faziam sentido, depois de tudo o que vivemos nos últimos dois anos fazem menos ainda. Por isso, é hora de efetivarmos a construção de currículos que trabalhem as tão desejadas *soft skills*, que dialoguem com o mundo do trabalho e que sejam associados aos projetos de extensão.

Para isso, sabemos, é fundamental o envolvimento do Conselho Nacional de Educação (CNE), pois o primeiro passo consiste na evolução das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de modo que as instituições de educação superior tenham liberdade para serem criativas nas suas matrizes curriculares. E esse é um debate que será feito no CBESP.

A segunda frente na qual os atributos da criatividade e da inovação precisam ser incorporados diz respeito aos processos, sejam no âmbito do ensino e da aprendizagem, sejam na gestão da instituição. No que se refere à parte acadêmica, os **quadrantes híbridos**, por exemplo, se apresentam como uma abordagem bastante criativa. Por meio deles, existem inúmeras possibilidades de combinações capazes de transformar totalmente a forma de interação entre conteúdos, professores e estudantes.

A tecnologia, aliás, também é uma grande aliada para a implementação de processos de gestão mais inovadores. O *learning analytics*, por exemplo, consiste em uma maneira mais inteligente de acompanhar o desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que oferece a ele a possibilidade de percorrer a sua trilha de aprendizagem de forma criativa e personalizada.

Inovar deixou de ser opção e passou a ser necessidade básica para quem deseja sobreviver em um mundo cada vez mais desafiador.

Por fim, é preciso investir em maneiras criativas de trabalhar com quem faz essa imensa roda girar: as pessoas. A educação superior precisa do novo professor, aquele que deixa de ser o detentor do conhecimento e passa a ser o curador. Esse novo perfil demanda um profissional capacitado para atuar no meio digital, onde ele

usa toda a sua competência de forma criativa. Também é preciso atenção para a valorização de gestores criativos, ou seja, aqueles que criam novas estruturas, novas formas de lidar com o público e que lideram com base na inspiração e não na ordem.

O debate sobre a importância, ou não, de inovar já ficou para trás. Não há mais qualquer dúvida sobre o quanto a adoção de práticas inovadoras e criativas passou a ser imperativa em todas as esferas nesta terceira década do século 21. Inovar deixou de ser opção e passou a ser necessidade básica para quem deseja sobreviver em um mundo cada vez mais desafiador. É sobre isso, e muito mais, que vamos tratar no CBESP, entre os dias 5 e 7 de maio. Já fez a sua inscrição?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 18 de abril de 2022

O que querem os estudantes? Inovação!

Estudantes preferem modelos de ensino que fazem uso de novas tecnologias. Essa afirmação, que até outro dia era feita com base na observação, agora tem fundamento estatístico. A pesquisa *Direito, Psicologia e Enfermagem: qual é o formato preferido dos alunos?*, desenvolvida pela ABMES em parceria com a Educa Insights, retira qualquer dúvida que poderia existir sobre essa questão.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Realizado com pessoas que ainda não estudam, mas pretendem cursar uma das três graduações nos próximos 12 meses, o estudo constatou que 59% dos interessados em cursos de direito aceitariam que ao menos parte do conteúdo fosse ministrado com o auxílio de tecnologias na modalidade a distância. Os percentuais também são elevados para os cursos de enfermagem (57%) e psicologia (46%).

O uso das novas tecnologias foi apresentado aos estudantes dentro do contexto dos **quadrantes híbridos**, modelo de oferta educacional desenvolvido pela ABMES e apresentado ao Ministério da Educação (MEC) segundo o qual as atividades podem acontecer de quatro formas: presenciais síncronas; presenciais assíncronas; virtuais síncronas; e virtuais assíncronas.

Apresentadas a essa estrutura, 93% das pessoas que pretendem cursar direito gostariam de ter modelos virtuais assíncronos, ou seja, acesso a aulas gravadas com conteúdo complementar às aulas "ao vivo" (presenciais ou virtuais), além do acesso a conteúdo teórico em ambiente virtual (apostilas, biblioteca digital e laboratórios virtuais, por exemplo). Entre os *prospects* de psicologia, 87% gostariam de contar com atividades virtuais assíncronas, índice similar ao verificado entre aqueles que pretendem cursar enfermagem (84%).

É interessante notar que em nenhum momento os entrevistados demonstraram interesse por um modelo 100% EAD, o que revela maturidade por parte do futuro estudante e conhecimento sobre como aliar o melhor de cada formato na sua formação acadêmica. Aliás, nunca é demais reforçar que não há, por parte do setor particular, a defesa por uma oferta que seja 100% a distância, como alguns querem fazer parecer com o objetivo de descaracterizar e desmoralizar o uso das novas tecnologias.

Oficialmente, a legislação brasileira prevê apenas duas modalidades de ensino: presencial e a distância. Isso não quer dizer, contudo, que as instituições de educação superior não possam inovar e alinhar seus processos de ensino e aprendizagem às novas tecnologias educacionais disponíveis, e que foram potencializadas durante a pandemia de covid-19. E, para isso, não há necessidade de qualquer alteração regulatória. Os instrumentos legais vigentes, ainda que sejam limitantes, deixam aberturas para a inovação no âmbito das IES.

Os instrumentos legais vigentes, ainda que sejam limitantes, deixam aberturas para a inovação no âmbito das IES.

Os três cursos analisados foram escolhidos por serem bastante representativos entre aqueles com o maior número de matrículas nas graduações presenciais. Contudo, é pouco provável que os percentuais de aceitação do uso de novas tecnologias sejam muito distintos nos demais cursos - talvez com exceção de medicina. Assim, a pesquisa se apresenta como aliada das instituições de educação superior para a tomada de decisões estratégicas. Não há mais espaço para cursos fundamentados em modelos do século passado. A ordem, agora, é inovar ou perecer.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 03 de outubro de 2022

Inovar para o país decolar

Em 2022, o Brasil avançou três posições no [Índice Global de Inovação \(IGI\)](#) em relação a 2021, passando a ocupar o 54º lugar no ranking que abrange 132 países. Apesar de o resultado soar animador, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pondera que essa melhora não significa que o país esteja bem na agenda de inovação, uma vez que os investimentos na área têm caído a cada ano e a posição brasileira está sete casas abaixo da melhor marca atingida, em 2011, quando ocupou o 47º lugar.

Confira o vídeo sobre este artigo:



Em entrevista à [CNN Brasil](#), a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio, atribuiu a melhora do país ao empenho dos agentes inseridos no ecossistema brasileiro de inovação, fazendo “mais com menos e obtido melhores resultados, apesar da queda nos insumos/investimento”.

De fato, a questão orçamentária é um grande gargalo para a inovação no Brasil. Após sofrer com contingenciamentos significativos nos últimos anos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento à inovação do país, pode ter parte sua execução oficialmente travada nos próximos anos se [MP nº 1.136](#), de 29 de agosto de 2022, for aprovada no Congresso Nacional. Para se ter ideia, somente em 2022 seriam cerca de R\$ 3,5 bilhões a menos no orçamento da inovação, cerca de 40% do valor previsto originalmente.

Inovar não é luxo, mas necessidade em um mundo cada vez mais disruptivo e desafiador. Empresas que não inovam estão fadadas ao fracasso. Nações que não inovam estão condenadas a permanecerem à margem do progresso e do desenvolvimento socioeconômico. Inovar é necessidade primária para não perdermos o bonde da História, e o poder público precisa ter compromisso com sua parcela de responsabilidade nesse processo.

Parcela porque inovação é um processo coletivo. Ela ocorre em diversas esferas, inclusive (ou especialmente) no contexto das instituições de educação superior. Universidades estão entre os principais depositários de registro de propriedade intelectual no Brasil. Recentemente, durante o ápice da pandemia de covid-19, esses espaços de formação acadêmica foram centrais para o enfrentamento da doença no país.

Mas inovação não se restringe a criar novos produtos ou ter ideias geniais. A inovação também precisa se dar em outros espaços, como na forma de atuar das próprias instituições de educação superior. Por isso, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e o movimento #EducaçãoMaisForte

destacaram a oferta de linhas de financiamento para estímulo à inovação nas IES como uma das [10 propostas](#) para as políticas públicas educacionais.

Inovar não é luxo,
mas necessidade em
um mundo cada vez
mais disruptivo e
desafiador. Empresas
que não inovam estão
fadadas ao fracasso.

Acreditamos que os órgãos públicos de financiamento para empresas, como o BNDES e a Finep, devem criar novas linhas que estimulem o investimento das IES em novas tecnologias digitais

para fazer frente aos desafios trazidos pelas metodologias híbridas, pela inteligência artificial e pelos algoritmos de personalização da aprendizagem.

A melhoria da educação superior ofertada no país passa pela inovação, assim como a construção de uma nação melhor e mais igualitária para todos os brasileiros. Inovar não é um debate para o futuro, é uma urgência do presente. Temos potencial para muito mais, e o resultado obtido no IGI deste ano mostra isso. Temos capital humano para conduzir o Brasil a novos patamares de inovação e desenvolvimento. Mais investimento público nessa área é o combustível que falta para que possamos decolar “ao infinito e além”.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de outubro de 2022

"A Educação Digital: Uma (sic) Novo Horizonte na Aprendizagem"

"A educação digital é uma nova forma de aprendizagem que vem ganhando cada vez mais espaço no mundo inteiro. Com o avanço da tecnologia, é cada vez mais possível aproveitar as vantagens da educação digital para melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Confira o vídeo sobre este artigo:



A educação digital permite que os alunos tenham acesso a informações e recursos de aprendizagem de forma mais rápida e eficiente. Além disso, as plataformas de educação digital também oferecem aos professores novas maneiras de ensinar e avaliar o conhecimento dos alunos. Com a educação digital, é possível personalizar o ensino para cada aluno, levando em conta suas habilidades, interesses e necessidades.

A educação digital também possibilita a colaboração em tempo real entre alunos e professores, independentemente de onde eles estejam. Isso significa que é possível ter aulas on-line e discutir tópicos com colegas e professores ao redor do mundo. Além disso, a educação digital oferece acesso a recursos interativos, como

vídeos, animações, jogos e simulações, que tornam o processo de aprendizagem mais interessante e envolvente.

No entanto, é importante lembrar que a educação digital não deve ser vista como uma solução mágica para todos os problemas da educação. A integração da tecnologia deve ser feita de forma equilibrada com as práticas pedagógicas tradicionais, para que os alunos possam desenvolver não apenas habilidades digitais, mas também habilidades sociais e emocionais importantes.

Em resumo, a educação digital é uma grande oportunidade para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a educação digital oferece uma nova forma de aprendizagem, mais rápida, eficiente e personalizada, permitindo que os alunos colaborem e tenham acesso a recursos interativos de aprendizagem. No entanto, é importante garantir que a educação digital seja integrada de forma equilibrada com as práticas pedagógicas tradicionais para garantir uma educação completa e equilibrada.”

O texto acima está entre aspas porque foi integralmente redigido pelo [ChatGPT](#), uma ferramenta de escrita baseada em inteligência artificial que, ao fazer a combinação de bilhões de informações, costuma entregar ao usuário textos coerentes e de fácil compreensão. A redação dos seis parágrafos e do título, inclusive com o erro de concordância que foi mantido, demorou pouco mais de 1 minuto e foi acionada por um comando bastante simples: “escreva um artigo sobre educação digital”.

Desde que foi lançada, em 30 de novembro de 2022, a ferramenta tem impressionado por seu desempenho e gerado debates sobre seu uso em diferentes esferas, inclusive na educacional. O uso do *chatbot* por estudantes para a elaboração dos trabalhos escolares e acadêmicos é uma possibilidade real que precisa ser considerada.

Esse debate que está ganhando corpo em todo o mundo. Aqui no Brasil, as faculdades estão buscando alternativas como avaliações voltadas para a resolução de problemas e até a retomada dos trabalhos escritos à mão. Em Queensland (Austrália) e Nova York (Estados Unidos), as escolas já proibiram o uso do ChatGPT. Na África do Sul, universidades optaram por incorporar a ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Mas como ficam questões como cola, plágio e integridade acadêmica nos textos produzidos pela inteligência artificial?

Como se vê, apenas no âmbito educacional há um conjunto enorme de questões a serem debatidas e encaminhadas. Quando achávamos que nossos grandes desafios imediatos seriam superar a defasagem educacional resultante da pandemia e estabelecer modelos educacionais mais alinhados ao século 21, a inteligência artificial nos impõe novas realidades e necessidades.

A redação dos seis parágrafos e do título, inclusive com o erro de concordância que foi mantido, demorou pouco mais de 1 minuto e foi acionada por um comando bastante simples: “escreva um artigo sobre educação digital”.

E para quem ainda duvida da capacidade do ChatGPT, o professor do Insper Tiago Tavares pediu à ferramenta que [resolvesse o Enem 2022](#). Com um desempenho muito bom na prova de ciências humanas e médio na de matemática, o chatbot teria feito cerca de 614 pontos, o que lhe garantiria uma vaga em instituições federais de educação superior em cursos como ciências biológicas, engenharia elétrica e psicologia.

Para ajudar as instituições de educação superior, na próxima semana (14/02) a ABMES realiza o seminário virtual *ChatGPT: os impactos na educação superior*. O evento acontecerá a partir das 9h, no [YouTube da Associação](#), e abordará questões como a adaptação dos planos de ensino, das avaliações e a formação dos professores para lidarem com a tecnologia.

A educação digital é importante para integrar o estudante ao mundo, dando a ele instrumentos e habilidades cada vez mais demandadas tanto pelo mercado de trabalho quanto pela vida em sociedade. Já o uso do ChatGPT é um ponto sobre o qual ainda não há consenso sobre como lidar com ele no âmbito das escolas e universidades. O fato é que a tecnologia está cada vez mais inserida no universo educacional, com todos os seus desdobramentos. A transição da educação do século 19 para a do século 21 passa pela compreensão e pela inserção dos estudantes nesse novo mundo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de fevereiro de 2023



ABMES[®]

**Associação Brasileira de Mantenedoras
de Ensino Superior (ABMES)**

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060

Telefone: (61) 3961-9832

www.abmes.org.br